Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 28.6.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 680 / € 1,80 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

"COMEÇA A HAVER SOBREPOSIÇÃO EXCESSIVA DE POSIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA COM AS DA EXTREMA-DIREITA"

ENTREVISTA DN/TSF A DAVID JUSTINO Subscritor do Manifesto dos 50 por uma reforma da Justiça, o ex-ministro da Educação garante que as críticas dos signatários não são contra o Ministério Público no seu todo, mas contra algumas práticas, no seu entender, lesivas dos princípios do Estado de Direito.

PÁGS. 4-7

CONFIRMADO
ANTÓNIO COSTA SERÁ O PRÓXIMO PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU

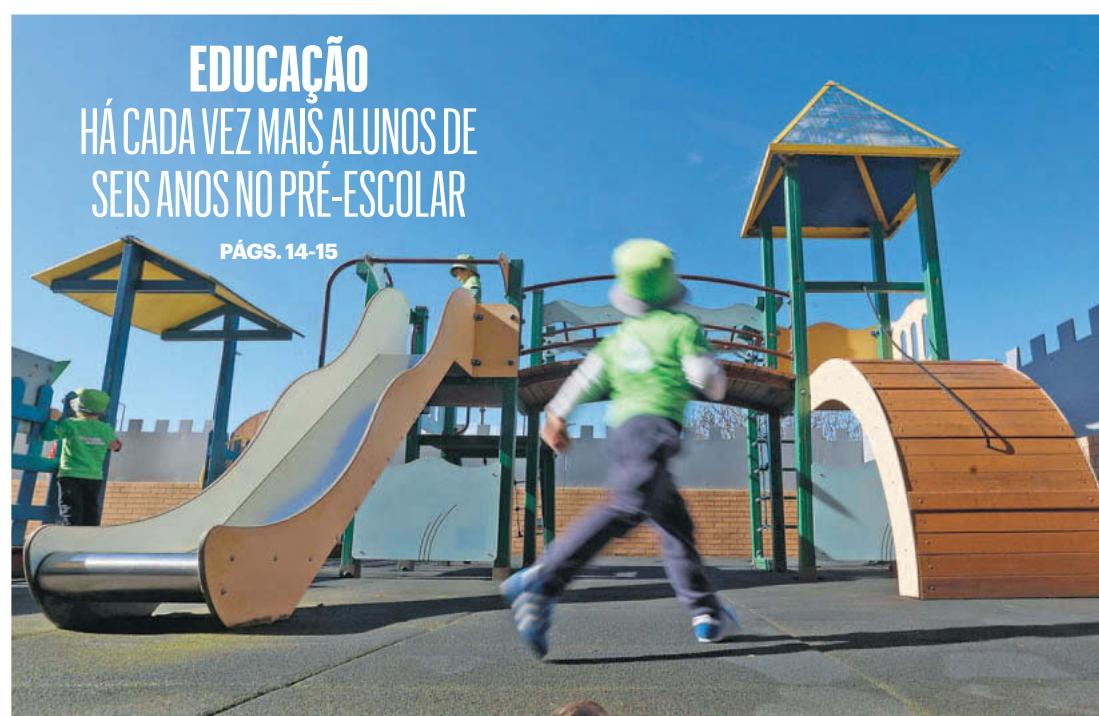
ÚLTIMA

EDUCAÇÃO
HÁ CADA VEZ MAIS ALUNOS DE SEIS ANOS NO PRÉ-ESCOLAR

PÁGS. 14-15

PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGENS

Madeira
Acordo do "náufrago" Albuquerque com o Chega "incomoda" PSD

PÁG. 8

Finanças
Estado mostra a investidores estrangeiros boas contas e diz que precisa de menos dívida

PÁG. 18

Opinião de Manuela Ramalho Eanes
Como vivi o 25 de Abril

PÁG. 11

VOLTAR AO 4X3X3 PARA RECUPERAR A MELHOR VERSÃO DE PORTUGAL DIANTE DA ESLOVÉNIA PÁGS. 24-26

Editorial

Valentina Marcelino
Diretora adjunta do Diário de Notícias

Sobre o Manifesto pela Reforma da Justiça. Não sou acéfala, nem manipulável

Antes de mais nada uma declaração de interesses. Sou signatária do Manifesto dos 50 por uma Reforma da Justiça. Faço parte dos + 50 que se juntaram aos primeiros. Dito isto posso desde já confirmar que, tal como assegura o signatário David Justino na entrevista DN/TSF que publicamos nesta edição, não temos um pensamento único sobre todos os temas levantados por este crescente "sobressalto cívico". Somos um conjunto de pessoas dos mais variados setores de atividade profissional – entre outros, jornalistas, comentadores, músicos, artistas plásticos, juristas, estudantes, advogados, ex-ministros, académicos – e políticos – há personalidades do PSD, CDS, PS, independentes e até temos o António Garcia Pereira, que foi dirigente do MRPP.

Falamos todos abertamente (temos um grupo no WhatsApp), damos sugestões de abordagem de temas, e alguns vão pondo "água na fervura" face ao que consideram excessos de outros, respeitando-nos sempre mutuamente. Todos sabem, por exemplo, na parte que me diz respeito, que não contam comigo para proposta de agravamento das penas para o crime de violação do segredo de Justiça ou de interceções telefónicas a jornalistas.

Por isso, lamento que haja quem escreva que somos um bando de acéfalos controlados seja por Rui Rio, seja por Augusto Santos Silva ou até, como ainda esta semana escrevia o diretor-geral adjunto do *Correio da Manhã*, pelo advogado Daniel Proença de Carvalho. O qual, afirmava, "dirige" a "agenda" do grupo que quer "nomear um fiel para procurador-geral da República, controlar a oportunidade das investigações e o tipo de meios a utilizar". Ora, quem olhar com atenção para a lista dos subscritores terá dificuldade, no meu entender, em identificar um que seja "pau mandado". Muito menos em relação a uma matéria tão gigante do ponto de vista do Estado de Direito e da nossa Democracia, como é a Justiça. No limite, ninguém é obrigado a estar lá se sentir que está a ser manipulado e usado.

Esse é um dos motivos pelo qual, numa exceção à regra que tenho mantido ao longo da minha vida de mais de 30 anos de jornalismo, decidi assinar este Manifesto. Não porque concorde com todos os adjetivos usados no mesmo, nem sequer porque acredite que há interferência objetiva da justiça na política – até porque nunca se provou e nestas matérias perceções não chegam - pelo menos generalizada.

Aliás, no poder político, os Governos e o Parlamento é que têm interferência no modo como o sistema judicial funciona, desde logo a que leis deve obedecer. E na sua eficácia e eficiência, quando decidem orçamentos e recursos a atribuir. Veja-se como o anterior Executivo reforçou a Polícia Judiciária e com isso elevou a capacidade de produzir investigações céleres e de qualidade.

A oportunidade para o Manifesto nasceu, de facto, de dois acontecimentos, duas operações no âmbito de investigações criminais, que levaram à queda de dois Governos, o da República e o da Região Autónoma da Madeira, com as subsequentes decisões de tribunais a contestar os fundamentos de alguns dos mais graves crimes imputados. Qualquer cidadão (excetuando talvez os que conhecem a fundo os meandros do funcionamento destes procedimentos) fica perplexo, apesar de ser a dita separação de poderes, constitucionalmente consagrada, a funcionar.

Mas trata-se de muito mais do que estes casos. É sentir que, de facto a separação de poderes é sagrada e que não pode haver instituições que não possam ser escrutinadas numa democracia. A atual procuradora-geral da República, Lucília Gago, proposta pelo ex-primeiro-ministro António Costa e nomeada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, contribuiu em grande medida para a onda de críticas e para o dito "sobressalto". Para o evitar bastaria cumprir as suas funções hierárquicas na plenitude.

Por exemplo, como é escrito no Manifesto, reconduzindo "o Ministério Público ao modelo constitucional do seu funcionamento hierárquico, tendo como vértice o/a procurador/a-geral da República, responsabilizando cada nível da hierarquia pela legalidade e qualidade do trabalho profissional das equipas"; reforçando "os meios de avaliação efetiva e independente no seio do sistema judiciário"; implementando "mecanismos de escrutínio democrático externo, designadamente através de relatórios periódicos a apresentar à Assembleia da República pelos órgãos de Governo institucional das diferentes magistraturas e sua apreciação nas comissões parlamentares competentes"; e fazendo "cumprir efetivamente o segredo de justiça, constitucionalmente protegido, aplicando a lei penal e as normas disciplinares contra a sua violação".

O que se pede, na verdade, foi bem resumido pela ministra da Justiça, Rita Júdice, na entrevista que deu ao jornalista Luís Rosa, do *Observador*: "Precisamos de um novo procurador-geral que ponha ordem na casa (…) Tem de existir hierarquia no Ministério Público. Não é um corpo que anda à solta." O mandato de Lucília Gago termina em outubro e a contagem decrescente já começou.

OS NÚMEROS DO DIA

21

VAGAS
Portugal aumentou para 21 as presenças garantidas nos Jogos Paralímpicos Paris2024, após a atribuição de duas vagas, via *ranking*, ao atletismo, modalidade que assim passa a ter seis representantes.

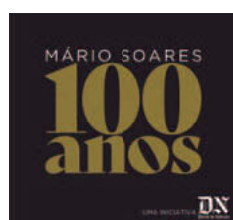
9

DETIDOS
Nove pessoas, entre os 21 e 40 anos, foram detidas por furtos em veículos de turistas na vila e praias de Sintra, e por posse de armas ilegais e tráfico de droga. Segundo o comando territorial de Lisboa da Guarda Nacional Republicana, os detidos são sete homens e duas mulheres.

14

MILHÕES DE EUROS
O Túnel do Grilo, no IC17/CRIL (Circular Regional Interior de Lisboa) vai ser alvo de obras de reabilitação e modernização, num investimento de 14 milhões de euros.

110

IDIOMAS
A Google anunciou que está a implementar 110 novos idiomas no Google Tradutor, ferramenta de tradução da tecnológica, sendo a "maior expansão de todos os tempos". Entre as novas línguas introduzidas está incluído o português falado em Portugal.

28.6.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

David Justino
"Começa a haver sobreposição excessiva de posições do sistema de Justiça com as da extrema--direita"

ENTREVISTA DN/TSF Subscritor do Manifesto dos 50 por uma reforma da Justiça, o ex-ministro da Educação garante que as críticas dos signatários não são contra o Ministério Público no seu todo, mas contra algumas práticas, no seu entender, lesivas dos princípios do Estado de Direito.

TEXTOS **VALENTINA MARCELINO** E **NUNO DOMINGUES** (TSF) FOTOS **GERARDO SANTOS** / GLOBAL IMAGENS

Temos escutado em vários palcos diversos subscritores do Manifesto dos 50 por uma reforma na Justiça garantirem que este não é um ataque ao Ministério Público (MP). Mas é só coincidência que a maioria dos casos citados na discussão pública gerada seja apontada negativamente ao MP?
Não é coincidência. É pela oportunidade. Ou seja, se por acaso há um caso ou dois ou três que ganham relevo mediático, é natural que as coisas sejam focadas sobre isso. Agora, quem ler o Manifesto tem consciência de que há muito mais dentro do sistema de Justiça que merece a nossa preocupação. E dentro do MP nós não confundimos todos os seus 1600 procuradores, mais os funcionários, etc., com um setor muito específico do MP. Generalizações são sempre de evitar. Há um conjunto de práticas, nomeadamente, ao nível da parte processual da área penal, que nos levantam sérias dúvidas e, neste caso, eu diria quase clara e determinada oposição. Os argumentos que ouvimos contra o Manifesto foi primeiro de que o problema do MP é um problema de limitação de recursos, que é uma coisa que eu discordo. Há recursos, mas estão a ser mal geridos, na minha opinião. Em segundo lugar, tem a ver precisamente com as pessoas e eu não quero personalizar. Pessoalmente, não tenho qualquer problema com o MP. A única vez que tive de ir a um processo de instrução após uma queixa, o MP comportou-se impecavelmente. Não tenho a mínima razão de queixa. Portanto, as coisas não são pessoais.

As críticas são em relação a certas práticas...
Exatamente. O que se põe em causa são práticas e são processos adotados e que estão, ou estavam, em fase de normalização. E nós não suportamos que isso possa ser normalizado. Quer dizer, se fosse um caso, uma situação em particular, com certeza que não existiria problema. É que, pelo menos, no núcleo inicial que deu origem ao Manifesto, foi a prática reiterada de determinado tipo de procedimentos que diz isto é insuportável e não é só um problema de legalidade. Há aspetos em que há a prática de crime por parte da instituição, que, em princípio, deveria zelar pela legalidade dos procedimentos. Mais do que isso, há preconceito e, acima de tudo, uma orientação que é de base política, eu diria quase que política ou ideológica. Porquê? Porque isso foi assumido, segundo creio, publicamente. Esta ideia de se querer transformar numa espécie de regulador ético moral da vida política. Eu acho que isto é uma ameaça. É grave que alguém, em vez de se basear em factos e em procedimentos legalmente consagrados se esteja a orientar por preconceitos de ordem ética ou moral.

> *"Há prática de crime por parte da instituição que deveria zelar pela legalidade dos procedimentos. Mais do que isso, há preconceito e, acima de tudo, uma orientação quase que política ou ideológica."*

Um justicialismo?
Não sei o que é que se lhe pode chamar. Quer dizer, há várias formas. Eu julgo que o fenómeno não pode ser dissociado de duas coisas. Primeiro, de que há um problema político com a organização do MP e com o sistema de Justiça. E é um problema político de responsabilidade política que tem de ser entendido como tal. Em segundo lugar, entendo que todos têm direito aos seus preconceitos. Não os podem é carrear para a apreciação que fazem de um processo de ação penal. Portanto, nesse sentido, os meus receios, que já não são só receios, são certezas que me incomodam, é precisamente o facto de que alguns dos princípios básicos de funcionamento do Estado de Direito não estão a ser respeitados. É nesse sentido. Poderiam dizer, bem, é um problema da lei, mas é mais do que isso, é da organização. É o problema do contexto em que as ações são desenvolvidas. É o problema também de uma generalização relativamente à ideia de que todos os políticos têm sempre rabos-de-palha, não é? E eu sinceramente não aceito isso. Não posso aceitar isso. Neste momento estou aqui a exercer uma atividade política, não tenho vínculo partidário, sou militante do PSD, mas afastei-me da vida partidária. Não tenho cargos, não tenho nada. Sou um mero académico que faz investigação, mas não deixo de ser um cidadão que se preocupa com o funcionamento da democracia e, acima de tudo, com o futuro da democracia em Portugal e do Estado de Direito. Mais importante que isso, com a ideia da liberdade. Toda a gente sabe que não há liberdades absolutas nas sociedades. Agora, no que diz respeito à liberdade relativa, vai até onde eu começo a sentir que a ação do Estado – e estou a falar do Estado em geral –, o sistema de Justiça e não só, vai cortar a minha própria liberdade. Há uma coisa que é um contrato social que decorre da aceitação da minha limitação, da minha liberdade. Há outra coisa completamente diferente, que é eu sujeitar-me ou habituar-me à sujeição a regras que não são legalmente e em termos de princípios respeitadas.

Este Manifesto, tem essa característica de juntar pessoas diversas, de origens diversas, seja políticas, seja de atividades profissionais. Há pontos que são comuns que os fez juntar a todos. Consegue sistematizar alguns?
Acredito que não há um único signatário que não tenha alguma reserva sobre o texto num determinado ponto. O que é relevante são os princípios que estão subjacen-

tes e a oportunidade que está subjacente à apresentação do Manifesto. Nesse sentido, o texto do Manifesto é mais um texto de alerta, de diagnóstico, do que propriamente um texto que aponta para um determinado caminho. O único caminho que apontamos é que é necessário fazer alguma coisa para que esta acumulação de aspetos lesivos da vida em comum possa ser superada e possa ser condicionada. Depois há também uma outra questão que é geralmente levantada, que é a ideia da reforma. Nós temos sempre um bocado a mania de entender as reformas seja do que for, não é só na Justiça, como um pacote legislativo. E não é necessariamente isso. Quer dizer, uma reforma é um conjunto de medidas e de ações organizadas planeadas como determinadas estratégias conducentes a determinado fim.

Pode ser o simples mudança do modo de fazer...

Por exemplo. Agora, se há abusos, eu tenho que limitar os abusos através da lei. Mas se há interpretações que eu diria que são interpretações muito latas da lei, então há que fazer com rigor. Até onde é que se pode ir, até onde é que não se pode ir.

Mas consegue sistematizar duas ou três ideias concretas em relação às quais já tenham chegado a acordo neste grupo tão diverso?

As ideias concretas têm a ver com os princípios que estão consagrados na Constituição. Não se pretende fazer uma reforma de maneira a alterar aquilo que é designado na arquitetura do sistema de justiça.

Falamos, por exemplo, da separação de poderes constitucionalmente consagrada. Sempre que se fala destas áreas, há sempre protestos sobre a interferência na autonomia do MP. Mas esta autonomia é essencial para a investigação criminal e esta separação de poderes também. Ou seja, qual é exatamente o vosso limite?

O nosso limite é aquilo que está consagrado na Constituição. Porque aí é que está definida qual é a arquitetura do sistema de Justiça e os princípios fundamentais do que deve ser uma organização do sistema de Justiça. Não precisamos de fazer uma revisão constitucional, pelo menos na minha opinião. Falo por mim. A reforma fica aquém disso e essa reforma pode ser a adoção sistemática de um conjunto de medidas corretivas de situações que estão mais que identificadas e que estão diagnosticadas há muito tempo.

Mas não que não podem ser autorrealizadas pelos próprios órgãos da Justiça. Ou seja, têm de ser os políticos a determinar a alteração...

O objetivo do Manifesto é precisamente dar, digamos, ignição aos decisores políticos...

Um estímulo, portanto.

Um estímulo. No fundo, estimular a entenderem-se, a sentarem-se à mesa, a arranjarem compromissos no sentido de corrigir aquilo que todos reconhecem que está mal. Agora o problema é saber porque é que não o fazem. Nós conseguimos, neste manifesto e com os 101 subscritores que já temos, para além de muitas outras intenções que estão praticamente em *stock*. Ainda vai crescer. É natural. O problema é saber se nós queremos crescer muito ou não. A dúvida que pode existir é se queremos ter aqui uma dimensão missionária. Não é aquilo que nós queremos. Mas admitindo que pode chegar a isso... Não estou a ver. Havia outras vias, eventualmente mais interessantes. Nomeadamente, digo eu a título pessoal, no caso das escutas, ou interceções. O problema é saber se há crime ou se não há crime. Então há que identificar? Ou seja, se é uma investigação sobre um outro crime qualquer de corrupção, seja do que for, deve haver investigação para saber. Esta coisa de lançar inquéritos é tudo muito bonito, quando na verdade as coisas se desenvolvem em vaso fechado e nós nunca chegamos a saber quais são os resultados do inquérito. Portanto, de uma vez por todas, é necessário que se saiba porquê. Quer dizer, se é possível identificar crimes de colarinho branco que são crimes complexos, então este torna-se muito mais simples. Até porque o círculo de probabilidades de identificação de culpados é muito mais reduzido.

Gostava de ter ouvido o PSD a falar sobre esta questão das escutas?

Gostava. E confesso que me sinto muito incomodado com este silêncio ruidoso que o PSD está a revelar. Então que diga claramente que não concorda com aquilo que se pretende e que não está disponível para o fazer agora. Confesso que fico triste. Pelo menos não me desiludo. Só posso desiludir-me quando estou previamente iludido e eu nunca estive iludido sobre isso, não é? Nomeadamente com a atual direção do PSD. A única coisa que eu estranho é, precisamente, este silêncio que é comprometedor, na minha opinião. E tenho pena.

Não se fala no Manifesto sobre o que é necessário para garantir investigações isentas, céleres e de qualidade, com mais recursos humanos e tecnológicos? Ficou de fora por algum motivo?

Nós não fazemos propostas. As propostas são exclusivas de quem tem o poder legislativo e o poder, de gestão de processos. A nossa área de ação é o diagnóstico e, acima de tudo, desenvolver o sobressalto cívico. Ou seja, reivindicar para o cidadão o direito de se poder pronunciar sobre o que não é um serviço, mas é um poder do Estado que não está a ser exercido conforme nós entendemos que deveria ser. Agora, quanto a propostas, há muita gente que tem propostas, nos últimos anos produziram-se propostas de alteração em larga escala. A única coisa que eventualmente nós poderemos fazer é identificar e fazer uma espécie de levantamento exaustivo de quais são as propostas que foram sendo produzidas ao longo dos últimos tempos.

> *"O nosso limite é o que está consagrado na Constituição. É aí que está definida a arquitetura do sistema de Justiça e os princípios fundamentais do que deve ser a sua organização."*

Separar as que são mais das que são boas, por exemplo?

Não, até é melhor ter conhecimento de todas, porque o problema de ser mau ou de ser bom tem em grande parte a ver com a conceção que temos subjacente. E nós não temos uma conceção única sobre quais são os aspetos que devem ser mudados. Também sabemos que se entrássemos no domínio das propostas, uma grande parte dos subscritores não estavam de acordo uns com os outros e, portanto, esse é o nosso limite.

Acreditam que as escutas dos processos criminais que têm maior visibilidade são libertadas intencionalmente para condicionar os próprios processos e mesmo para ter efeitos políticos?

Há aquela velha frase *se non è vero, è ben trovato*. Na verdade, eu julgo que já não são coincidências, porque não é um problema dos dois ou três últimos casos. É uma prática reiterada, já de há alguns bons anos para cá, de divulgação de escutas, divulgações oportunas em função de um determinado objetivo que se quer atingir. E esse objetivo tem a ver com a ação política. Portanto, a partir dessa altura eu já não me ponho em dúvida sobre isso. Neste momento, tenho a certeza de que há margem da política, tem havido uma agenda política com determinados fins. Não sou ingénuo ao ponto de dizer que, no fundo, não há outras intenções que não sejam o querer fazer justiça.

Não acha que isso também pode ser, um pouco, efeito colateral da bandeira que tem sido levantada nos últimos anos do combate à corrupção? A de que não pode haver impunidade e que a justiça é igual para todos. E tem havido, de facto, aqui quase um mostrar de conquistas. Quanto maior o número de políticos arguidos, melhor...

Mas aquilo que eu digo é que do conhecimento que eu tenho da classe política, entre aspas, é que essa ideia da classe tem uma conceção um bocado corporativa. Quer dizer, há políticos corruptos, toda a gente sabe que há e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a dizer que somos todos bonzinhos. Agora, também na política há gente séria, competente e honesta e que na enxurrada acabam por ver a sua vida privada, a sua vida familiar, etc., afetada precisamente por algum deste tipo de procedimentos. Portanto, tal como eu separo as águas entre aquilo que são alguns setores do MP e aquilo que é, se calhar, a grande maioria dos magistrados do MP que fazem o

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

seu trabalho como deve ser, que são competentes e que não tem preconceitos, faço o mesmo em relação aos políticos. Esta ideia de que todos os políticos são potencialmente corruptos, que foi divulgada e promovida, não só pelo MP, a partir de certa altura, também a própria comunicação social acaba por cair um bocadinho nisso. Felizmente não é toda a comunicação social. As generalizações devem sempre ser evitadas.

Essa ideia também tem sido muito alimentada pelo partido de direita radical, não é?

Esse é que é o problema. É que quando eu começo a ver um partido como o Chega a tomar determinadas posições, a defender determinado tipo de situações... É que parece que eles não são políticos, eles referem-se aos políticos como se fossem outros, não é?

E já consegue ligar os pontos, é isso?

Tenho essa tentação. Começa a haver sobreposição excessiva de posições que identifico ao nível do próprio sistema de Justiça, com outras posições ao nível da extrema-direita.

Nesse sentido, a Procuradora-Geral da República já deveria ter explicado alguns dos atos processuais que foram mais polémicos?

Deveria de haver uma preocupação pedagógica para poder chegar ao grande público, no sentido de esclarecer porque é que se fez assim e não se fez de outra maneira. Diria que não há política de comunicação porque há política, mas não há comunicação. Julgo que toda a gente converge a dizer que estas coisas não são um problema só da transparência, é um problema de salvaguarda da integridade institucional de um órgão como o MP. Ou seja, se não querem sujeitar-se a este tipo de, desculpem-me o termo, situações quase de enxovalho, então era bom que se pudesse explicar. Acima de tudo, que não se fizesse uma coisa que acho muito pouco aconselhável, que é quando se tem alguma coisa a dizer, por o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público a falar. Acho que os sindicatos não servem para isso. A não ser que tenham um poder para além daquele que lhe é natural e esse poder o leve precisamente a tomar posição pública sobre aspetos que não são do seu foro sindical.

Mas não acha que o sindicato está a usar da palavra porque mais ninguém fala?

Eventualmente. Mas isso não é um bom princípio. Não me vou pôr aos gritos só porque os outros estão calados. Não é assim que se fazem as coisas. As instituições tem que ter uma prática corrente de esclarecimento, de escrutínio das suas ações e, acima de tudo, também de escrutínio dos seus resultados.

Sente necessidade de agora ouvir a procuradora-geral da República no Parlamento a dar estas explicações que ainda não deu no espaço público?

Temos de perceber um bocadinho qual é o contexto do exercício neste final de mandato da senhora procuradora. Por aquilo que concluo, a senhora não está disponível para isso, não é? Agora, pode-se sempre chamar a senhora procuradora à Assembleia da República. Já houve duas propostas para se fazer uma audição. Mas, nem de propósito, foi o partido Chega que obstaculizou e dificultou isso. Portanto, há aqui qualquer coisa que eu sinceramente, ou melhor, percebo, mas não quero tomar posição pública sobre isso. Acho que já são coincidências a mais.

A ideia aqui é que é um princípio, é uma porta aberta, é uma porta que vale a pena ser aberta. É normal ser aberta, não é?

Devíamos ajudar a senhora procuradora a sair bem do mandato em que está. Não vale a pena. Vale a pena é começar a pensar sobre quais são os critérios e qual é o perfil do que se pretende que seja o próximo procurador-geral…

Quais são?

Acho que nós temos direito a saber quais são os critérios e qual é o perfil. Embora seja o senhor primeiro-ministro a apresentar a proposta ao senhor Presidente da República e o senhor Presidente da República concorda ou não concorda, pode haver várias vias. Ora bem, isto não pode ser feito por trás das cortinas do poder. Os cidadãos têm o direito de saber. Face à situação do MP, face ao que se pretende o MP, face á política de orientação que existe relativamente às prioridades da Justiça, etc., tem todo o sentido que o perfil do próximo procurador possa, pelo menos, nos seus critérios de seleção, ser explícito.

> *"Quando eu começo a ver um partido como o Chega a tomar determinadas posições, a defender determinado tipo de situações... É que parece que eles não são políticos, eles referem-se aos políticos como se fossem outros, não é?"*

No seu entender ou no entender dos subscritores do Manifesto, já há alguns requisitos identificados?

Não, não tenho. Creio que nunca chegámos a discutir isso. Ao contrário do que muita gente possa pensar não nos perdemos por aí…

Mas houve uma agenda?

Não, na verdade, é uma coisa que nos escapa. A única coisa que nós podemos e temos o direito de pedir é que haja transparência e que sejam enunciados, ou pelo menos publicados e conhecidos quais são os critérios de escolha. Tão simples quanto isto.

Só para fechar aqui esta questão do Manifesto. Há a perceção pública de que é uma Justiça para pobres e uma para ricos e que os sucessivos usos e abusos de recurso servem a quem tem dinheiro. Na *Operação Marquês* temos o ex-primeiro-ministro que só num processo, interpôs mais de 40 recursos. Há quem chame isto até o "terrorismo judiciário". Há intenção de também de tomar posição em relação a esta matéria?

Eventualmente. Mas entramos no domínio das medidas, não é? Aquilo que era importante é fixar bem os prazos para que todos possam saber com o que é que contam e fixar em que condições é que se aceita o recurso para uma instância superior. Também reconheço que a multiplicação de recursos também não é bom para o funcionamento do sistema de Justiça e não é bom para se fazer justiça. Porque às vezes funciona como manobra dilatória. Agora, sem querer retirar o direito do recurso e isso é intocável. O problema é que temos que regular esse mesmo direito. Porque senão temos aí a diferença entre aqueles que têm dinheiro para pagar a um advogado para fazer todos os recursos possíveis e imaginários, e aqueles que, não tendo esses meios, obviamente, não conseguem fazer qualquer recurso.

"A importância das competências não deve ser menosprezada, mas não sacrificando o conhecimento"

David Justino foi ministro da Educação, foi presidente do Conselho Nacional de Educação, foi professor universitário. A nossa escola é um caso de sucesso na perspetiva do que sabem fazer os jovens e do que sabem de conhecimento?
Temos aqui dois problemas ao nível de funcionamento, da escola e do sistema de ensino. Acho que nós fizemos progressos assinaláveis no que diz respeito à escolarização da população, à redução do abandono escolar e, em alguns aspetos, no combate ao insucesso. É claramente um saldo positivo. Em termos quantitativos, temos mais gente escolarizada durante mais tempo, temos a escolaridade obrigatória e isso é positivo. O que é que não é positivo? É aquilo que os testes internacionais demonstram. Que nos últimos anos baixámos o nível de desempenho dos alunos nesses mesmos testes. Isto revela que há fragilidades ao nível da aprendizagem. É bom que possamos distinguir que uma coisa é aquilo que se ensina, outra coisa é aquilo que se aprende, não é. Até posso ter bom ensino e não ter uma boa aprendizagem. A responsabilidade de um professor é para além de ensinar bem, fazer, aprender. Ou seja, promover as aprendizagens. Há muitas maneiras de o fazer para além da ação do próprio professor dentro da sala de aula. E aí tenho algumas reservas e preocupações relativamente ao nível de desempenho que os alunos estão a ter, não só ao nível do que são os conhecimentos, do que é necessário conhecer, mas também ao nível da formação integral do aluno.

O problema está na formação do professor ou na forma como os programas são desenhados?
Está em várias coisas, não só nos conteúdos, nas práticas pedagógicas e, acima de tudo, está numa coisa que é o facto de a escola ser uma instituição muito conservadora, independentemente de ser mais de esquerda ou mais direita. A escola é uma coisa que muda muito dificilmente e está a ser assolada por um conjunto de desafios com os quais não estavam habituados a lidar. O problema da digitalização é um dos desafios, é necessário desenvolver uma pedagogia do digital. Eu não sou contra a utilização de instrumentos digitais na sala de aula, agora tem é que haver uma pedagogia para isso.

Há países que já só estão a permitir o uso de telemóveis nas escolas a partir de uma certa idade...
Exatamente.

Mas se a sociedade está a evoluir nesse sentido, como é que a formação dos professores não acompanha?
Verdade. A formação dos professores anda sempre a reboque. Porquê? Porque é impossível ao nível destas instituições ligadas ao sistema de ensino ter um ritmo de acompanhamento e um ritmo de dança idêntico ao ritmo de dança do nível tecnológico.

É uma estrutura demasiado pesada, não é?
Pesada. Mas as instituições são isso mesmo. Quer dizer, as instituições são identidades que têm dificuldade em mudar. E a escola é uma instituição, para todos os efeitos. Agora isto não quer dizer que a escola não tenha mudado. Tem mudado sempre. E a ideia que nós ainda temos uma escola do século XIX é a ideia mais ignorante que eu conheço.

Continua a haver uma grande clivagem entre aquilo que os jovens sentem que precisam para a sua vida profissional e aquilo que a escola lhes oferece?
É preciso ter cuidado também. Porque muitas vezes aquilo que sentem que é preciso não corresponde àquilo que é mesmo preciso. Aí também sou conservador no sentido de dizer que se tivermos de mexer, tenhamos a certeza do que é que vamos mexer. Porque quando se mexe sem ter um propósito e acima de tudo, uma estratégia como deve ser, o risco de disrupção é elevado. Agora eu julgo que é possível reforçar a componente do conhecimento. Devo confessar que não sou um grande adepto de sacrificar o conhecimento ao desenvolvimento de competências, por exemplo.

> *"Não conheço ninguém que, sendo competente, seja ignorante. Não há competências sem conhecimento. Eu tenho que garantir que os miúdos dominam as literacias fundamentais, os códigos de interação que são fundamentais."*

Mas as competências são o que as empresas procuram mais hoje em dia...
Sim, mas é um problema das empresas. Não conheço ninguém que, sendo competente, seja ignorante. Não há competências sem conhecimento. Eu tenho que garantir que os miúdos dominam as literacias fundamentais, os códigos de interação que são fundamentais. Se não os dominam como deve ser, dificilmente podem aceder ao conhecimento. Portanto, podem ser competentes em quê? Não podem ser competentes em nada. Eu prefiro ter uma pessoa que tenha determinado tipo de valores, mas que tenha o conhecimento do que é que quer fazer e que tenha adaptabilidade a situações que estão sempre a mudar no mercado de trabalho. Porque eu não posso ter um perfil fixo ao longo do tempo. Esse perfil de formação dos jovens tem de adaptar-se àquilo que as empresas mudam de perfil dos seus recursos humanos constantemente.

Têm de ser as empresas a cumprir a parte final, é isso?
Têm que ser elas, não há dúvida nenhuma. Mais importante ainda é que temos de nos habituar que em vez de termos empregos para a vida, temos que ganhar competências em vários empregos ao longo da vida. Isso é a parte mais importante. Mas obviamente não se vai mudar de um momento para o outro. Depois tem um problema também no próprio funcionamento da escola. Como é que eu avalio competências? Os professores estão habituados a avaliar conhecimentos. Tínhamos que fazer uma reformulação completa em termos de formação da classe docente para se avaliar competências. Uma coisa é termos boas intenções, mas nem sempre as boas intenções dão bons resultados e, neste caso da avaliação de competências, os resultados são muito limitados. Portanto, devemos ter em atenção que a importância das competências não deve ser menosprezada, mas que isso não seja feito sacrificando o conhecimento.

> *"Julgo que o Governo tem que fazer como dizem os jogadores nos jogos de futebol, pensar só no próximo jogo. Depois, o campeonato logo se vê. Se for assim, devo dizer que este Governo está a comportar-se até melhor do que eu estava à espera."*

Fez bem o Governo em ceder aos professores no capítulo da recuperação do tempo de serviço?
Acho que fez muito bem. Só tenho que dar os parabéns. Foi uma atitude responsável da parte do ministro e da parte da equipa ministerial. Enquanto esse problema não fosse resolvido, não tínhamos a paz na Educação de que precisamos. Agora é natural que temos outros problemas para as quais para os quais precisamos de ter também alguma paz, como seja o problema da falta de professores. Admitindo que existe, quero saber onde, em que escolas, em que regiões? Onde é que eu tenho professores a mais? E saber também em que grupos de docência. É que eu tenho falta de professores, porque há uns que têm e outros não têm. É um trabalho que tem que ser feito de forma meticulosa e com tempo.

Uma pergunta política para terminarmos. É dos que acredita que este Governo vai durar quatro anos?
Não me regulo por problemas de fé e, portanto, não tenho qualquer fé sobre isso. Vivemos um período de incerteza muito grande, cada vez maior. Os fatores não previsíveis e de certa forma contingentes, são cada vez mais numerosos e com impactos cada vez maiores sobre a vida política social, não só em Portugal, mas como em todo o lado. Julgo que o Governo tem que fazer como dizem os jogadores nos jogos de futebol, pensar só no próximo jogo. Depois, o campeonato logo se vê. Se for assim, devo dizer que este Governo está a comportar-se até melhor do que eu estava à espera. Devo confessar. Não tenho problemas nenhuns em dizer isso. Agora que tenha uma estratégia mais ou menos delineada, mas sujeita precisamente a estes fatores contingentes que aparecem quando menos se espera e onde menos se espera. Um governo que esteja preparado para lidar com a incerteza é o governo que melhor é capaz de responder às necessidades do país. Um governo convencido que vai durar dois ou três anos, está nas mãos precisamente da incerteza. Sinceramente acho que governos nas mãos da incerteza são maus. São aqueles que andam sempre atrás de tudo o que mexe e depois aparece uma avalanche qualquer que não mexe e às duas por três estão soterrados. Nesse aspeto, penso que o Governo tem andado bem. Agora tem que se preparar para fatores que não são previsíveis e, acima de tudo, para comportamentos, nomeadamente de outros partidos políticos que, sendo previsíveis, não são necessariamente benéficos para a ação governativa. Há uma coisa que me faz alguma confusão, que é nós temos uma espécie de governação por segmentos. Esta medida para os jovens, esta medida e para os profissionais disto, esta medida para os idosos. Ainda estou à espera de medidas que contrariem tudo isto, que se respeite o interesse nacional.

Falta a cola é isso?
Falta a cola. Acima de tudo, falta a ideia de bem comum que é a base do funcionamento das democracias. Parte-se do princípio de que há um interesse que se sobrepõe a todos os outros interesses setoriais. E isso eu não tenho visto. E por isso é que também, como eu disse há pouco, no caso da Justiça, é um daqueles bens que só se justifica pela lógica do interesse nacional, não pela lógica dos magistrados, do MP, dos advogados, dos professores como eu, ou seja do que for.

No caso do pacote anticorrupção que a ministra da Justiça anunciou recentemente, foi uma resposta ao partido Chega?
Claramente. Claramente, isto é por taticismo. Se houver esta ideia do que é o interesse nacional e uma reflexão clara sobre o que é que interessa ao país, há coisas que nem valeria a pena estar a mexer.

Veja o vídeo em dn.pt/dntv

"Canto da sereia". Acordo do "náufrago" Albuquerque com Chega "incomoda" PSD

DESAGRADO Sociais-democratas aguardam pelo desfecho das negociações entre o partido de Ventura e a liderança do PSD/Madeira. "Não é não" de Montenegro é recusado pelo líder regional.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

"Num braço de ferro há sempre um que ganha, um que perde." É esta incerteza, expressa pelo líder local do partido de André Ventura – a possibilidade de um acordo PSD/CDS/Chega, na Madeira – que começa, mais uma vez, a criar "incómodo" no PSD de Luís Montenegro.

A diferença é que nas regionais de 2023 – ainda Miguel Albuquerque não era arguido e nem Montenegro era primeiro-ministro – a deslocação em peso do "estado-maior" do PSD ao Funchal, asseguram fontes sociais-democratas ao DN, "conseguiu" travar o que "parecia certo" e que se "percebia" pela falta de "linhas vermelhas" do presidente e recandidato ao Governo Regional: uma coligação que até podia resultar na atribuição de secretarias regionais ao Chega – uma imposição de André Ventura.

Na altura, o receio estava ligado à proximidade das eleições europeias e o efeito de "contaminação" que daí poderia resultar e que seria, "naturalmente", usada pela "esquerda toda". A noite de 24 de setembro [das eleições regionais] permitiu a Luís Montenegro, pela primeira vez, que discursou primeiro que Albuquerque, ser inequívoco sobre a "extrema-direita" e declarar um "não é não" definitivo.

Agora, tudo mudou. Exceto a recusa do PSD nacional a "quaisquer acordos" com o Chega. O líder regional social-democrata é arguido, alegadamente por suspeitas de corrupção, prevaricação e abuso de poder; foi reeleito líder do PSD, após a demissão, por uma diferença de 392 votos; ganhou as eleições antecipadas de 2024 à justa, sem maioria, pela terceira vez, e com o pior resultado de sempre do PSD – 49 mil votos; e não conseguiu, facto inédito em 48 anos, que a Assembleia Regional aprovasse um programa do Governo.

A esta dificuldade "local", aliada às criticas internas publicas – nomeadamente as de Alberto João Jardim, que pede a "saída de Albuquerque, e de Manuel António Correia, adversário nas eleições internas – junta-se o "incómodo" na direção nacional social-democrata e dos que agora ministros mantêm as mesmas linhas vermelhas de sempre.

José Manuel Fernandes, agora ministro da Agricultura, defende que "o PSD não deve fazer, seja onde for, não deve fazer nenhum tipo de acordo com o Chega"; Paulo Rangel, agora ministro dos Negócios Estrangeiros, diz que "acordos com o Chega são uma linha vermelha inultrapassável" e até adverte contra o que chama de "canto da sereia"; Luís Montenegro, agora primeiro-ministro, deixou claro que não pactuará "nem com políticas, nem com políticos racistas, nem xenófobos, nem oportunistas, nem populistas"; Miguel Pinto Luz, ministro das Infraestruturas, que chegou a manifestar uma "aproximação", defende agora que o "chega se move por ódio"; e há também, entre outros, a oposição – de alianças à "extrema-direita" de Ventura – de Margarida Balseiro Lopes, ministra da Juventude, António Leitão Amaro, ministro da Presidência, Pedro Duarte, ministro dos Assuntos Parlamentares, Nuno Melo, ministro da Defesa e Hugo Soares, secretário-geral do PSD.

> *"As linhas vermelhas em relação ao Chega são uma ideia engendrada pela esquerda."*
>
> **Miguel Albuquerque**
> *Presidente do Governo Regional da Madeira*

Miguel Albuquerque "devia ter saído" da liderança do partido e do Governo Regional "logo que foi constituído arguido", defende fonte social-democrata. Assim, sustenta outra fonte, "está a afundar" o partido e "todos os que estão próximos". "Um náufrago", resume fonte parlamentar do PSD.

O "inédito" e "insustentável" é que desde 2019, lamenta fonte do PSD, só "somos lá Governo" por força de sucessivos acordos "ora com CDS, ora com CDS e PAN e agora muito previsivelmente com o Chega".

Por agora, a certeza é a de que publicamente, no PSD nacional, ninguém assumirá a defesa de Miguel Albuquerque. "Há que esperar para ver no que isto dá", explicam.

Se há um ano, o receio era o impacto nas eleições europeias do acordo regional PSD/Chega, agora a preocupação relaciona-se com as eleições autárquicas de 2025 – as mais importantes dos últimos 12 anos que vão obrigar à "mudança", por limitação de mandatos, de mais de uma centena de presidentes de câmara: sete na Madeira.

Traduzindo: o "uso" que a esquerda "fará" de uma coligação do PSD [de Albuquerque] com a "extrema-direita" [de Ventura] numa altura "decisiva".

Na Madeira cresce a "quase certeza" de que o Chega deixará "passar" o programa do Governo para que depois "obrigue" Albuquerque a "ceder em tudo" – é que sem o voto favorável do partido de Ventura pouco ou nada poderá ser aprovado.

Ministério da Justiça recusa ideia de "interferir" no MP

JUSTIÇA O gabinete rejeita a "escala de deturpação" após declarações da ministra, que assumiu querer pôr "ordem na casa" do Ministério Público

A ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice.

O Ministério da Justiça rejeitou as interpretações do Chega sobre a entrevista da ministra ao *Observador*, considerando haver uma "escalada de deturpação das palavras" da governante, que disse ser necessário "pôr ordem na casa" em relação ao Ministério Público (MP).

"Não existe, na afirmação em causa, como aliás se depreende do contexto geral da entrevista, qualquer referência ou até intenção de interferir com a autonomia do Ministério Público ou com a independência do poder judicial. A afirmação tem um sentido prospetivo, visando apenas o futuro", lê-se num esclarecimento do gabinete da ministra, Rita Alarcão Júdice, enviado à Lusa.

O Chega quer ouvir a ministra da Justiça no Parlamento depois de esta ter dito que o "novo procurador-geral tem que pôr ordem na casa".

"É uma expressão que não se coaduna com o sistema democrático em que vivemos, que não se coaduna com o sistema de separação de poderes em que vivemos, mas que tem um efeito ainda pior e mais nocivo, é uma expressão que talvez denote de forma involuntária as verdadeiras intenções do Governo e, infelizmente, do Partido Socialista em matéria de justiça", afirmou o líder do Chega, André Ventura, em declarações no Parlamento.

A nota do gabinete da ministra argumenta que "quando se diz 'arrumar a casa' sinaliza-se que em breve se vai iniciar um novo ciclo que contribua para a dignificação da Justiça, eliminando o ambiente de crispação e de tensão causado pelas polémicas e controvérsias em torno das instituições judiciárias, mesmo que, por vezes, sem fundamento. Qualquer outra interpretação é uma deturpação do sentido da entrevista, cuja versão integral está publicamente disponível".

O gabinete de Rita Alarcão Júdice refere ainda que, independentemente de o pedido de audição ser ou não formalizado pelo Chega, já está prevista uma audição regimental na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 17 de julho, o que impede qualquer outro agendamento nos 15 dias anteriores. Um eventual requerimento pode ter como resultado o acrescentar de mais uma ronda de perguntas dos grupos parlamentares à ministra às regimentalmente previstas na audição.

Na entrevista à *Rádio Observador*, a ministra admite que há uma "certa descredibilização" do MP e quer que o próximo PGR inicie "uma nova era" e "ponha ordem na casa".

No programa *Justiça Cega*, a ministra garantiu que o Governo não tem dúvidas sobre o perfil para o novo procurador-geral da República (PGR), que terá de ser de liderança e de comunicação.

Já depois da divulgação da entrevista, Rita Alarcão Júdice numa publicação na rede social X (ex-Twitter) foi mais longe e acrescentou que o próximo nome deve também contribuir para a "dignificação da Justiça", para eliminar "ambiente de crispação" e exercer funções "em linha com a Constituição".

Depois de o presidente do SMMP, Paulo Lona, ter rejeitado a necessidade de "pôr ordem na casa", mas reconhecido a necessidade de o MP comunicar melhor, o Chega anunciou a intenção de chamar a ministra ao Parlamento para explicar as declarações e a expressão "pôr ordem na casa", que considera que "não se coaduna com o sistema democrático" nem " com o sistema de separação de poderes".

Nos últimos dias, vários partidos pediram a audição de Lucília Gago, sobretudo depois da divulgação de escutas a António Costa ligadas à *Operação Influencer*, mas não diretamente relacionadas com o processo, que resultou na queda do Governo e em eleições antecipadas.

DN/LUSA

Semáforo na AR vai controlar tempos dos deputados

DEBATES A ferramenta foi aprovada em abril deste ano, mas ainda não foi aplicada. O primeiro teste acontece hoje, desejando-se que em setembro tudo funcione corretamente.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Foi anunciado por José Pedro Aguiar-Branco, no final do plenário de ontem, como algo que iria "agradar" a todos os deputados: o sistema de semáforo vai ser testado pela primeira vez na sessão plenária de hoje. Este mecanismo serve para alertar os deputados e, se for caso disso, os membros do Governo, em relação ao tempo das suas intervenções.

Mas, quando acontecer, o teste não incluirá ainda o corte de palavra a quem intervém. Isso, anunciou o presidente da Assembleia da República, ficará para uma segunda fase – que, preferencialmente, acontecerá antes das férias parlamentares. O objetivo é que, após o regresso, em setembro, o sistema esteja a funcionar em pleno.

Surgida em abril, por iniciativa do próprio Aguiar-Branco, esta medida esteve para ser testada no debate do programa do Governo (algo que não aconteceu).

O objetivo desta nova forma de funcionamento parlamentar prende-se, apenas, com os tempos e não com o conteúdo das alocuções. As interrupções entre bancadas têm-se tornado cada vez mais frequentes (e vão continuar a acontecer, porque esse tempo não é contabilizado para este sistema). Esta é ferramenta pensada para lidar com intervenções mais longas – no entanto, a proposta não acolheu unanimidade na Conferência de Líderes. O princípio de funcionamento é simples. No relógio digital da sala das sessões, uma luz amarela acender-se-á quando faltarem 30 segundos para o fim do tempo previsto para a intervenção. Findo esses segundos, a luz passa a ser vermelha. Há, depois, uma tolerância de apenas 15 segundos, após os quais o microfone se desliga automaticamente. No Parlamento Europeu, algo semelhante acontece: quando o tempo previsto para intervir termina, o microfone desliga-se.

Opinião
Helena Pereira de Melo

"Cala-te Menina, senão levam-te para o Tarrafal"

"Cala-te Menina, senão levam-te para o Tarrafal", dizia-me o meu avô. Frase bizarra para os meus seis anos de infância dourada. Vinte anos depois visitei o Tarrafal. Entendi como é essencial o respeito pelas liberdades de pensamento e de expressão e do direito à privacidade indispensável para o seu pleno exercício. Um Estado de Polícia em Portugal, nunca mais, pensei.

Todo o Direito Processual Penal é Direito Constitucional aplicado e assenta na garantia dos direitos fundamentais dos intervenientes no processo e dos sujeitos processuais. O regime dos meios de investigação e de obtenção de prova respeitam a natureza constitucional dos princípios fundamentais deste ramo do Direito, em particular o da eminente dignidade da pessoa humana.

Quando lemos que António Costa e João Galamba podem ter sido objeto de escutas – de vigilância judicial – durante anos suscita-se a questão da necessidade, da proporcionalidade e da adequação da medida judicial que as autorizou, face ao objetivo que a justificou: o da descoberta da verdade material, qualquer que seja o conteúdo desta.

Gravar conversas telefónicas durante um tão longo período fere o núcleo mínimo do direito à privacidade da pessoa de uma forma intolerável. A sua vida converte-se numa novela acompanhada pelos que intercetam e transcrevem o que ouvem. Estes "ouvidores" tornam-se as pessoas mais próximas dos "ouvidos", acompanham o seu dia a dia, conhecem-nos em quase todas as facetas das suas vidas. Podê-los-iam aconselhar, atenta a invasão continuada da sua privacidade que praticam: "Não António, não compres essa comida para o teu cão, da outra vez que o fizeste acabámos no veterinário…". "João, muda de barbeiro, o preço é muito melhor no do teu amigo Joaquim, ele já to disse tantas vezes…". O ouvidor medieval, que desempenhava funções semelhantes às do atual juiz de instrução no Direito Canónico, poderá deste modo ter sido substituído pelo polícia que escuta o cidadão em todos os momentos da sua vida.

A aplicação da Justiça obedece ao princípio da celeridade e o Estado Português já foi diversas vezes condenado, pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por não a assegurar. O tempo a que essa aplicação obedece é fundamental para o respeito dos direitos fundamentais de todos os cidadãos e a morosidade excessiva não pode tornar as suas vidas transparentes aos órgãos de polícia criminal durante anos. Ainda que as sucessivas decisões judiciais de intercetar as comunicações destes possam ser formalmente justas, não o serão materialmente se ofenderem princípios constitucionais básicos, desde logo os da proporcionalidade e do respeito pela dignidade da pessoa humana. As escutas telefónicas são admitidas pela Lei Processual Penal a título excecional e pelo prazo máximo de três meses. Não se estabelece um limite máximo para a renovação periódica da sua admissibilidade porque se supõe que o juiz de instrução interpreta e aplica a aludida Lei à luz dos princípios basilares da nossa democracia, conquistada em abril de 1974, consagrados na Constituição de 1976.

Recuso um Estado de Polícia. Não quero conhecer o meu eventual "ouvidor", cujos direitos laborais não têm sido devidamente assegurados, pelas reivindicações que acompanho nas notícias televisivas. Desejo-lhe o melhor, mas, o mais prudente enquanto o regime jurídico das escutas telefónicas não for alterado ou devidamente aplicado, é não falar ao telefone. Estou a fazer um curso sobre formas alternativas de comunicação: através de pombos-correio ou de sinais de fumo. Os pombos sujam na varanda e o fumo dispara os detetores de incêndio do prédio o que me tem causado má vizinhança, mas, apesar de tudo, permitem-me recusar o Estado de Polícia a que não quero regressar.

Ao Tarrafal, avô, só quero ir de férias. É uma praia magnífica

> **Gravar conversas telefónicas durante um tão longo período fere o núcleo mínimo do direito à privacidade da pessoa de uma forma intolerável.**

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova

Opinião
Manuela Ramalho Eanes

Como vivi o 25 de Abril

O meu 25 de Abril começou muito antes do próprio 25 de Abril. Começou quando o meu marido e outros jovens militares sonhavam com um País livre, democrático, sem prisões por razões ideológicas, com políticos com integridade e ética, com pessoas sem fome, com escolas onde todos pudessem aprender a ser mulheres e homens participativos sem medo de falar, com uma justiça que não fosse manipulada pelos servos do regime, com cidadãos prontos a combater por um ideal de Pátria onde a liberdade, a justiça e a paz fossem uma verdade vivida por todos, sem medos.

A luta por estes ideais era discutida na clandestinidade, num local previamente combinado. Sem medo. Com o idealismo próprio dos jovens que sabem que as utopias são apenas o que ainda não se realizou.

"De mãos dadas com os perigos" (citando Sophia de Mello Breyner), a seara do futuro começou a alastrar e a semente a crescer. E a liberdade, vivida na pureza dos corações daqueles jovens capitães, começou a crescer.

"Liberdade que estais em mim, Santificado seja o vosso nome" (Miguel Torga).

É verdade que todos estes ideais de liberdade, de dignidade para todos, de um Povo, de uma Nação de séculos, fraterna e solidária, eram também vividos por outros grupos: movimentos de estudantes, alguns políticos, geralmente no exílio ou na clandestinidade, grandes advogados e pessoas de outras profissões.

Mas, como em qualquer desígnio, no mais importante Projecto da Vida, "o que importa é partir, não é chegar" (Miguel Torga).

E foi o que aconteceu: na madrugada do 25 de Abril, um grupo maioritário de jovens capitães – com risco da própria vida – partiu de quase todas as unidades do País (grupo simbolizado por Salgueiro Maia), determinados a acabar com um regime caduco e dar a este Povo a liberdade e a dignidade.

Entretanto, o meu marido, que participou em todas as reuniões preparatórias, foi mobilizado para Angola, para onde partiria em Janeiro de 1974, para a sua quinta Comissão de Serviço. E eu ia vivendo todas estas movimentações, num sentimento misto de ansiedade e esperança.

E, no próprio dia 25 de Abril, só com o meu filho Manuel (com apenas dois anos), e preocupada com o meu trabalho na Obra Social do Ministério da Educação, continuei a enviar ao meu marido – como fazia todas as semanas – o correio com todas as informações, jornais e revistas, portuguesas e estrangeiras.

1

Entretanto, chegavam-lhe as notícias da evolução dos acontecimentos, através do MFA de Angola.

Passado pouco tempo, o meu marido foi chamado para a Comissão Ad Hoc para a Comunicação Social, área que, naquele tempo – mais do que nunca –, precisava de uma pessoa íntegra e corajosa, não permeável a pressões.

Mas, como acontece na maioria dos grandes Projectos sonhados com idealismo, há sempre quem os procure desvirtuar em proveito próprio. Começou, então, a haver algumas divergências e viveu-se um tempo de grande perturbação – o chamado PREC –, em relação ao qual ainda hoje há um grande desconhecimento.

Foi efectivamente um tempo de grande dramatismo, conflitos entre o MFA e os Partidos, agitação nas ruas, medo, o cerco da Assembleia Constituinte (em Novembro de 1975), mandatos de captura em branco e, até, ameaças de rapto (como aconteceu connosco em relação ao nosso filho de três anos).

Em Julho de 1975, houve uma grande manifestação, conhecida como a Manifestação da Alameda, que reuniu milhares de pessoas e é considerado um dos momentos decisivos no confronto político da altura. Nesta época tão conturbada tiveram papel de destaque alguns grandes poetas e escritores, que, com toda a coragem e força de alma, se manifestaram em defesa da liberdade e contra a ameaça de uma nova ditadura. Destaco, pela profunda amizade que nos unia e pela admiração que por eles tínhamos, dois grandes poetas: Natália Correia e Miguel Torga. E lembro, com todo o afecto, amizade e consideração, as palavras – como pedras – de Natália Correia, que Miguel Torga também partilhou: "O silêncio dos melhores é cúmplice do alarido dos piores".

Neste chamado Verão Quente, que vivi intensamente, como cidadã responsável, que ama o seu País, nunca perdi a fé e a esperança. Preparava-se, numa dádiva total e sem medo, a resposta a um País de novo amordaçado, com agitação social e conflitos constantes.

E, como diz o grande poeta Sebastião da Gama: "é preciso cumprir o nosso destino de não ficar parados". Assim, depois de um País libertado, mas perante as derivas ideológicas que se seguiram ao 25 de Abril, um grupo de militares íntegros, corajosos, com risco da própria vida, e com um profundo amor a esta "nesga de terra debruada de mar" (Miguel Torga), não desiste de um novo combate por uma Pátria mais justa e com dignidade para todos. E surge, então, como nova alvorada, o Grupo dos Nove, liderado ideologicamente por Melo Antunes, e no qual, a partir de Julho de 1975, o meu marido assumiu o papel de coordenador operacional, com o objectivo de instituir, em Portugal, uma democracia constitucional-pluralista.

A resposta corajosa contra todos os que se preparavam para a tomada de poder e controlo das Forças Armadas, a 25 de Novembro de 1975, devolveu, assim, às Forças Armadas e aos Portugueses, a fidelidade ao grande propósito do 25 de Abril.

> "Todo este período de institucionalização da Democracia foi vivido por mim, pela minha família, com a esperança de ver Portugal ser um País mais justo, mais fraterno, mais solidário. Muito falta fazer, mas muito, também, já se fez.

2

O 25 de Novembro foi o ponto de partida para a recuperação das promessas feitas originalmente pelo MFA, evitou uma guerra civil e uma nova ditadura e deu a democracia a um País que já conhecia a liberdade.

Assim, logo a 26 de Novembro, a intervenção televisiva de Melo Antunes não só diz não a "sugestões" de dissoluções partidárias, nomeadamente a do PCP, como mostra "que a democracia implica a integração do adversário".

Com o segundo Pacto MFA-Partidos, assinado em Fevereiro de 1976 por todos os partidos, ficou estabelecido, por iniciativa militar, que o Conselho da Revolução se extinguiria, e as Forças Armadas voltariam à dependência directa do poder político, logo que fosse feita a primeira revisão constitucional e instituídos os novos órgãos que acolheriam as funções políticas até aí exercidas pela Instituição Militar. Este Pacto de Honra (cujos princípios foram incluídos na Constituição da República Portuguesa, que foi ratificada e entrou em vigor a 25 de Abril de 1976) – que algumas pessoas desconhecem – permitia que, a fazer-se, como era possível, a revisão constitucional, logo no início de 1981, o Conselho da Revolução se extinguiria imediatamente a seguir. Se assim não aconteceu, responsáveis, exclusivos, foram os partidos políticos que, só mais tarde, em 1982, se entenderam para rever a Constituição.

Um País novo começou, uma nova esperança cresceu e acabaram os medos. Sem protagonismos, com verdade e com um País renascido, sem algemas, estes militares corajosos, que têm a Pátria no coração, e que são capazes de dar a vida por Ela, mesmo com sacrifício pessoal, são os nossos Heróis, simbolizados no 25 de Abril e no 25 de Novembro.

E, como somos, também, um País de poetas, este País democrático é conhecido, em todo o mundo, como tendo nascido da Revolução dos Cravos.

Todo este período de institucionalização da Democracia foi vivido por mim, pela minha família, com a esperança de ver Portugal ser um País mais justo, mais fraterno, mais solidário. Muito falta fazer, mas muito, também, já se fez. E a esperança num Futuro melhor guiará, sempre, as nossas vidas.

Presidente Honorária do Instituto do Apoio à Criança
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Miguel Romão

Mutatis, mutandis na Administração Pública

Em cerca de três décadas, já se experimentou quase tudo e o seu contrário em matéria de organização da Administração Central. E quase sempre a motivação mais profunda e imediata foi a da poupança de recursos financeiros, mesmo se a coberto de outras justificações mais atrativas aos léxicos da moda.

Já se dispensaram pessoas por processos excecionais, já se recontrataram pessoas em processos excecionais. Já se fundiram e extinguiram serviços, já se criaram serviços idênticos. Já se reduziu o número de dirigentes e já se aumentou o número de dirigentes. Já se aumentou o número e as competências das secretarias-gerais dos ministérios, o que agora vai ser reduzido. Já se criaram centros de competências comuns e serviços de compras e de gestão do património partilhados, que pelos vistos não existiram ou não funcionaram, já que agora vão ser recriados, outra vez. Já se extinguiram serviços de estudo e planeamento, criaram-nos de novo, agruparam em rede e agora por aí estarão – ou não. Já se optou pela instalação de serviços em edifícios públicos, optou-se pela instalação em edifícios arrendados, optou-se de novo pela instalação em património público – às vezes. Já se concentraram serviços de ministérios nas mesmas instalações centrais, já se separaram serviços de ministérios, já se criaram serviços centrais na Golegã. Já se criaram prémios de desempenho para valorizar "o mérito" – e raramente estes foram atribuídos. Já se trabalharam seis dias por semana e já se trabalharam quatro. Já se congelaram carreiras e descongelaram. Já se pagou mais, menos e assim-assim. Já se avaliou de uma maneira, de outra e de outra. Já se desmaterializou, mandou para a Internet, evitou a presença de público nos serviços e se retrocedeu. Já se escolheram dirigentes por nomeação, já se escolheram por concurso, já se isentaram dirigentes de submissão a concurso, como os magistrados, à revelia da lei, aliás. Os dirigentes já exerceram funções por três anos e por cinco anos e, tipicamente, "em substituição". Já houve um PRA, um PRACE, um PREMAC, um Simplex, um Simplex 2.0, programas, claro, de reforma da Administração. Já se disse que havia trabalhadores a mais, trabalhadores a menos, que eram "gorduras do Estado", que era preciso afinal competir com o mercado para o seu recrutamento. Portanto, deveria haver uma larga experiência do que funciona e não funciona, do que funciona melhor e do que funciona pior...

Em cerca de três décadas, já se experimentou quase tudo e o seu contrário em matéria de organização da Administração Central. E quase sempre a motivação mais profunda e imediata foi a da poupança de recursos financeiros.

A Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), num relatório de avaliação da Administração Central, redigia o seguinte diagnóstico: "A situação do sector público administrativo era muito negativa: estruturas e quadros orgânicos mal dimensionados; sistemas de gestão obsoletos; pessoal nem sempre dotado de formação adequada e subaproveitado; instalações e equipamento em larga medida deficientes; métodos de trabalho antiquados e excesso de burocracia; custos muito elevados e baixa produtividade; sistemas de controlo ineficazes e, em algumas áreas, sinais preocupantes de corrupção".

Poderia ser hoje? Talvez. Mas era a descrição para... 1980 (*Análise da evolução das estruturas da administração pública central portuguesa*, 2013). Ora, mesmo com tudo o que se evoluiu, basta infelizmente ir a um tribunal ou a um serviço da Segurança Social e não deixar de se pensar nesta imagem.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Opinião
António Capinha

O homem da campainha

Não são muito abonatórias as razões de princípio e de qualificação que levam às escolhas para altos cargos na União Europeia.

A 16 de março de 2003, Durão Barroso estendia o tapete vermelho na Base da Lajes ao presidente norte-americano, George W Bush, ao primeiro-ministro inglês, Tony Blair, e ao presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar, para uma cimeira sobre o Iraque. Alguns dias depois começava a trágica e disruptiva invasão daquele país por tropas norte-americanas que lançariam o caos na região e no Mundo. Como recompensa política, Durão Barroso era convidado para presidir à Comissão Europeia, a 27 de junho de 2005.

Ao assumir estas funções, Durão Barroso deixava para trás um país "de tanga", um PSD sem uma liderança forte e rumava a Bruxelas na procura das mordomias europeias.

Agora, temos um segundo caso de um português indicado para a presidência do Conselho Europeu, fortemente, apoiado pelo Governo de Montenegro.

Montenegro disse de António Costa o que "Maomé não disse do toucinho". Que era um dos piores primeiros-ministros que Portugal tinha conhecido. Pois é! É verdade que nos últimos anos do Governo de António Costa havia uma demissão por mês, alegadamente, por corrupção e tráfico de influências. E é, igualmente, verdade que Costa exerceu o poder com o objetivo encapotado da conquista futura de um cargo europeu para si próprio. Desde muito cedo passou para a sua tutela direta a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus que, tradicionalmente, estava no Ministério dos Negócios Estrangeiros. O país foi, socialmente, arrasado com o cumprimento dos objetivos de Bruxelas das contas certas, numa prioridade de obedecer, cegamente, às diretivas da União Europeia. A lógica do bom aluno!

Mas, para Bruxelas pouco importa o que os seus candidatos a *top jobs* fizeram nos respetivos países de origem. A negociata faz-se entre famílias políticas e cada uma delas "encaixa as suas pedras", independentemente da qualificação e do respeito pelos princípios dos partidos onde são filiados.

Para Bruxelas pouco importa o que os seus candidatos a *top jobs* fizeram nos respetivos países de origem. A negociata faz-se entre famílias políticas.

Para a Europa vai um presidente do Conselho Europeu que foi, em Portugal, o pai de uma solução política – a geringonça – que está nos antípodas dos princípios europeus. Costa nunca foi, totalmente, claro na questão de um apoio inequívoco à Ucrânia e manifestou reservas temporais sobre a entrada do país na União Europeia. Não hesitou em fazer uma paragem técnica para se sentar ao lado de Viktor Orbán na final da Liga Europa, na procura de apoios daquele que é um dos menos recomendáveis políticos europeus, com censura aos órgão de comunicação social e o domínio do sistema de Justiça na Hungria, sem contar com apoio a Putin.

Mas, aparentemente, nada disso importa à Europa e aos que a dirigem.

Talvez isso possa ser uma das componentes de explicação para o estado em que a Europa se encontra, com uma quase total ausência de estadistas e de projetos que lhe deem um novo fôlego.

Mas, também, as funções do Conselho Europeu são de somenos. Aquele órgão toma decisões por consenso, mas só os chefes de Estado têm direito de voto. Quem tem o poder é o Conselho da União Europeia onde se sentam os ministros setoriais de cada um dos Estados-membros. É aí que tudo se decide.

Portanto, para o presidente do Conselho Europeu resta a função de estabelecer alguns consensos políticos e juntar os deputados, a tempo e horas, com um toque de campainha.

Jornalista

RITA CHANTRE / GLOBAL IMAGENS

Portugal terá mais cidadãos portugueses quando nova lei for regulamentada.

Tempo de moradia domina pedidos de nacionalidade. Número vai subir

NOVOS PORTUGUESES Quando a legislação for regulamentada, processo ficará mais facilitado. Somente em 2023 foram quase 31 mil solicitações, segundo dados do Ministério da Justiça.

TEXTO **AMANDA LIMA**

O tempo de residência em Portugal continua sendo o mais utilizado para solicitações de nacionalidade portuguesa. Em 2023 foram um total de 30.497 pedidos, segundo dados do Ministério da Justiça fornecidos ao DN Brasil. A maior parte são de cidadãos brasileiros, a maior comunidade estrangeira em Portugal, com mais de 615 mil pessoas com título de residência. A categoria só fica atrás, naturalmente, dos bebês com pai ou mãe portuguesa que tenha nascido no estrangeiro, num total de 95 mil.

Em segundo lugar, depois do tempo de residência, estão as solicitações de pessoas que estejam casados (as) com cidadãos portugueses há mais de três anos. Foram 23.301 pedidos no ano passado. A lei prevê que o ingresso da nacionalidade só pode ser solicitado três anos após o matrimônio. Na sequência, com 20.287 casos, estão os indivíduos com, pelo menos, um ascendente de nacionalidade portuguesa originária do 2.º grau na linha reta. Ou seja: os que por questões familiares possuem o direito a serem cidadãos portugueses. No total, em 2023, com a soma de outras categorias que a lei permite, foram 198.436 pedidos no total ao Ministério da Justiça.

Entre janeiro e abril deste ano, já foram ingressados 31% do total de 2023: 63.059 solicitações. O número vai subir ainda mais. Existem milhares de imigrantes esperando uma regulamentação na lei para que possam fazer a solicitação ao ministério. Trata-se da regulamentação da última mudança na Lei da Nacionalidade, que entrou em vigor oficialmente em abril. A mudança prevê que os cinco anos de moradia em Portugal contemplem o tempo de espera pelo título de residência. No caso das pessoas que o obtiveram pela agora extinta manifestação de interesse, significa ganhar até três anos na contagem. No entanto, ainda falta a etapa da regulamentação, ou seja, definir os detalhes. Ainda não está claro a partir de quando o cidadão terá direito, se no ingresso da manifestação de interesse ou de quando foi aceita. São meses que fazem a diferença na contabilização final do tempo. Ao DN Brasil, o Ministério Justiça informou não possuir uma previsão de data para que a regulamentação ocorra. A lei entrou em vigor em pleno período de troca de Governo.

> Ao DN Brasil, o Ministério Justiça informou não possuir uma previsão de data para que a regulamentação ocorra.

Por enquanto, o tempo médio de tramitação dos pedidos segue sendo de dois anos. A Ordem dos Advogados (OA) já se pronunciou publicamente em diversas ocasiões sobre a necessidade de aumentar o número de funcionários para dar conta do serviço, em especial quando as mudanças passarem a valer na prática. *amanda.lima@dn.pt*

VEM AÍ A DIÁSPORA FEST 2024 EM LEIRIA

Está marcada a data da Diáspora Fest 2024 em Leiria. A edição deste ano será nos dias 13 e 14 de julho, no Parque do Avião.

A festa é considerada a maior de interculturalidade na região. O evento é promovido pela Associação Global Diáspora Empreendedores Imigrantes, com sede em Leiria. A entrada é livre nos dois dias de programação, que iniciam às 12h. Segundo Geraldo Oliveira, presidente da associação, o objetivo da festa é promover a integração através do diálogo, atividades culturais e de entretenimento.

Um dos destaques é o *bussines spot*, em que imigrantes empreendedores vão contar suas histórias e trocar experiências em Portugal. Como o evento é aberto a toda a família, haverá também atividades para crianças e diversas barracas com comidas típicas brasileiras, portuguesas e de outras partes do mundo, além de música ao vivo no palco que será montado na praça.

De acordo com Geraldo, que é um imigrante empreendedor brasileiro, a programação musical é diversificada, assim como a produção cultural brasileira. Por isso, vai subir ao palco o coral Vozes da Diversidade e artistas que tocam forró, afro beats, sertanejo, pagode, funk e até música gospel. "O objetivo é agradar a todos os públicos da comunidade", conta ao DN Brasil, que será parceiro da festa.

Esta não é o primeiro evento promovido pela Associação. Em 2022, a celebração do Dia do Brasil já reuniu mais de 8 mil pessoas. No ano passado, a festa de primavera debateu habitação e mão de obra e em maio passado a Global Diáspora foi uma das promotoras de um encontro que discutiu a influência da inteligência artificial em várias áreas, como saúde, indústria e construção.

DN BRASIL
É um suplemento do DN que circula todas as primeiras segundas de cada mês, um *site* com atualização diária e páginas de atualidade no DN, sempre escrito em português do Brasil.

Há cada vez mais alunos com seis anos no pré-escolar

EDUCAÇÃO Nos últimos cinco anos letivos, o número de crianças com seis anos a frequentar o ensino pré-escolar tem subido progressivamente. Educadores, pais e professores alertam para as consequências da entrada com cinco anos no 1.º ciclo.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

Crianças mais novas podem ter dificuldades em acompanhar o ritmo das atividades escolares.

Nos últimos cinco anos letivos (de 2019-2020 a 2023-2024) o número de crianças chamadas condicionais tem vindo a baixar e, consequentemente, o número de alunos com seis anos na Educação Pré-Escolar (EPE) tem aumentado. São consideradas condicionais as crianças que nasçam entre 16 de setembro e 31 de dezembro e a sua admissão no 1.º ano fica sujeita à existência de vagas e à vontade dos pais/encarregados de educação.

O Ministério da Educação (ME) forneceu ao *Diário de Notícias* os dados mais recentes sobre as crianças condicionais. Em 2019/20, estavam na EPE 47 481 crianças com cinco anos de idade a 31 de dezembro e 8141 com seis anos. O ano letivo passado estavam a frequentar a EPE 55 490 com cinco anos a 31 de dezembro e 12 253 com seis anos (*ver quadro*). "Estes dados mostram que há mais alunos com seis anos na EPE, o que pode explicar o menor número de crianças com cinco anos no 1.º ano registado nos últimos anos", explica o ME.

Ainda assim, segundo o ME, "para o próximo ano letivo (2024/2025) o número de matrículas no 1.º ano de alunos com cinco anos a 15 se setembro (matrículas condicionais) é de 13 296, o que traduz um aumento de 2573 alunos". Mas, esclarece o ministério, "esta subida de matrículas de alunos condicionais é acompanhada pelo total de matrículas registadas para o 1.º ano de escolaridade do ano letivo 2024/25 que é de 85 325" – é o mais elevado desde 2019, que teve 71 813 inscritos. O número de condicionais para o 1.º ano, no próximo ano letivo, representa 15,58% do total de matrículas para esse ano de escolaridade.

Educadores de infância, professores, especialistas e pais alertam para as consequências da entrada precoce no 1.º ciclo e pedem um debate alargado sobre a matéria. Questionado pelo DN sobre a eventual revisão do decreto-lei que permite a entrada no 1.º ciclo com cinco anos, o ME explica que irá manter as regras em vigor.

Entrar no 1.º ciclo aos cinco anos ou ficar no pré-escolar?

Na Suíça, Finlândia, Lituânia, Letónia, Estónia, Bulgária, Dinamarca e Suécia a entrada no 1.º ciclo faz-se com sete anos. Em países como a França ou a Áustria, o 1.º ciclo tem a duração de cinco anos. Portugal é um dos poucos países da Europa que permite a entrada das crianças no 1.º ciclo com cinco anos.

No estudo *Situação 4 anos após o ano de ingresso dos alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), 2021/22*, publicado no passado mês de abril pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), conclui-se que "a taxa de conclusão no tempo esperado para os alunos fora da idade modal de ingresso no 1.º CEB esteve abaixo da média, 87% para os alunos que ingressaram com cinco anos". Já os alunos cuja entrada no 1.º ciclo foi aos seis anos, tiveram uma taxa de conclusão no tempo esperado (quatro anos), de 92%. Também o Conselho Nacional de Educação (CNE) se debruçou sobre o tema. No estudo *Estado da Educação 2017*, o CNE indica que uma "significativa percentagem de alunos apresenta um desfasamento etário de dois ou mais anos, que se vai acumulando ao longo dos três ciclos do ensino básico", referindo-se a crianças cuja entrada no 1.º ciclo se fez aos cinco ou seis anos. "Na adequação do ciclo de estudo à idade dos que o frequentam, embora se verifiquem melhorias, subsiste um desfasamento que vai tomando maiores proporções à medida que se avança na idade e escolaridade", lê-se.

> "É preciso dar tempo e espaço para que as crianças cresçam. Apressá-las nesse processo que é único e individual é contranatura", defende Paula Gomes, do Movimento de Professores em Monodocência.

Alexandre Costa, pai de uma menina condicional, não teve dúvidas quando teve de decidir se a filha iria ou não entrar com cinco anos no 1.º ciclo. Nascida em dezembro de 2014, a criança frequenta o 3.º ano, mas poderia estar no 4.º. "Decidimos que não entraria com cinco anos, ainda ela frequentava a creche. Na entrada para o pré-escolar mudou de escola e já a inscrevemos na sala dos três anos e não na dos quatro", explica. Segundo conta, a educadora informou que a decisão não era vinculativa e que a criança poderia, na mesma, entrar com cinco anos, se fosse essa a vontade dos pais. Contudo, a decisão manteve-se após pedido de avaliação de psicologia, solicitada apenas por "descargo de consciência". "A nível cognitivo estava até acima da média, mas não tinha a maturidade necessária. Por exemplo, o tempo de concentração estava abaixo do esperado para uma criança do 1.º ciclo", diz Alexandre Costa. Uma decisão da qual os pais nunca se arrependeram. "Ficou mais um ano a brincar e a adquirir as competências necessárias para o seu desempenho escolar. Foi a melhor decisão para ela", sublinha.

Joana Marques, mãe dos gémeos Teresa e Miguel, nascidos em dezembro de 2014, não pôde escolher e os filhos entraram com cinco anos no 1.º ciclo, pois desconhecia que poderia exigir o adiamento. "Os meus filhos andavam numa escola onde não me davam opção, o Regulamento Interno era esse", recorda. Os filhos não conseguiram adquirir algumas das competências de 1.º e 2.º ano e Joana Marques acabou por tomar uma decisão drástica. "Arrependi-me de tal forma que, no 2.º ano, sem resultados positivos, mudei-os de escola e foram repetir o 2.º ano e, de facto, o desenvolvimento emocional e físico deles está mais próximo do ano civil seguinte [2015] do que dos meninos do mesmo ano civil", afirma. A mãe dos gémeos tem um filho mais velho, também condicional, nascido a 27 de setembro. "Com o mais velho, não houve problemas. Ser de setembro ou dezembro faz muita diferença", justifica. Com os gémeos a experiência foi outra e "muito difícil" para as crianças. "O 1.º ano foi complicado. Era muito difícil escrever tanto tempo, manter a concentração tanto tempo, sobretudo no 2.º ano. Eles tinham muita dificuldade a cumprir metas, trabalhos de casa, etc. O que notei mais foi essa dificuldade em cumprir um período letivo, sentados, das 9 às 16h00. Foi muito difícil para eles", recorda. Por isso, depois de terem repetido o 2.º ano e perceber a melhoria dos filhos, considera "vantajoso para as crianças condicionais entrarem com seis, quase a fazer sete", ressalvando que "cada criança é diferente e poderá haver casos excecionais, em que entrar aos cinco possa ser vantajoso".

Há pais que pedem apoio técnico para que os filhos possam entrar com sete anos

Mariana Carvalho, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), reeleita há um mês, revela ao DN que irá reunir com a nova equipa para debater o tema das crianças condicionais, mas adianta que tem verificado "com os pais, nas escolas, vantagens de não entrar com cinco anos no 1.º ciclo". A presidente da CONFAP dá ainda conta que "há pais que pedem apoio técnico para que os filhos possam entrar com sete anos". "Não é uma posição da CONFAP, mas acredito que é importante

PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGENS

Evolução do número de crianças com seis anos no pré-escolar

Ano letivo	N.º de alunos na EPE com cinco anos de idade a 31 de dezembro	N.º de alunos na EPE com seis anos de idade a 31 de dezembro
2019-20	47 481	8141
2020-21	50 488	9309
2021-22	52 370	9849
2022-23	54 242	10 301
2023-24	55 490	12 253

que as crianças só entrem mais tarde e que brinquem mais um ano. Temos seguido estudos nacionais e internacionais que apontam esse caminho.” Contudo, ressalva, “cada criança é uma criança”.

Mariana Carvalho considera necessário “um debate alargado sobre o tema”. “É preciso falar sobre este assunto. Faz sentido uma reflexão alargada com os pais. Até porque há crianças que entram por questões emocionais para manterem o grupo de colegas” realça. A presidente da CONFAP lembra que há crianças condicionais nascidas em dezembro, por exemplo, que ao entrarem com cinco anos têm quase um de diferença em relação a outros colegas de turma. “Temos visto que essas crianças têm desempenho diferente, com alguma fragilidade. Não considero que seja perder um ano, mas sim ganhar, para depois crescer com mais maturidade”, conclui.

“Em 90% das situações, se não mais, é a opção errada”

Paula Gomes, do Movimento de Professores em Monodocência (MPM), composto por docentes do pré-escolar e de 1º ciclo, não tem dúvidas sobre as vantagens de entrar apenas com seis anos no 1.º ciclo e afirma: “Depende de cada criança, mas, na globalidade, diríamos que em 90% das situações, se não mais, é a opção errada.” “É preciso dar tempo e espaço para que as crianças cresçam. Apressá-las nesse processo que é único e individual é contranatura. A questão aqui é que essa decisão cabe aos pais e, em muitos casos, a opinião do Educador de Infância, que tecnicamente será quem percebe do assunto, é completamente desconsiderada”, assinala. Paula Gomes esclarece não serem os pais os que melhor conhecem os seus filhos no que às questões pedagógicas e de aprendizagem diz respeito. “Muitas vezes nem sequer têm noção do que se espera de uma criança que ingressa no 1.º ciclo. A experiência que os pais muitas vezes têm é a sua própria enquanto alunos, que é insuficiente para tomarem uma decisão. E se existem bastantes pais que compreendem a avaliação do Educador de Infância, quando recomenda a frequência de mais um ano de EPE a crianças em situação de condicional, outros há que desconsideram completamente essa avaliação e tomam uma decisão irreversível”, afirma. A docente alerta ainda para as consequências de uma entrada precoce no 1.º ciclo: “As crianças vão acumulando défices ou lacunas nas suas aprendizagens, sofrem uma pressão maior para acompanhar os restantes colegas, e isso acaba por, mais cedo ou mais tarde, se refletir no seu percurso escolar.”

Fazendo uma breve análise da idade legal de entrada no 1.º ciclo do ensino básico em diversos países da Europa, acrescenta, “é possível verificar que os que apresentam melhores resultados são aqueles em que as crianças ingressam na escola aos sete anos, nomeadamente Finlândia, Lituânia, Letónia, Estónia, Bulgária, Dinamarca e Suécia”.

Alberto Veronesi, professor de 1.º ciclo e diretor do Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais, Lisboa, não tem uma opinião “estanque” e entende ser necessário analisar caso a caso, pois “cada criança é única”. Contudo, aponta as possíveis consequências da entrada com cinco anos no 1.º ciclo. “A entrada no 1.º ciclo para crianças que não estão preparadas pode ter, e digo pode porque não quer dizer que tenha mesmo, diversas consequências negativas. Desde logo pode ter dificuldades em acompanhar o ritmo da turma, o que pode levar a frustração, desmotivação e baixo rendimento escolar. Depois há ainda as questões emocionais que resultam das dificuldades anteriores – pode sentir-se insegura, ansiosa e com baixa autoestima devido às dificuldades enfrentadas”, salienta.

O docente acrescenta que “uma criança emocionalmente frágil, frustrada porque não acompanha a turma, tem tendência para ter comportamentos de chamada de atenção”. Nesse sentido, afeta também a disciplina. “Com todas estas possíveis consequências é natural que a criança possa ficar retida no mesmo ano ou precisar de apoio escolar adicional para superar as dificuldades. Compensou ter entrado mais cedo? Creio que não”, conclui.

Mudanças de ciclo são mais difíceis para as crianças condicionais

Alfredo Leite, licenciado em Psicologia (Ramo Educacional), não é a favor da entrada com cinco anos porque “a maturidade emocional e cognitiva de uma criança dessa idade, geralmente, não está preparada para as exigências do 1.º ciclo”. “Alguns estudos em psicologia educacional mostram que crianças mais novas podem ter dificuldades em acompanhar o ritmo das atividades escolares, o que pode afetar o seu desenvolvimento a longo prazo. É fácil recitar a frase ‘é essencial respeitar o ritmo individual de cada criança’ sem realmente compreender ou aplicar o seu verdadeiro significado”, afirma. O especialista garante que “a entrada antecipada no 1.º ciclo pode levar a desafios adicionais”. “Estas crianças podem apresentar dificuldades em acompanhar o currículo, maior stress e ansiedade, e possíveis problemas de autoestima. A falta de maturidade pode impactar negativamente a experiência escolar, tornando a aprendizagem menos eficaz e prazerosa”, salienta. Alfredo Leite entende também que, muitas vezes, são as mudanças de ciclo as fases mais difíceis das crianças condicionais. “Representam transições significativas que exigem adaptação a novos ambientes, métodos de ensino e expectativas académicas. Escuto isso em todas as escolas onde vou. Para alunos que já tiveram dificuldades iniciais, estas transições podem ser particularmente desafiadoras, resultando em maior stress e potenciais lacunas no conhecimento”, conta.

Nuno Pinto Martins, fundador da Academia Educar pela Positiva, defende não haver uma idade ideal para a entrada no 1.º ciclo. “Nessa fase, seis meses pode fazer muita diferença do ponto de vista cognitivo. Se algumas crianças poderão estar aptas a dar o salto do pré-escolar para o 1.º ciclo, outras nem por isso”, defende. O especialista explica que “para uma criança estar apta a entrar numa sala de aula, mais importante do que ter noção das letras ou dos números é que tenha desenvolvido um conjunto de competências básicas, por exemplo ao nível da autonomia – saber vestir-se e comer sozinha ou cuidar da sua higiene básica – e, sobretudo, ao nível emocional. Deve também ter capacidade para reconhecer o que sente e para lidar com emoções como a raiva e a frustração, mais difíceis de gerir”. Essa avaliação, segundo Nuno Pinto Martins, deve ser feita entre o Educador de Infância e auxiliar de educação que a acompanharam no pré-escolar, em conjunto com os pais. “Pode também ser útil consultar um pediatra do desenvolvimento, por exemplo”, completa.

Essa é também a opinião de Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP). Para o responsável, havendo vaga para a criança condicional – dependente da existência de lugares sobrantes – os pais devem tomar uma decisão “consciente após auscultar a educadora e a psicóloga escolar (ou outra psicóloga externa)”.

Relatório PISA 2022 foi apresentado ontem na presença do ministro da Educação, Fernando Alexandre.

FOTO: FILIPE AMORIM/LUSA

Há espaço para melhorar conhecimentos

O ministro da Educação defendeu que é preciso melhorar os conhecimentos dos alunos sobre literacia financeira, considerando que "estar na média da OCDE é pouco" e reconhecendo a importância das escolas e professores. "Globalmente os resultados não nos devem deixar satisfeitos", disse Fernando Alexandre. "Não temos razões para estar entusiasmados ou muito satisfeitos com o resultado", disse o ministro, defendendo que ainda há "muito para melhorar" e que os portugueses estão "longe daquilo que é o objetivo de estar acima da média da OCDE". Fernando Alexandre lembrou que está a decorrer um "processo de revisão das aprendizagens" e, nesse sentido, "a literacia financeira será reforçada", até porque se os alunos "não estão tão mal" nas atitudes e comportamentos, o mesmo não se poderá dizer em relação aos conhecimentos, onde ainda existe "um enorme espaço para melhorar".

Jovens pioram, mas mantêm nível médio de literacia financeira

DINHEIRO Alunos portugueses de 15 anos seguem em linha com a média da OCDE. A vasta maioria compara preços e guarda as suas poupanças em casa.

TEXTO **JOANA AMORIM**

Mantendo-se em linha com a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal pontuou pior na avaliação de literacia financeira do PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos) 2022. Num universo de 20 países que participaram no módulo desenvolvido pela OCDE, o nosso país desceu dois lugares, ocupando a nona posição no indicador global de literacia financeira, com 494 pontos, menos 11 face à avaliação de 2018, a primeira em que os alunos portugueses de 15 anos participaram.

Numa leitura fina, os dados dão nota da prudência dos nossos estudantes de 15 anos na sua relação com o dinheiro. Sendo mesmo os que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, mais confirmaram o troco que lhes havia sido dado: 91,3% para uma média da OCDE de 82,3%. E dos que menos gastaram mais dinheiro do que tencionavam numa compra.

E no que concerne a compras, 79,7% afirmam comparar os preços entre lojas (para uma média da OCDE de 73,9%) – acima, só os alunos dinamarqueses. Sendo que mais de dois terços esperam que o produto fique mais barato antes de o comprar (69,75%, no valor mais alto apurado, contra uma média de 54,95%).

Quanto a poupanças, quase 82% (o segundo valor mais elevado nos 20 países analisados) referem poupar dinheiro "para certas coisas que querem comprar ou fazer". Economias essas que estão (quase) todas – 92,8% – guardadas em casa, que contrasta com uma média dos 20 países avaliados de 87,8%.

38%

têm conta bancária
Portugal está entre os países com a menor percentagem de jovens de 15 anos com uma conta bancária (38,1%).

Rapazes melhor

Analisando os dados, os rapazes pontuam melhor do que as raparigas, registando Portugal dos menores fossos quando analisada a literacia financeira entre estudantes com melhores condições socioeconómicos face aos mais desfavorecidos.

Segundo o estudo, a maioria dos alunos portugueses (31,5%) atingiu o nível 3 – patamar intermédio de conhecimentos financeiros, pontuando entre 475,10 e 549,86 –, acima da média da OCDE (27,6%). Olhando aos extremos, no nível 1 (conhecimentos reduzidos) estavam apenas 3,3% (contra uma média de 5%), enquanto no nível 5 (624,63 pontos ou mais) encontravam-se 6,6%, abaixo dos 10,6% apurados no conjunto de países da OCDE. Cruzando com os dados apurados para 2018, verifica-se um aumento (+1,5 pontos percentuais) nos estudantes que ficaram abaixo do nível 2 e uma diminuição entre os que mais pontuaram (-1,7 pontos percentuais).

Os dados divulgados pela OCDE, bem como pelo Ministério da Educação, debruçam-se, ainda, sobre o desempenho dos estudantes consoante o seu perfil socioeconómico. Com Portugal a registar dos mais baixos fossos entre o quartil mais baixo e o mais elevado, numa diferença de 74 pontos, que compara com uma média da OCDE de 87 pontos.

joana.amorim@jn.pt

Decisão

Questionados se deveriam decidir sobre como gastar o seu dinheiro, os estudantes dividem-se, com 49,3% a discordarem e 50,7% a concordarem.

Família

Os pais continuam a ser os melhores conselheiros em matérias de gestão do dinheiro, obtendo Portugal a mais baixa percentagem de alunos (67,5%) que considera conseguir decidir sozinho onde gastar as suas economias.

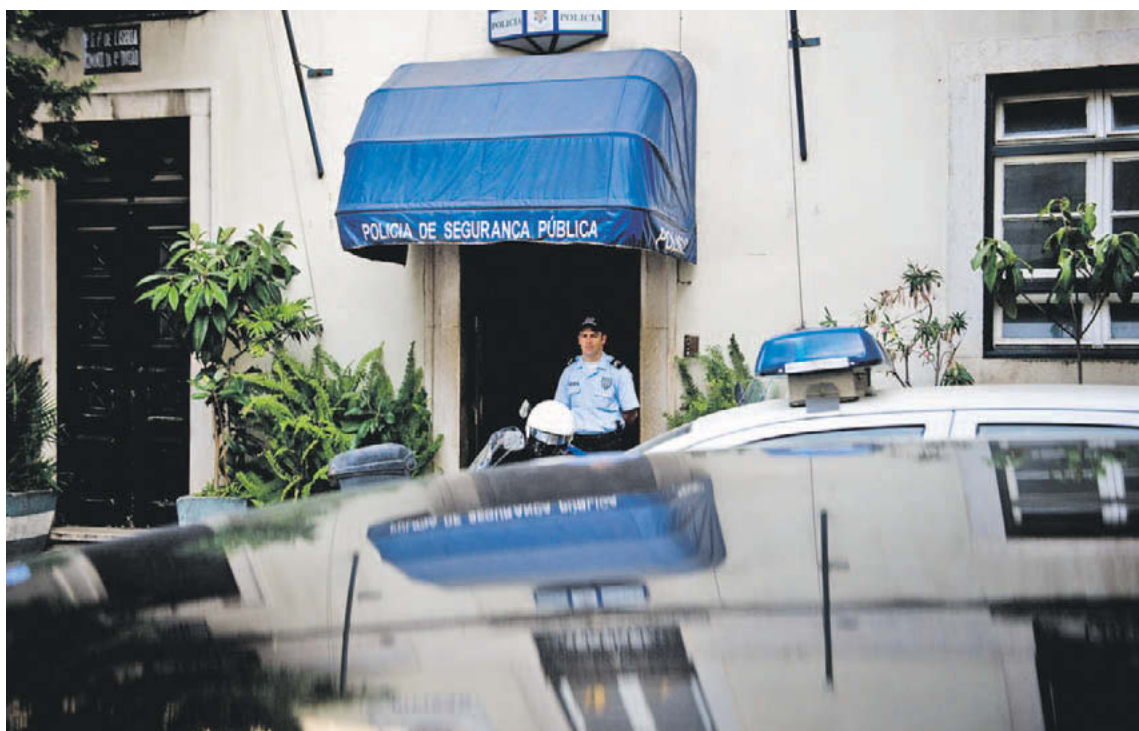
Falta de patrulhas e más condições: sindicatos confirmam retrato da IGAI

SEGURANÇA Falta de viaturas, esquadras em más condições e escalas que não asseguram patrulhamento 24 horas foram alguns dos problemas identificados pela Inspeção-Geral da Administração Interna e confirmados pelas autoridades, que pedem apoio e atuação do Governo.

As principais estruturas sindicais da PSP e GNR salientaram, ontem, que o diagnóstico de falta de efetivos e recursos feito pela Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) confirma os alertas dos últimos anos e pedem mais ação ao Governo.

Em reação ao relatório divulgado ontem pela IGAI, o presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP), Paulo Santos, e o presidente da Associação de Profissionais da Guarda (APG), César Nogueira, assumiram não terem ficado surpreendidos com as conclusões e defenderam ser o resultado de anos sem o investimento e a execução orçamental necessários face às carências. "Em termos de efetivos, de condições e de instrumentos é tudo muito fraco. Achamos bem que este relatório tenha saído e evidenciado aquilo que a ASPP tem vindo a dizer há muito tempo: um conjunto de situações que, a cada dia que passa, se complicam; um aumento de missões da PSP sem que haja os recursos necessários; e que é preciso perceber se este Governo vai dar seguimento através de opções políticas concretas", disse Paulo Santos. Considerando que, neste momento, "as esquadras não estão a funcionar", o líder da ASPP apelou a "passos concretos" do executivo com vista a "construir um caminho" que eleve a dignidade das carreiras e das condições de trabalho da PSP.

Já César Nogueira, da GNR, lembrou a lei de programação de infraestruturas e equipamentos para as forças de segurança para pedir uma maior taxa de execução das verbas, manifestando ainda preocupação com a falta de manutenção das instalações, a degradação "flagrante" do parque automóvel GNR e a falta de efetivos, que deixam postos sem capacidade para ir além do atendimento ao público. "Só acontece por ao longo dos anos haver um fraco investimento nas forças de segurança, nomeadamente para esse tipo de situações que são básicas para o bom funcionamento. (...) É orçamentado um valor todos os anos e a execução anda à volta dos 45%, em alguns anos até mais baixo. Há muito a fazer", vincou.

O presidente da APG defendeu que o adiamento da resolução destas questões pode tornar-se ainda mais oneroso para o Estado no futuro, pedindo uma resposta mais efetiva do Governo. "Sabemos que não se resolve de um dia para o outro, até porque foram longos anos sem investimento. Já existe uma lei que prevê verba e que prevê ser feita mediante as instalações... Depende do Estado fazer esse investimento, agilizar aquilo que está na lei e executar o que está programado ano a ano. Se executarem, essas questões vão reduzir-se bastante".

A IGAI alerta para a falta de viaturas à disposição da PSP e GNR, escalas de serviço que "não asseguram patrulhas 24 horas" e polícias "em quantidade insuficiente para assegurar o funcionamento" das instalações policiais. Estas são algumas das falhas detetadas por esta entidade durante as inspeções, sem aviso prévio, realizadas em 2023 a 63 instalações policiais, 42 das quais a postos territoriais da GNR e 21 a esquadras da PSP.

O relatório indica igualmente que há "edifícios com telhas de amianto", instalações sem casa de banho específica para o público e "inadaptadas funcionalmente" ao efetivo feminino e ao atendimento a pessoas com mobilidade reduzida, além de não existirem salas de apoio à vítima e "uma clara identificação ou inventariação do armamento existente" na esquadra ou posto. Há, ainda, "celas de detenção sem condições de higiene e segurança, ausência de planos de emergência e existência de extintores com prazo de manutenção ultrapassado, edifícios sem sistema elétrico alternativo em situação de quebra de energia" e "mobiliário antigo, em mau estado e desatualizado, salas de espera pequenas e com mau grau de conforto e zonas de atendimento sem privacidade" são outras das conclusões da IGAI.

No relatório, a IGAI recomenda à PSP e GNR um "reforço e formação do efetivo, dos carros, equipamento e fardamento, adaptação das instalações ao exercício de funções do efetivo feminino, acesso do público a casas de banho exclusivas e adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida, criação e instalação de salas de atendimento à vítima, reparação das instalações e equipamentos que se encontram danificados e substituição das telhas em amianto".

DN/LUSA

GONÇALO VILLAVERDE/GLOBAL IMAGENS

A IGAI detetou irregularidades em várias esquadras da PSP e postos territoriais da GNR.

> *"Em termos de efetivos, de condições e de instrumentos é tudo muito fraco. Achamos bem que este relatório tenha saído (...), as esquadras não estão a funcionar."*
>
> **Paulo Santos**
> *Presidente da ASPP*

> *"Só acontece por ao longo dos anos haver um fraco investimento nas forças de segurança, nomeadamente para este tipo de situações que são básicas para o bom funcionamento."*
>
> **César Nogueira**
> *Presidente da APG*

Governo abre 2212 vagas para médicos

O Governo abriu 904 vagas para Medicina Geral e Familiar e 1256 vagas para especialistas hospitalares, a maioria de Medicina Interna, segundo um despacho publicado em *Diário da República*, na quarta-feira, que fixa o número máximo de postos de trabalho a preencher nos mapas de pessoal do Serviço Nacional de Saúde (SNS) num total de 2212 vagas.

As 904 vagas para especialistas em Medicina Geral e Familiar representam mais 40% do número de recém-formados, sendo o objetivo captar mais profissionais para os cuidados de saúde primários.

Nesta área, por regiões, é a Unidade Local de Saúde (ULS) de Amadora-Sintra que abre mais vagas (62), seguindo-se a ULS do Algarve (61), a ULS do Estuário do Tejo (53), a ULS Região de Leiria (51), a ULS Lisboa Ocidental (49), a ULS de São José (49) e a ULS de Santa Maria (47).

Em relação às especialidades hospitalares, foram abertas 1256 vagas, com a grande maioria a recair para a área da Medicina Interna (194), Pediatria (103), Anestesiologia (97), Psiquiatria (63), Cirurgia Geral (62) e Ortopedia (61).

Também foram abertas 42 vagas para Ginecologia/Obstetrícia, 45 para Cardiologia, 37 para Patologia Clínica e Pneumologia, 35 Oncologia Médica e 31 para Radiologia. Na área da Saúde Pública foram abertas 52 vagas.

O documento estabelece "um regime especial para admissão de pessoal médico, na categoria de assistente, da carreira médica das entidades públicas empresariais integradas no SNS e da carreira especial médica", para as áreas de Medicina Geral e Familiar, Saúde Pública e Hospitalar.

Estado mostra a investidores estrangeiros boas contas e diz que precisa de menos dívida

ORÇAMENTO Défice estatal em conta de caixa é igual ao deixado por Medina, mas tutela de Miranda Sarmento até reviu em baixa, em menos 1,1 mil milhões de euros, a necessidade de ir pedir novos fundos aos mercados de dívida.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A situação das contas públicas portuguesas ao nível do subsetor Estado, o mais importante, está a evoluir de forma estável e até há sinais positivos de menor pressão orçamental a prazo, ao nível do endividamento necessário até ao final deste ano.

De acordo com a mais recente apresentação da agência que gere a dívida pública (IGCP) aos investidores estrangeiros, entidade que está sob a tutela direta do Ministério das Finanças, a estimativa para o défice do Estado em 2024 (o principal agregado orçamental e que o ministro Joaquim Miranda Sarmento melhor consegue controlar e prever) continua a ser a mesma herdada do anterior governo PS (5,2 mil milhões de euros, em contabilidade de caixa).

Além disso, a necessidade anual de financiamento estatal através de obrigações e dívida interna (como certificados de aforro, etc.) até diminuiu: na última estimativa feita pela tutela do antecessor das Finanças, Fernando Medina, em março, a previsão era de que o Estado precisaria de ir aos mercados buscar 22,2 mil milhões de euros em nova dívida (para financiar a dívida que vence, mais o saldo orçamental negativo), mas na comunicação aos investidores feita em meados deste mês, o valor anual projetado foi revisto em baixa para 21,1 mil milhões de euros. Caiu 1,1 mil milhões de euros (menos 5% em junho face ao calculado em março), mostram os documentos oficiais do IGCP.

Na passada quarta-feira, na comissão parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, o ministro voltou a defender um cenário dual. Que sim, é possível chegar a um excedente global anual de 0,2% a 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, em contas nacionais (lógica de compromisso, a que vale para Bruxelas), mas que não, nem tudo está bem ao nível do dossiê que herdou do antecessor Fernando Medina, que andou a "propagandear" uma situação que envolve riscos sérios de derrapagem nas metas do Orçamento do Estado (OE 2024).

De acordo com o Jornal de Negócios, na reunião com os deputados, depois de semanas de ausência pública, o ministro insistiu que sempre disse a verdade, que metade da dotação provisional (a principal almofada da execução orçamental, que é totalmente controlada pelo MF), foi consumida no primeiro trimestre, quando normalmente é usada a partir de meio do ano.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Ministro das Finanças, Miranda Sarmento, reiterou esta semana a previsão de um excedente orçamental de 0,2% a 0,3% este ano.

E, ainda segundo mesmo jornal, reiterou o que já tinha afirmado: que o anterior governo socialista fez "despesas extraordinárias de cerca de 1080 milhões de euros, todas depois de 10 de março" e que "cerca de metade das resoluções do Conselho de Ministros (41 em 110 medidas) foram tomadas depois da demissão do Governo [socialista] e sem conhecimento da Direção-Geral do Orçamento (DGO)".

Aqui parece ter havido uma calibragem na narrativa: antes, Miranda Sarmento acusava Medina de ter avançado com medidas "sem cabimento orçamental", sem estarem acauteladas dentro dos limites de despesa coberta pelas receitas esperadas.

Mas, de facto, a execução orçamental da DGO indica que, no período de janeiro a abril deste ano, o défice aumentou. "Os dados consolidados da execução orçamental na ótica de caixa apontam para um défice orçamental de 2,2% do PIB (-1939 milhões de euros), o que compara com um excedente de 1,2% em igual período do ano passado (1070 milhões de euros)", observa o gabinete de estudos do BPI.

"Esta evolução é afetada pelo crescimento de 15% homólogo da despesa, que foi influenciada por alterações no perfil de execução da despesa, afetando de forma particular a comparação homóloga no primeiro semestre do ano".

Mas preocupam pouco

Já em contas nacionais, que corrigem os efeitos do que ainda há a receber em receitas e impostos em 2024, mas que só aparecerão em 2025, as principais entidades que avaliam as contas públicas nacionais parecem estar tranquilas.

"Verificamos que Portugal tem, de facto, um desempenho orçamental muito forte", disse há uma semana, em entrevista à Lusa, em Bruxelas, o vice-presidente da Comissão Europeia com a tutela das contas públicas, o letão Valdis Dombrovskis.

Seja como for, em contas de caixa, a situação parece controlada. O Estado tem um défice previsto para este ano (como teve em 2023, mas depois compensado pelos restantes agregados da Administração Pública). Por exemplo, no ano passado, Portugal terminou com um excedente histórico de 1,2% do PIB, meta que desce para 0,2% ou 0,3% do PIB este ano, segundo Sarmento, que assim continuar a alinhar com os valores deixados pelo PS.

Na comunicação aos investidores em dívida pública, o cenário das contas do subsetor Estado também está longe do drama. Como referido, a projeção anual para o défice continua intacta em 5,2 mil milhões de euros. A necessidade de suprir fundos mediante o recurso aos mercados de dívida até é revista em baixa.

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) avisa que a necessidade de financiamento do Estado pode em muito depender daquilo a que o Estado for chamado a meter em capital e a emprestar a empresas públicas, por exemplo. É um dos riscos mencionados pelo atual ministro das Finanças. O valor de base em causa é substancial.

No OE de Medina (como no atual quadro do Governo AD), o Estado prevê gastar 6,6 mil milhões de euros nos chamados "ativos financeiros líquidos [descontando os ganhos nestas operações]". Podem ser injeções de capital, podem ser novos empréstimos a entidades fora do Estado e a empresas públicas.

O CFP diz que, em termos brutos, "nas despesas excecionais inscritas encontram-se previstos 8,2 mil milhões de euros em ativos financeiros em 2024, um aumento relativamente aos 1,8 mil milhões de euros estimados pelo MF em 2023". Estas despesas são "participações do Estado em empresas públicas e empréstimos concedidos", diz o CFP.

Segundo o Ministério das Finanças (OE 2024, o aprovado, da responsabilidade do PS), nos ativos financeiros, temos "e empréstimos a médio e longo prazo, bem como a cooperação internacional, decorrente da participação do Estado Português nos aumentos de capital de diversas instituições financeiras internacionais, como é o caso do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da Sociedade Financeira Internacional (SFI) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)".

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

DIANA QUINTELA /GLOBAL IMAGENS

Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentraram 41,8% dos novos contratos de arrendamento.

Rendas em Lisboa custam mais do dobro do país e quase tanto no Porto

HABITAÇÃO O valor mediano dos novos arrendamentos em Portugal aumentou 10,5% no primeiro trimestre deste ano. O número de contratos cresceu 0,9% no mesmo período.

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA**

Arrendar uma casa de 80 metros quadrados em Lisboa custa agora 1220 euros (15,25 euros/m²), um aumento de 4,5% face aos valores medianos registados no país nos primeiros três meses de 2023. No Porto, são precisos 970 euros mensais (12,13/m²) para formalizar um contrato por uma habitação da mesma dimensão, mais 7,2%. Em ambas as cidades, a variação homóloga das rendas de novos contratos é menor do que a registada a nível nacional, mas o valor do metro quadrado está muito acima do observado no total do país. Em Lisboa, mais do que duplica. No Porto, já se aproxima a passos largos do dobro.

Segundo revelou ontem o Instituto Nacional de Estatística (INE), a renda mediana de novos contratos de arrendamento no país registou um crescimento de 10,5% no primeiro trimestre deste ano face ao mesmo período de 2023, com o preço do metro quadrado a atingir os 7,46 euros. Entre janeiro e março, foram celebrados 25 472 novos contratos em Portugal, um crescimento homólogo de 0,9%. Ainda assim, verificou-se um abrandamento na subida das rendas, já que no trimestre anterior o aumento foi de 11,6%.

No período em análise, verificou-se um aumento homólogo da renda mediana nos 24 municípios mais populosos do país. Na Grande Lisboa e Península de Setúbal, todos os municípios com mais de 100 mil habitantes registaram rendas medianas superiores à nacional no primeiro trimestre. Com base nos dados do INE, ainda provisórios, destacam-se Odivelas (10,10/m²), Sintra (9,47/m²) e Setúbal (8,91/m²), embora com taxas de variação inferiores à nacional.

Na Área Metropolitana do Porto, Matosinhos (10,16/m²) e Vila Nova de Gaia (8,61/m²) apresentaram rendas medianas superiores à referência nacional, mas também variações homólogas inferiores. Neste território, só Santa Maria da Feira apresentou uma taxa homóloga superior à do país, mas registou um valor mediano de renda inferior (5,23/m² e 12%).

Refira-se que a Grande Lisboa e a Área Metropolitana do Porto concentraram 41,8% dos novos contratos de arrendamento.

> Entre janeiro e março deste ano, foram celebrados 25 472 novos contratos de arrendamento em Portugal.

Nas restantes cidades mais populosas de Portugal, verificaram-se valores medianos de renda e variações homólogas superiores às nacionais em Coimbra (7,89/m² e 15,2%) e Braga (7,50/m² e 15%). Apesar dos valores de renda praticados serem menores do que a mediana nacional, é em Guimarães (5,34/m²) e Famalicão (5,31/m²) que se observaram as maiores taxas de variação homóloga entre os 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, 19,5% e 18,3%, respetivamente.

O número de novos contratos caiu em 13 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes face ao primeiro trimestre de 2023, com destaque para o Funchal, Oeiras, Seixal, Guimarães e Sintra.

Numa análise regional, as rendas mais elevadas registaram-se na Grande Lisboa (12,12/m²), Península de Setúbal (9,29/m²), Algarve (8,78/m2), Região Autónoma da Madeira (8,13/m²) e Área Metropolitana do Porto (8,11/m²). No entanto, numa comparação com o trimestre anterior (outubro a dezembro de 2023), o valor mediano das rendas caiu 6,1% na Área Metropolitana do Porto, 3,7% na Península de Setúbal e 3,3% na Grande Lisboa (3,3%).

sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

MORTEZA FAKHRINEJAD / IRIB / AFP

Sob um quadro do líder supremo, os candidatos Jalili, Pourmohammadi e Qalibaf ouvem o único reformista, Pezeshkian (da esq. à dir.), num debate televisivo.

Após morte de Raisi, eleições são prova de vida do regime

IRÃO Após a desistência de dois candidatos na quarta-feira, os eleitores escolhem hoje entre três homens da linha dura da teocracia e um reformista que tentou mobilizar mulheres e jovens.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Num ano marcado pelo número inaudito de pessoas chamadas a votar em mais de 50 países, algumas eleições foram antecipadas por motivos políticos – caso do Reino Unido ou de França – ou por motivo de força maior, como aconteceu no Irão com a morte do presidente Ebrahim Raisi num acidente de helicóptero. Nos três países a vitória da oposição é possível (muito provável na Europa), mas nas eleições que decorrem hoje, e nas quais o regime teocrático xiita quer dar prova da sua força, a afluência às urnas pedida pelo líder supremo poderá jogar contra si.

Por terem sido organizadas em tão pouco tempo – a Constituição dita que as eleições sejam realizadas até 50 dias após o falecimento do presidente – há a perceção de que este sufrágio não tem um vencedor determinado, ao contrário de 2021, quando Raisi, da ala mais fundamentalista do regime, se apresentou sem concorrência séria nem candidatos da oposição reformista. O resultado foi a mais baixa participação em presidenciais, 49%. Registo pior só nas eleições parlamentares deste ano, que a Prémio Nobel da Paz Narges Mohammadi, na prisão, apelou para o seu boicote. Desta vez 80 pessoas registaram-se como candidatas, tendo o Conselho dos Guardiães, uma entidade formada por uma dúzia de clérigos e de juristas, aprovado os nomes de seis, um dos quais Massoud Pezoshkian, reformista. As sondagens indicam que este pode ficar em primeiro ou em segundo na primeira volta, mas esta novidade face a 2021 terá, porém, de convencer o eleitorado a dirigir-se às mesas de voto. Nas eleições ganhas em 2013 e 2017 por Hassan Rouhani, o último reformista na chefia do Governo, a abstenção foi na ordem dos 30%.

Para o *ayatollah* Khamenei é hora de toque a rebate. Num discurso na terça-feira, o líder de 85 anos apelou para a participação popular como forma de afirmar o regime, que, por sua vez, não consegue tirar economia da crise e a sociedade de um torpor após a mais recente onda repressiva causada pelos protestos da morte de Mahsa Amini, em 2022. "Sublinhamos a importância de uma participação elevada porque é o orgulho da república islâmica. Em todas as eleições em que a taxa de participação foi baixa, os inimigos da república islâmica denunciaram-nos", afirmou. "Deixar Pezeshkian concorrer pode ser visto como uma tentativa de aumentar a participação, mas veremos se este será bem-sucedido em apelar para um eleitorado que está extremamente desiludido", interroga-se Michelle Grisé, investigadora da Rand ao *The Washington Post*. Reportagens da Associated Press e da AFP em Teerão descrevem a apatia e o conformismo dos eleitores, que se dividem entre a abstenção e o voto nos principais candidatos da linha dura, o presidente do Parlamento Mohammad Qalibaf e o antigo negociador nuclear Saeed Jalili.

Pezeshkian, de 69 anos, é cirurgião cardiovascular, ex-ministro da Saúde, deputado e largamente desconhecido do eleitorado antes da campanha. Com um discurso a querer reabrir as negociações com o exterior e virado para as mulheres, a juventude e as minorias étnicas, o candidato atraiu multidões. Distanciou-se de todos os outros candidatos ao declarar não querer que a lei que impõe o véu islâmico seja aplicada de forma repressiva como até agora. Recuperou a cor do Movimento Verde (das eleições de 2009 e dos protestos que se seguiram à vitória de Ahmadinejad) e o mote "Pelo Irão" da campanha de um anterior presidente reformista, Mohammad Khatami (que declarou o seu apoio, tal como o ex-MNE Javad Zarif).

O *outsider*, que se for eleito terá de lidar com o poder do líder religioso e político e do todo-poderoso Corpo dos Guardas da Revolução, recebeu uma advertência de Khamenei no referido discurso: "Alguns [políticos] pensam que todos os caminhos para o progresso passam pela América. Não, essas pessoas não podem governar bem o país."

cesar.avo@dn.pt

IRÃO EM 5 FACTOS

Do xá aos mulás
O Irão foi dominado durante parte do século XX pela dinastia Pahlavi. O xá Mohammad Reza, acusado de autoritarismo e criticado pelas reformas modernistas, exilou-se em 1979, após meses de protestos. O principal opositor, o clérigo xiita Ruhollah Khomeini, regressou do exílio e estabeleceu uma república islâmica. A autoridade superior reside no líder supremo, que desde 1989 é o *ayatollah* Ali Khamenei, sucessor de Khomeini.

Véu de discórdia
Teerão impõe um código islâmico severo às mulheres, oficialmente para as proteger. Em público, são obrigadas a usar roupas largas e um *hijab*, véu que cobre cabelo e pescoço. Em setembro de 2022, eclodiram protestos maciços em todo o país depois de Masha Amini, uma curda iraniana de 22 anos, ter morrido depois de detida pela polícia da moralidade, alegadamente por violar o código de vestuário. Centenas de pessoas foram mortas e milhares foram detidas durante os protestos.

O arqui-inimigo Israel
As relações com Telavive continuam tensas e pioraram desde que o Hamas, apoiado pelo Irão, lançou o ataque de 7 de outubro contra Israel. O Irão está oficialmente empenhado na destruição daquilo a que chama a "entidade sionista" e, em abril, lançou pela primeira vez um ataque direto contra Israel, envolvendo centenas de mísseis e drones, a maioria dos quais foi intercetada.

Colapso nuclear
Em 2015, o Irão chegou a um acordo histórico com as principais potências para aceitar limites ao programa nuclear em troca de alívio às sanções. Mas os EUA, sob o comando de Donald Trump, retiraram-se do acordo em 2018 e reimpuseram sanções. O Irão respondeu com o recuo da maioria dos compromissos e hoje tem material para construir várias bombas atómicas.

Cineastas perseguidos
O cinema iraniano não tem paralelo na região, com mestres modernos como o falecido Abbas Kiarostami e Asghar Farhadi, duas vezes vencedor de um Óscar. Mas trabalhar no cinema iraniano é arriscado. Vários realizadores foram detidos ou presos, incluindo Jafar Panahi e Mohammad Rasoulof, este último em destaque no festival de Cannes deste ano após ter fugido do país para escapar à prisão.
DN/AFP

HANDOUT / UKRAINIAN PRESIDENTIAL PRESS SERVICE / AFP

Charles Michel, Volodymyr Zelensky e Ursula von der Leyen assinaram acordo esta quinta-feira.

"Resultado histórico". UE e Ucrânia assinam pacto

GUERRA Acordo de segurança tem um prazo de dez anos, mas não traz grandes novidades. Polónia e países do Báltico querem reforçar fronteira.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O presidente ucraniano assinou ontem em Bruxelas um acordo de segurança de 10 anos com a União Europeia, o mais recente pacto que visa reforçar o apoio a longo prazo na luta com a Rússia, e que surge dias após a UE ter aberto negociações formais de adesão com Kiev. Volodymyr Zelensky participou também no Conselho Europeu, onde a Ucrânia foi um dos temas em debate entre os 27 chefes de Estado e governo do bloco.

"Obrigado a todos os líderes da UE por este resultado histórico. Esperámos por isto um longo período de tempo", afirmou Zelensky em Bruxelas, apontando, porém, a necessidade de dar os "próximos passos", inclusive na defesa aérea. "Precisamos deles urgentemente no campo de batalha", sublinhou.

O acordo agora assinado reflete pactos já firmados com uma série de países, incluindo pesos pesados da UE, como Alemanha e França, mas também Reino Unido, Estados Unidos ou Japão, num total de 17. "Pela primeira vez, este acordo consagrará o compromisso de todos os 27 Estados-membros em fornecer à Ucrânia um amplo apoio, independentemente de quaisquer mudanças institucionais internas", referiu o líder ucraniano. "Cada passo que damos aproxima-nos do nosso objetivo histórico de paz e prosperidade na nossa casa europeia comum", continuou Zelensky. "É muito importante para que possamos transmitir a mensagem de que pretendemos apoiar a Ucrânia durante o tempo que for necessário", disse, por seu turno, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel.

O acordo, tornado público pouco depois de ter sido assinado, diz que a UE procurará continuar a financiar o fornecimento de armas para a Ucrânia, continuar a treinar as tropas de Kiev e intensificar os esforços para reforçar a indústria de defesa do país. Mas não houve compromissos concretos de nova ajuda por parte de Bruxelas, depois de alguns países se terem recusado a assumir qualquer compromisso demasiado definitivo. Em vez disso, o acordo diz apenas que novas parcelas anuais de apoio no valor aproximado do pacote de cinco mil milhões de euros para este ano "poderão ser previstas" até 2027.

Tal como acontece com os outros pactos, também inclui uma cláusula que diz que a UE consultaria a Ucrânia dentro de 24 horas no caso de uma "futura agressão" por parte da Rússia.

Mais coordenação

A Polónia e os países do Báltico – Estónia, Letónia e Lituânia – pediram esta semana à União Europeia para reforçar a sua fronteira oriental, alertando numa carta conjunta sobre uma "ameaça iminente" da Rússia e da Bielorrússia.

Na missiva, conhecida ontem, os quatro membros da UE acusam Moscovo de orquestrar ataques híbridos, incluindo "intimidação, instrumentalização de migrantes, sabotagem, desinformação, manipulação e interferência de informação estrangeira, (e) ataques cibernéticos".

Estes líderes instaram ainda os restantes países da UE a "gastar mais e coordenar-se em iniciativas de defesa dentro da UE e com a NATO". "A construção de um sistema de infraestruturas de defesa ao longo da fronteira externa da UE com a Rússia e a Bielorrússia responderá à necessidade extrema e urgente de proteger a UE de ameaças militares e híbridas", afirmaram. A Polónia e os Estados Bálticos – que têm fronteiras com a Rússia – já começaram a fortificar as suas linhas orientais.

ana.meireles@dn.pt

Israel não quer uma guerra, mas avisa que pode levar o Líbano à "Idade da Pedra"

MÉDIO ORIENTE Governo dos Estados Unidos recomendou aos seus cidadãos que "reconsiderem seriamente" qualquer viagem ao Líbano.

O ministro da Defesa de Israel garantiu, durante uma visita aos Estados Unidos, que Telavive não quer uma guerra no Líbano, mas que pode levar este país de volta à "Idade da Pedra" em caso de fracasso da diplomacia. "Não queremos entrar numa guerra porque não é bom para Israel. Temos a capacidade de levar o Líbano de volta à Idade da Pedra, mas não queremos fazê-lo", declarou Yoav Gallant.

"Não queremos guerra, mas estamos a preparar-nos para qualquer cenário", prosseguiu o ministro, sublinhando que o "Hezbollah entende muito bem que podemos infligir grandes danos ao Líbano se uma guerra começar". Gallant referiu ainda que Israel matou mais de 400 "terroristas" do Hezbollah, um movimento apoiado pelo Irão, nos últimos meses.

Israel e o Hezbollah têm trocado tiros transfronteiriços quase diários desde que o Hamas lançou o seu ataque em 7 de outubro. Mas as tensões aumentaram desde que Telavive anunciou este mês que os seus planos de guerra no Líbano estão prontos, provocando ameaças do Hezbollah de que, no caso de uma guerra total, ninguém em Israel estaria seguro.

O secretário da Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, disse a Gallant esta semana que uma guerra com o Hezbollah poderá ter "consequências terríveis para o Médio Oriente" e apelou a uma solução diplomática. Ontem, a embaixada dos Estados Unidos em Beirute emitiu um alerta de segurança no qual "recorda aos cidadãos norte-americanos que devem reconsiderar seriamente uma viagem ao Líbano", para acrescentar que "o clima de segurança permanece complexo e pode alterar-se rapidamente". Um alerta que já havia sido feito esta semana pelo Canadá aos seus cidadãos.

Paris revelou também esta quinta-feira estar "extremamente preocupada" com os combates na fronteira do Líbano com Israel, de acordo com um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que apelou a "todos os lados para exercerem a maior contenção".

As Forças de Defesa de Israel publicaram ontem no seu site fotografias e vídeos que apresentam como sendo soldados a realizar exercícios militares simulando cenários de combate na área da fronteira norte com o Líbano. Segundo a Al Jazeera, os exercícios realizados na semana passada treinaram soldados israelitas para "responderem a diversas ameaças com a cooperação da infantaria, blindados e forças de fogo".

O canal de televisão qatari referiu ainda que, de acordo com as IDF, as tropas praticaram também cenários de combate "num terreno desnivelado que simula o combate numa rota norte, o progresso ao longo de uma rota de montanha e o uso de fogo gradual". **A. M.**

FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL

Tropas israelitas simularam cenários de combate com o Líbano.

Golpe de Estado na Bolívia termina com general preso

PODER Juan José Zúñiga foi detido após cercar por horas o palácio onde estava o presidente Luis Arce. Intenção de Evo Morales de voltar ao poder em 2025 motivou reação do militar.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**

Juan José Zúñiga, o general que liderou uma tentativa de golpe de Estado na Bolívia contra o presidente Luis Arce, foi preso na noite de quarta-feira, no último ato, até ver, de uma crise que durou menos de 24 horas na Plaza Murillo, em La Paz.

Com tropas e veículos blindados, Zúñiga cercou por horas a Casa Grande del Pueblo, o palácio presidencial boliviano também conhecido como Palacio Quemado, com o objetivo, segundo o próprio, de "expressar descontentamento com a situação do país", de precipitar "uma troca ministerial" e de libertar presos políticos, como Jeanine Áñez, condenada em 2022 a dez anos de prisão por ter organizado um golpe de Estado contra Evo Morales, presidente de 2006 a 2019.

Num dos momentos mais dramáticos da tentativa de golpe de Estado, Arce, do partido de centro-esquerda Movimiento al Socialismo, chegou a estar cara a cara com Zúñiga, a quem ordenou retirada. Na sequência, as tropas esvaziaram a Plaza Murillo, voltaram aos quartéis e a calma foi devolvida a um país onde as tentativas de golpe são frequentes.

Zúñiga havia sido destituído do cargo de comandante do exército na terça-feira, 25, véspera da tentativa de golpe, por ter ameaçado Morales, pré-candidato às eleições de 2025 supostamente contra Arce, uma vez que os dois, antes aliados, são hoje rivais políticos.

Na segunda-feira, o general disse em entrevista que Morales não poderia mais ser presidente do país e que o prenderia em caso de vitória nas próximas eleições. "Caso cheguemos a isso", afirmou, "não permitirei que ele pisoteie a Constituição, que desobedeça ao mandato do povo, as Forças Armadas são o braço armado do povo, o braço armado da pátria".

Na sequência, Morales pressionou Arce a demitir Zúñiga, o que o presidente, eleito em 2020, fez.

Ao ser detido ao lado de outro militar, Zúñiga, disse, entretanto, sem apresentar nenhuma prova, que agiu a mando de Arce, segundo o jornal boliviano *El Deber*. "O presidente disse-me que a situação está muito crítica, que era preciso algo para levantar a sua popularidade". O general teria então perguntado ao presidente: "colocamos os blindados na rua?", ao que Arce teria dito: "coloque".

Ivan Lima Magne, ministro da Justiça de Arce, respondeu que Zúñiga "mente e busca justificar uma decisão que é sua e pela qual prestará contas à Justiça". Ainda de acordo com Magne, o general arrisca pena de 15 a 20 anos de prisão por atentados à democracia e à Constituição.

Em discurso horas depois da tensão, Arce garantiu, da varanda do palácio presidencial, ao lado do vice-presidente, David Choquehuanca, que o seu governo fará "respeitar a democracia conquistada com o voto nas urnas". Nas ruas, manifestantes gritaram palavras de ordem a favor da democracia e cantaram o hino nacional.

> A tentativa de golpe surge num contexto de crise económica, incluindo falta de dólares e escassez de combustível, que levou Evo Morales a anunciar a intenção de se candidatar em 2025 contra Arce.

A tentativa de golpe surge num contexto de crise económica, incluindo falta de dólares e escassez de combustível, que levou Evo Morales a anunciar a intenção de se candidatar em 2025 contra Arce, que é do mesmo movimento político e seu ex-ministro da Economia, gerando também uma crise política.

As tensões começaram em 2019, quando Morales foi obrigado, pelo exército e polícia, a renunciar ao seu mandato presidencial após ganhar as eleições de outubro e a refugiar-se no México. Como o vice-presidente, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e o primeiro vice-presidente do Senado se solidarizaram com Morales e só a segunda vice do Senado, Jeanine Áñez, se manteve no cargo, declarou-se presidente interina, decisão confirmada pelo Tribunal Constitucional, até novas eleições.

Após negociações entre Morales e Áñez ficou então acordado que o primeiro não se candidataria às eleições marcadas para 2020, em troca da segunda libertar manifestantes do Movimiento al Socialismo, entre outras reivindicações.

No sufrágio, Arce, apoiado por Morales, bateu o candidato de centro-direita Carlos Mesa. E, logo após, Morales regressou a um país que quer voltar a presidir em 2025, mesmo que, para isso, tenha de vencer o ex-braço-direito.

Líderes internacionais, como o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, ou o presidente do Brasil, Lula da Silva, reagiram à crise. "Espanha condena veementemente os movimentos militares na Bolívia. Enviamos ao governo da Bolívia e ao seu povo o nosso apoio e solidariedade e apelamos a que respeitem a democracia e o Estado de direito", disse Sánchez. "A posição do Brasil é clara. Sou um amante da democracia e quero que ela prevaleça em toda a América Latina. Condenamos qualquer forma de golpe de Estado na Bolívia e reafirmamos nosso compromisso com o povo e a democracia no país irmão", declarou Lula.

Outros políticos que se manifestaram foram os presidentes do México, Andrés Manuel López Obrador, da Venezuela, Nicolás Maduro, do Chile, Gabriel Boric, e do Paraguai, Santiago Peña, além do ex-presidente argentino Alberto Fernández.

DANIEL MIRANDA / AFP

Zúñiga fora destituído do cargo de comandante do exército na terça-feira, véspera da tentativa de golpe.

BREVES

Papel de Macron na Defesa questionado

A líder da extrema-direita francesa, Marine Le Pen, questionou ontem o papel do presidente Emmanuel Macron como comandante-chefe das forças armadas e defendeu que algumas decisões sobre Defesa cabem ao primeiro-ministro. Com a primeira volta das legislativas marcada para domingo, Le Pen levantou a questão de quem estará no comando das forças armadas se o seu partido assumir o Governo. Le Pen tem dito repetidamente que Jordan Bardella, presidente do Reunião Nacional, será primeiro-ministro em caso de vitória. Servir como comandante-chefe das forças armadas "é um título honorário para o presidente, uma vez que é o primeiro-ministro que realmente puxa os cordelinhos", afirmou Marine Le Pen à AP. Em resposta, o ministro da Defesa, Sébastien Lecornu, referiu que "a Constituição não é honorífica".

Pyongyang testa míssil e envia balões

A Coreia do Norte testou com sucesso a sua capacidade de mísseis com ogivas múltiplas, segundo os media estatais informaram ontem, enquanto dezenas de balões carregados de lixo enviados por Pyongyang pousavam no Sul.
As relações entre as duas Coreias estão num dos pontos mais baixos dos últimos anos, com Pyongyang a intensificar os testes de armas enquanto bombardeia o Sul com balões com lixo, que diz serem uma retaliação a ações semelhantes de Seul. Os balões forçaram o aeroporto de Incheon, o principal de Seul, a fechar na quarta-feira e, em resposta aos sucessivos lançamentos, a Coreia do Sul suspendeu um tratado militar de redução de tensão e reiniciou transmissões de propaganda por altifalantes e exercícios de tiro ao vivo perto da fronteira.

Opinião
Raúl M. Braga Pires

Quénia, essa África matriarcal!

Terça-feira a notícia foi a resposta popular à reforma fiscal no Parlamento queniano. Em resumo, votou-se e aprovou-se a duplicação do valor do IVA de 8% para 16%, a todos os produtos de consumo, criptomoeda incluída! Os manifestantes, num crescendo há uma semana, invadiram o Parlamento em protesto inédito, obrigando a Polícia a resposta musculada com mortes imediatas *in loco*.

Antecedentes e consequentes. O Quénia garantiu em Janeiro um empréstimo do FMI, de quase mil milhões de dólares e agora tem de o pagar. Deduz-se, que no processo negocial prévio, o Governo tenha acordado em 2023, passar em 2024, dos impostos directos para os impostos indirectos, enquanto principal fonte de receita, para poder pagar os quase mil milhões. De acordo com o "manual de procedimentos do FMI", quando um pedido de empréstimo é feito, o Sistema Bretton Woods solicita de imediato a entrega do *Payslip*, documento que indica a taxa/peso fiscal do requerente, bem como a capacidade de colecta dos impostos, o que projecta a capacidade de pagamento do empréstimo. Só assim se compreende esta duplicação tributária do IVA queniano no fim deste semestre!

Este pacote fiscal a votação no Parlamento foi sentindo o pulsar da multidão e à última da hora retira três produtos da lista, fazendo algum alarde disso na comunicação social, para ver se acalmava os ânimos.

É aqui que passamos à nota histórica, inédita e verdadeiramente africana da semana, o facto de já não ser taxado o pão, pensos higiénicos e fraldas! Porquê? Porque as mulheres também sairiam à rua, furiosas com a humilhação. Este foi o princípio do fim deste episódio, que terminou no dia seguinte, com o Presidente William Ruto a declarar que não assinaria a reforma fiscal aprovada no Parlamento e pedindo ao Governo que encontre formas alternativas enquanto solução. O Quénia está economicamente estável com este empréstimo, do qual já recebeu 625 milhões, pelo que politicamente faz sentido recuar. No entanto, o que ficou registado em imagem e som foi um Presidente Ruto a discursar "com as orelhas derrubadas" e ligeiramente curvado, numa vénia à sua mãe e às outras, envergonhado e com pudor enquanto dizia o que a mãe quer ouvir dum filho.

Era isto que Kadhafi temia, que as mães saíssem à rua e por isso "promovia as amazonas e dava descontos às mulheres". Ruto também o sabe, porque África continua como começou, matriarcal! Os confrontos continuam, agora entre grupos pró e contra a reforma, entre Polícia e grupos criminosos, restando ao PR Ruto que as mães vinquem em casa aquilo que ele disse no Palácio. Por agora acabou e em breve virá uma mentira nova!

> **Os confrontos continuam, agora entre grupos pró e contra a reforma, entre Polícia e grupos criminosos restando ao PR Ruto que as mães vinquem em casa aquilo que ele disse no Palácio.**

Politólogo/arabista
www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

A França e os seus bichos maus

No domingo, quando os franceses se dirigirem às urnas, uma grande parte dos votos serão um não a Emmanuel Macron. Segundo as sondagens mais recentes, à volta de 72% dos eleitores afirmam estar em total desacordo com a política do presidente. É uma percentagem incrivelmente elevada.

Penso que parte da oposição resulta da fragmentação política que existe no país e uma outra, da animosidade provocada pelo sentimento de superioridade que Macron projeta. Trata-se de um homem inteligente, engenhoso e combativo. No entanto, e porque a vida política atual em democracia se joga muito na praça pública, é fundamental mostrar empatia pelas pessoas, falar de modo claro e breve, repetindo as ideias-chave que respondam às preocupações da maioria.

As grandes conjeturas não apanham votos. O debate entre os intelectuais aborrece e afasta dos partidos o comum dos eleitores. É entendido como só conversa, muitas vezes sobre *lana caprina*, para encher horários e permitir uma multiplicação concorrencial de podcasts e de vídeos, onde se encaixa publicidade e se obtém receita. As emissões de televisão para o grande público, as plataformas sociais, as numerosas fontes de informação gratuitas, a proliferação do comentário por tudo e por nada, tudo isto empurrou muitas das prima-donas para as franjas da cena política e banalizou a intervenção pública. A revolução digital deu a cada cidadão a oportunidade de exprimir uma opinião política, de criticar e formar grupos de pressão. O exercício da partilha de opiniões passou a ser uma constante, com paixão, querelas, anseios e ilusões. Ignorar essa nova realidade tem custos, que podem sair caros para quem tem responsabilidades oficiais e aparece por tudo e por nada nos ecrãs das televisões.

O cidadão francês está sobretudo preocupado com cinco grandes problemas: o custo de vida, a criminalidade, a imigração, as desigualdades sociais e a idade da reforma. Para ganhar votos é preciso convencer o eleitorado que se tem respostas para cada problema. Assistimos, assim, a um leilão de promessas por quem aspira ao poder, a ver quem dá mais e mais que mais. São overdoses que não têm qualquer base de sustentação racional. É a construção do caos e a desconstrução de um país central para a sobrevivência da UE. Quem, no resto da Europa, tenha uma posição neutra e despreocupada face ao que se anuncia em França ou é tolo ou trabalha para Vladimir Putin.

Curiosamente, nem a questão da democracia ou das relações exteriores aparecem no topo das inquietações. É uma agenda marcadamente doméstica. Tem uma forte dimensão nacionalista, habilmente explorada pelo partido ultradireitista Rassemblement National (RN) de Marine Le Pen e do seu delfim, Jordan Bardella. A agenda tem igualmente um enfoque claramente populista, numa disputa de aldrabões e farsantes entre o RN e a esquerda múltipla, unida de modo precário sob a faixa de Nova Frente Popular (NFP). Digo precário, porque a NFP não é mais que uma aliança de conveniência entre quatro famílias políticas rivais – os socialistas, os comunistas, os verdes e os ultrarradicais fantasistas de Jean-Luc Mélenchon – que dificilmente se entenderão quando as questões importantes tiverem de ser votadas na nova Assembleia Nacional. A NFP é um cocktail intragável, preparado por um taberneiro mal-afamado, o incrível Mélenchon.

As previsões colocam o RN bem à frente, aquando da primeira volta. Poderão mesmo ter a maioria absoluta, no fim do jogo, a 7 de julho. Nessa hipótese, Bardella teria todas as condições para ser nomeado primeiro-ministro. Entraria, então, em conflito institucional direto com Macron.

Quer o primeiro-ministro venha a ser um dos seus, quer não, o objetivo do RN é tornar a liderança de Macron impraticável. Trata-se de o humilhar, de levar à paralisia política geral e de criar as condições para a chegada à presidência, em 2027 ou antes, com uma vitória tão ampla quanto possível, de Marine Le Pen, enquanto salvadora da nação.

A extrema-direita é um lobo que se veste de cordeiro, se essa for a melhor maneira de se apoderar do redil. Mas não perdoa nem larga a presa, uma vez no poder.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

Voltar ao 4x3x3 para recuperar a melhor versão de Portugal diante da Eslovénia

OITAVOS Segundo o analista Pedro Bouças, o controlo do jogo e criatividade de João Félix não chegaram para a seleção evitar a derrota com a Geórgia, num jogo em que Martínez voltou a usar três centrais e mudou oito peças.

João Félix foi o único a dar alguma criatividade ao jogo ofensivo de Portugal.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

No jogo dos oitavos de final, diante da Eslovénia, "Portugal deverá recuperar a linha de quatro defesas, com dois centrais, que foi assim que venceu o jogo com a Turquia (3-0)", sublinha Pedro Bouças. O analista considera difícil encontrar algo positivo na derrota de Portugal com a Geórgia (2--0) no fecho da fase de grupos do Euro2024, com exceção para alguma criatividade de João Félix.

Mas olhando para o próximo jogo, na segunda-feira (20h00, em Frankfurt), diante de uma equipa muito compacta e que tem um guarda-redes de topo, o ex-Benfica Jan Oblak – além do avançado ex-Sporting e Sp. Braga Andraz Sporar, e dois guarda-redes suplentes da II Liga portuguesa, Vid Belec (Olhanense) e Igor Vekic (Paços de Ferreira) –, há peças que têm de regressar ao seu devido lugar para a máquina funcionar.

Pedro Bouças aposta nos regressos de Rúben Dias ao eixo da defesa, João Palhinha e Vitinha, no meio-campo, e uma frente de ataque com Bernardo Silva, Bruno Fernandes e Rafael Leão, nas costas de Cristiano Ronaldo. "Acho que a forma como nós jogámos com a Turquia foi a nossa melhor exibição. Também me parece que é a forma como podemos melhor encaixar no jogo da Eslovénia, que joga em 4x4x2. Portanto, independentemente da Eslovénia colocar dois centrais em cima da linha defensiva portuguesa, eu creio que jogando com os nossos dois centrais e defendendo com mais gente na frente, conseguimos pressioná-los e impedir que tenham bola", analisou o também comentador do Canal 11, lembrando que a "fórmula" para vencer os turcos também foi a mais usada por Roberto Martínez no apuramento perfeito para o Euro2024.

O que correu mal na Geórgia

Depois dos triunfos sobre a Rep. Checa (2-1) e a Turquia (3-0), que apuraram Portugal para os oitavos de final do Europeu, a seleção foi surpreendida pela Geórgia e perdeu (2-0). "A circulação de bola foi lenta, quando chegávamos ao corredor lateral a bola não saía daí, ou seja, havia pouca circulação para o lado oposto e, sobretudo, em velocidade. Os médios tiveram dificuldade em virar-se de frente para o jogo. Quando recebiam a bola em zonas perto dos centrais, conseguiam. Mas quando recebiam em zonas um bocadinho mais adiantadas, eram pressionados pelas costas e não conseguiam virar", explicou ao DN Pedro Bouças.

Na frente "faltou muita criatividade". A exceção foi João Félix, segundo o analista, e não funcionou como devia porque, partindo da construção a três, António Silva, Danilo e Inácio não conseguiram fazer a bola chegar aos mais adiantados: "Félix foi a exceção, mas também recebia a bola mais na zona lateral, ou zonas baixas, longe da baliza." E além de ter faltado a ligação da defesa com o ataque, para este último setor ter mais bola, "quando essa ligação foi feita os médios ofensivos, sobretudo, não estavam a conseguir virar para o jogo e com isso dar seguimento às jogadas".

Na transição defensiva, ou seja, no momento da perda da bola, "regra geral Portugal até controlou bem, mas a verdade é que pagou caro os erros que aconteceram". Erros pessoais de António Silva (*ver texto ao lado*), mas também de posicionamento coletivo, o que acabou por potenciar o erro individual.

Oito mudanças – falta de rotinas

Já apurado, do embate com a Turquia para o duelo com a Geórgia Roberto Martínez mudou oito peças na equipa titular, mantendo apenas Diogo Costa, Ronaldo e Palhinha. Para o comentador do Canal 11 "é muito importante" ter em conta que quando se aposta num onze totalmente novo há coisas que, invariavelmente, se perdem: "Não há rotinas, não há microssociedades em que os jogadores se conhecem e só de olharem um para o outro sabem se o colega quer a bola no pé, se quer a bola

Adepto que se "atirou" a Ronaldo saiu em liberdade

O adepto que se atirou desde as bancadas do Veltins-Arena, em Gelsenkirchen, e caiu de uma altura de cerca de cinco metros, junto à cobertura do túnel de acesso aos balneários, para chegar perto de Cristiano Ronaldo, no final do encontro entre a Geórgia e Portugal, foi detido mas acabou por ser libertado por ser menor de idade. Depois de ser levado até à esquadra do estádio, as autoridades contactaram a tia que o tinha acompanhado ao jogo da terceira jornada do Grupo F, a quem o entregaram sem lhe ter sida aplicada qualquer sanção, segundo soube o DN. O menor pode voltar a ver jogos ao vivo se assim entender, uma vez que não foi impedido de entrar em recintos. Este tipo de comportamento é punível por lei e, por isso, a equipa da PSP destacada ao Euro2024, liderada por Pedro Sousa, lançou um apelo aos adeptos portugueses para que adotem um comportamento respeitador das regras, promovendo dessa forma o *fair play* e a imagem de Portugal.

"Mudanças? O facto de não haver qualquer rotina fez com que o jogo também fosse mais lento, menos criativo e mais previsível."

Pedro Bouças
Analista

no espaço, se quer a bola para a frente, se quer a bola para trás e, portanto, o facto de não haver qualquer rotina fez com que o jogo também fosse mais lento, menos criativo e mais previsível."

Isso mesmo disse Danilo, um dos que jogou de início num esquema de três defesas centrais, juntamente com António Silva e Gonçalo Inácio, no final do jogo de quarta-feira: "Foi um jogo muito lento e pausado, não conseguimos entrar no bloco solidário da Geórgia. Faltou jogo de rotura, mais presença na área para criar situações de perigo. Depois eles marcaram cedo e isso abalou um pouco a equipa jovem que se apresentou. Temos de tirar ilações para não cometer os mesmos erros contra a Eslovénia."

A seleção portuguesa começou ontem a preparação duelo dos oitavos de final e hoje há novo treino com vista ao duelo com os eslovenos. No pós-Geórgia, os jogadores receberam a visita de familiares e pelo menos um dos capitães, Rúben Dias, recorreu às redes sociais para deixar uma mensagem de esperança e resiliência aos adeptos: "Trabalho feito na fase de grupos. Muita resiliência neste momento e muita crença em nós! Arregaçar as mangas e venham os oitavos."

isaura.almeida@dn.pt

213

ataques em três jogos da fase de grupos e 54 remates à baliza são enganadores, tendo em conta que Portugal tem apenas cinco golos marcados e dois deles são autogolos. A seleção portuguesa é a equipa que mais beneficiou de ajuda dos adversários para vencer os seus jogos, diante da Rep. Checa (2-1) e da Turquia (3-0). Para além desses, a equipa das quinas tem um golo marcado de pé direito e dois de pé esquerdo.

35,4

quilómetros por hora é a velocidade máxima atingida por Rafael Leão nos dois encontros realizados. O extremo só fez dois jogos e é o quinto mais veloz do Euro2024, numa lista liderada por Sesko da Eslovénia (35,9 km/h) e que também tem Nuno Mendes em 6.º lugar (35,2 km/h).

1977

passes completos em três jogos, numa média de 659 passes por jogo. E com essa particularidade da equipa das quinas ter sido mais bem sucedida naquele em que fez menos passes: 575 diante da Turquia, 690 contra a Rep. Checa e 712 frente à Geórgia. Portugal tem uma eficácia de passe de 90% e lidera na posse de bola (64,3%) juntamente com a Alemanha.

0

golos de Cristiano Ronaldo na primeira a fase do Euro2024. Apesar de liderar o ranking de rematadores (12 à baliza, cinco enquadrados) é a primeira vez que CR7 termina uma fase de grupos de uma grande competição sem marcar. Desde a estreia no Euro2004, Ronaldo somou 11 fases finais sempre a marcar na etapa inicial, mais precisamente em cinco edições do Mundial, cinco do Europeu e uma da Taça das Confederações.

António Silva ficou ligado aos dois golos da Geórgia numa exibição para esquecer.

CHRISTOPHER NEUNDORF/EPA

Aprender com os erros e ter apoio do grupo é a melhor terapia para António Silva

REABILITAÇÃO Psicólogo Jorge Silvério e ex-jogador Beto analisam a melhor forma para o central ultrapassar má exibição com a Geórgia.

TEXTO **ANDRÉ CRUZ MARTINS**

António Silva cometeu dois erros graves no jogo com a Geórgia e ficou ligado pela negativa à derrota (2-0) de Portugal no jogo da última jornada da fase de grupos do Euro 2024. Para o especialista em psicologia desportiva Jorge Silvério será muito importante nesta fase que o central benfiquista tenha o apoio dos colegas. Opinião partilhada também pelo antigo defesa internacional Beto.

"Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que o erro faz parte da condição humana e todos temos dias menos felizes. O que o António Silva tem de fazer é olhar para os erros e perceber o que aconteceu, para que não se repitam", referiu Jorge Silvério ao DN, defendendo que o facto de se tratar de um jovem de apenas 20 anos tem pouca relevância: "Há futebolistas com essa idade que já com maturidade assinalável, assim como existem outros com 30 e tal anos que ficam mais afetados quando situações destas ocorrem."

Jorge Silvério lembra que o jovem defesa "tem uma das profissões mais avaliadas em todo o mundo e, hoje em dia, com as redes sociais, todas as pessoas dão a sua opinião sobre tudo, mas quem escolhe ser jogador de futebol tem de estar preparado para momentos negativos como este".

O especialista em psicologia desportiva ficou agradado pela forma como António Silva foi defendido por vários colegas da seleção, nas declarações que prestaram depois da partida com a Geórgia. "É muito importante ele sentir este apoio da parte do grupo e estou a falar não só dos companheiros, mas também da equipa técnica e dirigentes, pois alguns deles também andaram 'lá dentro' e tiveram de lidar com situações similares", analisou. E não tem dúvidas de que o jovem central "está completamente pronto para entrar em ação daqui a uns dias, no jogo dos oitavos de final com a Eslovénia, bastando lembrar-se de que tem uma grande carreira, com muito mais coisas bem feitas do que mal".

Três centrais não é justificação

Beto, antigo defesa central e internacional português, defende que António Silva não merece ser crucificado, "pois fazer um jogo menos feliz é algo que pode suceder com qualquer jogador e o que aconteceu foi perfeitamente normal". De resto, na sua opinião, "exibições como esta podem servir-lhe como importante fator de aprendizagem".

O antigo internacional português, que esteve no Mundial de 2022 e no Europeu de 2004, sublinha o papel que os companheiros de equipa vão ter na "reabilitação" de António Silva. "Não estou tanto a falar em declarações públicas, mas essencialmente em conversas privadas que certamente vão ter com ele e que o irão ajudar", disse, destacando igualmente o papel do selecionador nacional, "que deverá ter uma conversa com o jogador, essencialmente para motivá-lo, pois estamos a falar de uma prova curta e dentro de poucos dias há novo jogo".

António Silva não está rotinado no Benfica a jogar num esquema de três centrais, mas na opinião de Beto isso terá tido pouca influência na exibição diante da Geórgia. "É certo que o Gonçalo Inácio joga assim no Sporting há anos, mas a flexibilidade tática é uma das imagens de marca de Roberto Martínez e o António já jogou com três centrais na seleção. Não nos podemos agarrar a isso como justificação", entende.

E será que o central viu a sua cotação desvalorizar após os erros com a Geórgia? "Claro que jogos como este não ajudam nada, mas obviamente que os clubes que querem o António Silva já o observaram várias vezes e sabem o que ele vale, por isso, este jogo com a Geórgia poderá não ter assim tanta influência", justificou Beto.

dnot@dn.pt

81 **golos** foram marcados na fase de grupos do Euro 2024 (média de 2,25 por jogo). Ainda assim, menos que na mesma fase do torneio de 2020, quando se marcaram 94. Este ano marcaram-se 17 golos entre entre os 16 e os 30 minutos, enquanto 10 foram depois dos 90'.

93% **de passes certos** faz da Alemanha a melhor seleção neste capitulo, sendo que acumula com os 64,3% de posse de bola, um máximo que partilha com Portugal, que contabiliza 90% de acerto de passes.

134 **bolas recuperadas**, 55 *tackles* e 20 defesas fazem da Geórgia líder do *ranking* nestas categorias tendo em conta o acumulado dos três jogos da fase de grupos.

Kvaratskhelia e Mikautadze marcaram os golos da vitória frente a Portugal.

EPA/FRIEDEMANN VOGEL

Sonho da Geórgia tem heróis com percurso sinuoso até ao estrelato

SURPRESA A festa saiu às ruas do pequeno país nas margens do Mar Negro, onde emergem novos talentos como Kvaratskhelia, Mamardashvili e Mikautadze, rostos do sucesso no Europeu.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Eslovénia e Geórgia foram as grandes surpresas da fase de grupos do Campeonato da Europa. Curiosamente, os eslovenos são o próximo adversário da seleção nacional, frente a quem irá tentar sarar uma ferida aberta pelos georgianos, naquela que foi a primeira derrota em jogos oficiais da era Roberto Martínez. A festa foi de arromba em Tbilissi, onde a festa saiu à rua para assinalar o apuramento para a fase a eliminar na primeira fase final que a seleção desta antiga república soviética.

Khvicha Kvaratskhelia é, aos 23 anos, a maior estrela desta seleção e provou-o no jogo com Portugal, no qual foi eleito pela UEFA como o melhor em campo. É uma espécie de Cristiano Ronaldo da Geórgia e um dos vários talentos que saíram da academia do Dínamo Tbilissi, inaugurada em 2013 e que teve como mentor o treinador espanhol Andrés Carrasco. Tinha apenas 16 anos quando se estreou ao serviço do principal clube do país, mas uma disputa contratual fê-lo mudar-se para o Metalurgi Rustavi, antes de rumar à vizinha Rússia, primeiro para um empréstimo ao Lokomotiv Moscovo, depois para assinar contrato com o Rubin Kazan, em 2019.

Estava à duas épocas e meia no emblema do Tartaristão quando as tropas russas invadiram a Ucrânia… foi o suficiente para regressar ao seu país para representar o Dínamo Batumi. Por essa altura já o Nápoles o tinha descoberto, contratou-o em 2022 para se tornar fulcral na conquista do título de campeão italiano, o primeiro depois de Diego Maradona. Hoje, o número 7 da Geórgia, que tem como ídolo CR7, é um dos jogadores mais pretendidos do mercado de transferências.

> Kvaratskhelia abandonou o Rubin Kazan depois da invasão da Rússia à Ucrânia; Mamardashvili foi emprestado ao Valência B , mas depressa se tornou o dono da baliza da equipa principal; Mikautadze foi um fiasco no Ajax e acabou devolvido ao Metz.

Além de Kvaratskhelia, o projeto de formação do Dínamo Tbilissi dá a esta seleção mais cinco jogadores, são eles Gabriel Sigua (18 anos), Anzor Mekvabishvili (23 anos), Giorgi Chakvetadze (24), Zura Davitashvili (23) e o guarda-redes Giorgi Mamardashvili (23). Este último alinha no Valência, onde chegou em 2020 por empréstimo do Dínamo, numa daquelas experiências para ser testado durante um ano na equipa B, que militava na III Divisão. Só que chegou no verão e em dezembro já os valencianos anunciavam o acordo para a contratação do jogador, pois o seu impacto foi de tal ordem que começou a Liga espanhola como titular da equipa principal. É considerado um dos melhores guarda-redes da nova geração e está a provar isso mesmo no Euro 2024, afinal no jogo com a Rep. Checa alcançou o recorde de 11 defesas em apenas 45 minutos numa partida da fase final.

Goleador dispensado do Ajax

Outra das grandes figuras da seleção treinada pelo francês Willy Sagnol é o avançado Georges Mikautadze, o atual melhor marcador do Euro 2024 com três golos. O avançado de 23 anos nasceu em Lyon, França, para onde os seus pais emigraram, tendo começado a sua formação como futebolista na academia do Olympique Lyonnais.

Já na idade de júnior integrou as escolas do Metz, clube pelo qual alinhou depois pela equipa B e pelos seniores, mas como era muito novo foi emprestado a dois clubes belgas Sérésien (22 golos) e Seraing (14). Regressou depois a Metz para brilhar com 24 golos na Ligue 2, o que levou o Ajax a pagar 16 milhões de euros pela sua contratação.

Em Amesterdão não foi feliz, fez apenas nove jogos e em janeiro deste ano regressou ao Metz por empréstimo, onde marcou 14 golos na Ligue 1, que não chegaram para manter o clube no escalão principal. Apesar disso, o Metz adquiriu o seu passe por 13 milhões, sendo que agora o goleador georgiano até poderá voltar a render uns bons milhões graças à valorização que está a ter no Europeu da Alemanha.

Estes são os nomes de uma nação onde o râguebi é muito popular, mas que agora conseguem o seu maior feito no futebol. Foi por isso que muitos dos 3600 milhões de habitantes deste pequeno país das margens do Mar Negro saíram às ruas, numa festa que pretendem prolongar no domingo no reencontro com a Espanha, com quem mediu forças na fase de apuramento para o Euro 2024 em dois jogos que não deixaram saudades. Isto porque em setembro de 2023 foram goleados por 1-7 em Tbilissi e, dois meses depois, chegou a derrota por 1-3 em Valladolid.

Os 26 jogadores receberam ontem uma motivação extra que chegou à Alemanha através de Bidzina Ivanishvili, primeiro-ministro georgiano que tem uma fortuna avaliada em cinco mil milhões de euros, que decidiu doar cerca de 10 milhões de euros para dividir pela comitiva, como prémio pelo apuramento para os oitavos. Mas Ivanishvili foi ainda mais longe, garantindo que irá oferecer a mesma quantia no caso de novo feito, ou seja, a Geórgia eliminar a Espanha.

carlos.nogueira@dn.pt

Quatro grandes candidatos e João Almeida a espreitar o *top 10* na sua estreia no *Tour*

VOLTA A FRANÇA Prova arranca amanhã e prometer ser das mais disputadas de sempre com as presenças de Pogacar, Vingegaard, Roglic e Evenepoel. Além de Almeida, marcam também presença os portugueses Rui Costa e Nelson Oliveira.

Para muitos especialistas, a 111.ª edição da Volta a França em bicicleta, que arranca amanhã em Florença, Itália, e termina a 21 de julho em Nice, promete ser uma das mais competitivas de sempre, com as presenças de quatro pesos pesados da modalidade, Jonas Vingegaard, Primoz Roglic, Remco Evenepoel e Tadej Pogacar, com este último a partir com ligeiro favoritismo. Outro ponto de interesse será ver até onde o português João Almeida pode chegar, surgindo como sério candidato ao *top 10*.

Além de Almeida, terceiro classificado no *Giro* 2023, estarão também na prova os portugueses Rui Costa (EF Education-EasyPost), vencedor de três etapas no *Tour*, e Nelson Oliveira (Movistar), que vai iniciar a sua 20.ª grande Volta.

Há muito que o inédito encontro entre Pogacar, Vingegaard, Roglic e Evenepoel agita o panorama velocipédico, mas esteve quase para não acontecer, uma vez que os três últimos caíram com aparato na Volta ao País Basco. Se 'Rogla' saiu apenas com escoriações da queda a 4 de abril e até ganhou o Critério do Dauphiné no regresso à competição, o bicampeão em título da *Grande Boucle* e o belga da Soudal Quick-Step ficaram bastante maltratados: o dinamarquês sofreu fraturas na clavícula e costelas, uma contusão pulmonar e um pneumotórax, e Evenepoel fraturou a clavícula e a omoplata direitas.

A participação de Vingegaard foi uma incógnita até à semana passada, como o é agora o seu estado de forma, com os responsáveis da Visma-Lease a Bike, muito desfalcada nesta edição, sobretudo após a baixa de Sepp Kuss, a multiplicarem-se em declarações sobre o facto de o homem que vulgarizou Pogacar na passada Volta a França não estar a 100%.

Numa edição em que a inédita reunião dos *big 6* do ciclismo mundial numa grande Volta – também estão Mathieu van der Poel (Alpecin-Deceuninck) e Wout van Aert (Visma-Lease a Bike) – e a tentativa de Mark Cavendish de chegar ao 35.º triunfo em etapas e desempatar com Eddy Merckx como mais vitorioso de sempre também criam grande expectativa, nomes como Richard Carapaz (EF Education-EasyPost), terceiro em 2021, Simon Yates (Jayco AlUla), quarto no ano passado, ou David Gaudu (Groupama-FDJ) pouco deverão ter a dizer na luta pela geral.

A equipa da UAE Emirates, com João Almeida (à esq.) e o principal favorito à vitória, o esloveno Pogacar (à dir.).

THOMAS SAMSON / AFP

Almeida indiferente à estreia

João Almeida vai cumprir o sonho de estrear-se na Volta a França, onde espera regressar no futuro já não para trabalhar para o esloveno Tadej Pogacar, algo que considera "bastante especial", mas como líder da UAE Emirates. "Nunca fiz a Volta a França, acho que é diferente das outras grandes Voltas. É a maior prova do ciclismo. Mas, sinceramente, hoje em dia, as corridas são tão disputadas e tão difíceis todas que, no fundo, é só mais uma corrida. Espero estar bem", disse à Lusa a esperança portuguesa para um lugar no *top 10* do *Tour*.

Após quatro participações na Volta a Itália e duas na Volta a Espanha, o primeiro português a alcançar um pódio no *Giro* vai finalmente alinhar na prova francesa, com o ciclista de 25 anos a garantir que lhe é indiferente estrear-se só agora. "Não me faltam é anos para fazer o *Tour*. É um bom ano de estreia. Não vou como líder, não é? Vai ser o Tadej, mas vai ser uma honra estar ao lado dele e igualmente especial fazer a Volta a França", referiu.

Para Almeida, não há espaço para objetivos pessoais, com o português totalmente empenhado na sua missão. "À partida, eu vou com um papel de ajudar o Tadej. As minhas aspirações pessoais são secundárias e não sei se vai ser possível lutar por elas. Mas vamos dia a dia, ver como é que corre", disse, considerando que "este é capaz de ser o pelotão mais forte de sempre da Volta a França".

O recém-coroado campeão nacional Rui Costa queria iniciar a 111.ª Volta a França com mais dias de competição, mas também vê vantagens em chegar "fresco" à prova onde ainda sonha ganhar novamente uma etapa, ele que iniciará amanhã o seu 12.º *Tour*. "Cada regresso que faço ao *Tour*, é sempre com esse objetivo, de tentar ganhar uma etapa. Mas sabe-se o quanto é complicado", afirmou.

Rui Costa chega a Florença, cidade onde curiosamente conquistou o título de campeão mundial de fundo em 2013, mais confiante, com as duas medalhas somadas nos Nacionais de Estrada – também foi bronze no contrarrelógio . Irá alinhar no *Tour* numa equipa que "vai muito dedicada a resultados por etapas", embora pretenda levar Richard Carapaz, o terceiro classificado em 2021, "o mais alto possível, quem sabe até um *top 3*".

Já Nelson Oliveira (Movistar) está orgulhoso por igualar as 20 grandes Voltas de Acácio da Silva, num *Tour* onde irá tentar lutar por uma etapa, apesar da missão de trabalhar para Enric Mas. "Quando comecei a minha carreira, o sonho era fazer uma grande Volta e foi concretizado, no meu caso, já há muito tempo [em 2011, na *Vuelta*]. Os anos vão passando e a verdade é que não estava à espera de levar já 20 grandes Voltas. Mas, felizmente, isso acontece e vamos para a minha 20.ª grande Volta com outra experiência e mais saber, mas com a mesma vontade da primeira, apesar de serem bastante diferentes", confessou à Lusa.

DN/LUSA

Nelson, Rui Costa e Leitão nos JO

Nelson Oliveira e Rui Costa vão representar Portugal nas provas de estrada dos Jogos Olímpicos Paris2024, com o campeão mundial de omnium, Iúri Leitão, a juntar-se a Rui Oliveira na pista, anunciou ontem a Federação Portuguesa de Ciclismo. Os dois mais experientes ciclistas portugueses entre os pré-convocados foram os eleitos do selecionador José Poeira, em detrimento de João Almeida, terceiro classificado no *Giro* 2023, do recém-coroado campeão nacional de contrarrelógio e vigente vice-campeão mundial de sub-23, António Morgado (UAE Emirates), de Ruben Guerreiro (Movistar) e de Rui Oliveira (UAE Emirates). "Foi das decisões mais difíceis que tive de tomar. Escolhi dois corredores, com base nas suas características e adaptação aos percursos das provas, mas qualquer um dos pré-convocados daria garantias" disse José Poeira.

O FEST começou na última segunda-feira e dura até dia 1 de julho.

FEST. Um festival para o mundo

CINEMA O FEST - Festival dos Novos Realizadores está a decorrer em Espinho. Até segunda desfilam no Multimeios e no Casino o novo cinema emergente de Portugal e do mundo. Fernando Vasquez disse ao DN que é um "festival do cinema do futuro". Mais uma vez, há mais estrangeiros do que portugueses, sobretudo para participar nas sessões de formação.

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA** FOTOS **MARIA JOÃO GALA** / GLOBAL IMAGENS

O FEST - New Diretors - New Films, assim mesmo em inglês. É o nome oficial do FEST, em Espinho. Em inglês? Pergunta o leitor. Sim, faz sentido: dezenas e dezenas de inscritos deste festival que celebra 20 anos – e é punido pelo ICA com uma redução do orçamento –, e em que a quase maioria dos participantes vem de todo o mundo, com particular destaque, nesta edição, da América. Como quase sempre: masterclasses, conferências e *pitches* – a oportunidade dos futuros cineastas portugueses pensarem que o melhor para uma experiência de aprendizagem é a partilha.

Durante a nossa estadia no festival ainda se esperava que Kenneth Lonergan aparecesse. O cineasta oscarizado de *Manchester by The Sea* é um dos trunfos dos *workshops* do festival, mas há também Melissa Leo (entrevista ao lado), a atriz que venceu o Óscar de melhor secundária em *The Fighter*, de David O. Russell, habitual presença em Espinho e mais uma vez com uma conferência destinada a atores mas também a realizadores – cada vez é mais importante os futuros cineastas saberem lidar com atores...

O corte inesperado

Mesmo com a tal redução do orçamento, o diretor e programador do festival está orgulhoso com esta edição. Para Fernando Vasquez, é importante ver o Centro Multimeios de Espinho cheio: "O FEST não se enquadra dentro da linha de programação de uma parte significativa dos festivais nacionais. De alguma forma, sem dúvida que nos sentimos um pouco intrusos... E sempre tivemos uma resposta mais rápida no estrangeiro. A nossa audiência é frequentemente composta por 80% de visitantes. Talvez por isso, muitas vezes, não sentimos a necessidade de uma promoção extra cá em Portugal. Mas cada vez há mais portugueses a frequentar o FEST".

Uma das convidadas nacionais foi Margarida Gramaxo, presente com o documentário *Lindo*, anteriormente estreado no Porto/Post/Doc, surpreendida com uma sala bem composta para ver uma bela obra que nos transporta para São Tomé e Príncipe, onde acompanhamos Lindo, um hábil caçador de tartarugas gigantes em Príncipe que, após um contacto especial com uma tartaruga gentil, se torna num defensor dessa espécie até aos nossos dias. É um filme que não trata essa ilha como mero fator exótico, é sim um poema real sobre um lugar e os seus modos. *Lindo* merecia encontrar quem o soubesse distribuir com carinho, sobretudo porque é feito com carinho e amor.

Peso pesado dinamarquês

Outro dos belos filmes do arranque do festival veio da Dinamarca, *Sons*, de Gustav Moller, drama situado no interior de uma prisão de alta segurança onde uma guarda prisional estabelece uma relação doentia com um detido. Uma história de obsessões extrema e uma reflexão de como o ódio pode ser um sinónimo de amor. Moller filma uma narrativa claustrofóbica com uma coreografia de rigor e tensão. Tem uma força trágica nórdica extraordinária e uma atriz com absoluto controlo da situação, Sidse Babett Knudssen, que já era maravilhosa na série *Borgen*. Trata-se também do único filme da competição com estreia agenda para Portugal.

Hub de futuros cineastas

E quando um festival faz duas décadas há que olhar para trás. Fernando Vasquez puxa dos galões e lembra que no começo chegaram a visitar Espinho cineastas emergentes que hoje são nomes fortes, sobretudo Ruben Ostlund, que esteve no Casino a apresentar Involuntário, em 2008: "Mas há também muitos outros nomes. Recordo-me de Lukas Dhont, Mati Diop, que este ano venceu a Berlinale, ou do oscarizado Jonathan Glazer. E dos portugueses há também o caso de Cristèle Alves Meira. Orgulho-me pessoalmente pelo facto de o FEST ter sido o primeiro festival português a apostar nela. Trata-se de uma das vozes mais

Fernando Vasquez, o diretor de um festival que vive da fama do seu *training ground*.

interessantes do nosso cinema. Esta coisa de descobrir cineastas não é fácil e nós estamos sempre com cineastas que no presente são desconhecidos. Este ano estamos a lembrar às pessoas desses créditos para reafirmar que aqui mostramos o cinema do futuro."

Fernando explica ainda a necessidade de o FEST ter feito parte de uma rede de festivais periféricos que reclamou em conjunto contra os privilégios que os festivais de Lisboa e Porto têm tido por parte do ICA, o instituto do cinema: "No último concurso , sofremos um corte e isso para um festival como o nosso é significativo, sobretudo aqui em Espinho com os preços dos hotéis e das viagens a subir em flecha, e numa altura em que acreditávamos que éramos um dos poucos festivais nacionais em ascensão.

Foi completamente inesperado mas compreendo que o ecossistema dos festivais esteja sempre a mudar. O que não compreendo é essa não aposta no território inteiro! Não é por acaso que para ver cinema de autor, não americano, em Lisboa e no Porto os resultados de bilheteira estejam a ficar cada vez mais fracos e quem aposta fora desses círculos repara que há cada vez uma maior audiência... No fundo, são os festivais e os cineclubes quem estão a construir essa audiência." De frisar que foi o FEST quem criou o Cineclube de Espinho e cujos resultados com cinema de qualidade são bem surpreendentes.

Uma exposição notável

It Lasts Forever é uma exposição que o FEST trouxe ao Centro Multimeios. São fotografias da autoria de Edgar Morais, ator e realizador de Lisboa, uma experiência sobre intimidade e uma ideia de sopro de juventude. Trata-se sobretudo de um olhar que convoca um jogo de citações com Nan Goldin, bem como uma despudorada convivência com a cultura da Califórnia, tendo sido em Los Angeles que o autor fez a sua formação. Edgar Morais é um dos jurados da competição do Lince, o prémio deste festival espinhense.

Neste último fim de semana, destaque para o programa competitivo das curtas nacionais, algumas delas com estatuto de estreia mundial. Dos nomes mais sonantes destacam-se Bruno Carnide, com *Memórias de uma Casa Vazia*; Guilherme Daniel com Canto; Mário Patrocínio com *Antes do Nascer da Lua*; Ruben Sevivas com *Adeus* ou Welket Bungué com *Latitude Fénix*.

Mas quem vai ao Fest vai também para o *networking* e há uma forte aposta nos jantares da indústria e nas festas até altas horas no bar da praia. Têm nascido projetos na copofonia de Espinho...

Melissa Leo

"Os melhores atores são prejudicados quando são demasiado bons"

FESTIVAL Uma ilustre fã do FEST. Melissa Leo, atriz americana duas vezes nomeada ao Óscar e vencedora do mesmo por *The Fighter - Último Round*. No dia em que chegou a Espinho falou com o DN sobre o seu fascínio por um festival que visita sempre que pode. Hoje tem uma masterclasse sobre abordagens inovadoras para criar personagens.

ENTREVISTA **RUI PEDRO TENDINHA**

Qual o seu fascínio por este festival que visita pela quarta vez?

Gosto sempre de voltar! Espinho é um local calmo e simples e há algo aqui que me diz muito. Não sei bem porquê... A primeira vez vim porque não conhecia Portugal e fiquei curiosa. Vim e achei tudo isto muito querido. Senti que Espinho cresceu muito desde a minha primeira vez aqui. E foi um crescimento rápido! Antes sentia-se que era uma terra sem dinheiro mas agora vejo novas lojas. Isso deixa-me entusiasmada! Há um movimento novo, vejo mais gente na rua. Creio que o fundador deste festival, o Filipe Pereira e os seus camaradas, queriam também que o FEST ajudasse a cidade. Até fico feliz de ainda há pouco ter posto dinheiro aqui quando entrei numa loja para comprar protetor solar. Nesta edição do FEST quero passar algum tempo com uma jovem realizadora alemã que me convidou para um filme a ser feito em 2026. Só para você ver, conheci-a aqui há uns seis anos quando ela era ainda uma estudante! Sabe que mais, vou a seguir para a Roménia para estar com uma cineasta que vai fazer um filme comigo a seguir. E, claro, conheci-a aqui também. Para mim, não contam os nomes, mas sim as pessoas. Estas realizadoras não são conhecidas mas vão sê-lo! Não tenho dúvidas.

Diria que o FEST é um festival para criar sementes?

Exato. É isso mesmo! Eu identifico-me com esse espírito porque tive dificuldades quando fui para Hollywood, em especial porque sou de Nova Iorque. Lembro-me de ser arrastada para um papel de uma mulher 20 anos mais velha e acharem que ninguém se iria importar. Refiro-me a *The Fighter* que me deu uma estatueta toda finória. Mas agora é muito difícil para mim arranjar trabalho – puseram-me num pequeno buraco, do tipo: "Ela quer fazer de velhinha má." Logo eu que não sou uma velhota cruel... Eu só na semana passada é que percebi que agora sou mesmo velha. E sei lidar com isso.

MARIA JOÃO GALA / GLOBAL IMAGENS

Hollywood e as suas caixas.

Metem-nos em caixas, sim!! Esses dois papéis nos filmes das pessoas que cá conheci são mesmo muito bons e complicados e isso deixa-me feliz quanto ao meu futuro. Em Hollywood olham para mim agora e só pensam nos números que os meus últimos filmes fizeram. Se não fiz um filme que faturou pelo menos 100 milhões nem querem falar comigo. Tenho a teoria que os melhores atores são prejudicados quando são demasiado bons. Os poderosos de Hollywood querem ser eles a mandar em tudo e a ter os louros por cada decisão. Esquecem-se que o talento é uma coisa individual e que o cinema é uma arte coletiva. Não conta quem teve a ideia porque a ideia só vale quando é feita por todos, ao mesmo tempo. E isso é tão fantástico!

E não é surreal depois conseguir estar nos *blockbusters Equalizer*?

Claro que esses são filmes do sistema mas para mim é a oportunidade de filmar com um dos grandes atores da América, o Denzel Washington, e, claro, um dos maiores realizadores americanos, o Antoine Fuqua! Sinto que o Antoine não tem o crédito que merece. Ele consegue um equilíbrio profundo entre a ação e o absurdo. O que para mim é mais complicado é fazer séries de TV. Aí o trabalho é realmente duro. Às vezes até fico espantada porque me convidam para certos papéis que não são adequados para mim... Tudo bem, é trabalho. Temos todos de fazer certos trabalhos para sobreviver.

Nestas masterclasses que faz cá em Espinho sobre o trabalho de ator sente que é preciso aquela coisa da aptidão em partilhar?

Não sou professora. Digo sempre que é impossível ensinar um ator. Uma pessoa ou nasce para isto ou não. Podemos aprender certas coisas mas não é possível alguém tornar-se ator. O que faço essencialmente é oferecer a minha experiência. Por exemplo, falo de situações... Como representar uma mulher a dar à luz? Sinto que nos filmes vejo as atrizes a gritar e acho que não é por aí. Acaba por ser sempre esse cliché da dor e nunca se explora a vertente de ser sobre dar vida a um outro ser humano.

dnot@dn.pt

GRU – O MALDISPOSTO 4
Chris Renaud, Patrick Delage
Cinemas

Se é verdade que o universo de Gru já não tem quase nada de extraordinário para oferecer, também não é justo desconsiderá-lo no atual contexto da animação americana. Esta quarta sequela limita-se a inventar um vilão para entreter Gru e a família, mas a graça está mesmo na combinação disto com a omnipresença dos Mínimos... A não ser que vá com crianças muito pequenas, a versão com as vozes originais valoriza francamente a experiência. **INÊS N. LOURENÇO**

UM LUGAR SILENCIOSO
John Krasinski
Videoclubes

Numa altura em que o novo *A Quiet Place* é o acontecimento de *blockbuster* da temporada nas salas, importante redescobrir o original, disponível no videoclube da NOS em formato de "double bill" com *Um Lugar Silencioso 2*. John Krasinski a fazer *sci-fi* de terror com requintes de Hitchcock num conto apocalíptico sobre o lugar da família. Cinema autoral a furar o sistema de Hollywood. E a prova de que o silêncio é de ouro.
RUI PEDRO TENDINHA

UMA NOITE ACONTECEU
Frank Capra
Cinemateca

Na Cinemateca, julho é mês de filmes para ver ou rever em projeção ao ar livre. As sessões na Esplanada começam com um clássico absoluto da comédia de Hollywood (dia 1, 21h45). Produzido em 1934, nele encontramos um par lendário, Clark Gable e Claudette Colbert, a viver um exercício de sedução em que os imponderáveis do romantismo são alegremente substituídos pelas ambiguidades da moral do "entertainment". **J.L.**

FILMES&SÉRIES AGENDA

Memórias políticas: Mikael Persbrandt no papel de Dag Hammarskjöld.

Hammarskjöld - luta pela paz
de **Per Fly** na **Cinemas**

Um pouco por todo o lado, proliferam as biografias de figuras das artes e da política, "baseadas em factos verídicos", embora anunciando algumas "liberdades dramáticas" na caracterização das personagens. Vindo da Suécia, este é mais um exemplo dessa tendência: um retrato de Dag Hammarskjöld, o diplomata sueco que foi secretário-geral das Nações Unidas de 1953 até à sua morte, em 1961, num desastre de avião (contava 56 anos). Cumprindo as convenções do género com uma competência sem ambições autorais, o filme de Per Fly consegue, pelo menos, abrir uma curiosa perspetiva de reflexão. Em boa verdade, não estamos perante uma biografia, mas sim uma evocação das semanas finais da vida de Hammaskjöld, especialmente marcadas pela sua gestão da situação crítica do Congo – na prática, ele acabou por ser uma figura decisiva nos processos de descolonização que marcaram as décadas de 1950/60. Fica um destaque obrigatório para a composição da personagem de Hammarskjöld pelo talentoso Mikael Persbrandt. **JOÃO LOPES**

PEDÁGIO
Carolina Markowicz
Cinema Fernando Lopes

Hoje, dia internacional do orgulho LGBT, sessão especial desta coprodução luso-brasileira em modo dois-em-um: passa com *Ovnis*, *Monstros* e *Utopias*, as três curtas nacionais agrupadas. Um filme que encontra uma linguagem própria numa história sobre reconversão sexual num Brasil intolerante. Destaca-se também o trabalho de Isac Graça como pastor manipulador, um ator português a impor-se no Brasil. **R.P.T.**

THE STRANGER LEFT NO CARD
Wendy Toye
Netflix

Uma figura excêntrica aterra numa pequena cidade inglesa. Um homem que se gaba da própria peculiaridade ("pensar-se-ia que eu tinha vindo de Marte") e se estabelece como presença benévola, usando do ilusionismo para brincar com as crianças – a sua agenda, porém, não é nada benigna! Eis um belo truque de filme, vencedor do prémio de melhor curta de ficção em Cannes 1953, assinado por uma das raras realizadoras da época, Wendy Toye. **I.N.L.**

AQUELE INVERNO EM VENEZA
Nicolas Roeg
Filmin

Para recordar Donald Sutherland... Não será um dos títulos fundamentais da sua filmografia; de qualquer modo, na época do seu lançamento (1973), foi um caso sério de popularidade. No seu centro está o par interpretado por Julie Christie e Sutherland, vivendo o luto pela morte de uma criança num registo dramático contaminado por elementos do género de terror — o ponto de partida é um conto de Daphne du Maurier. **J.L.**

YELLOWSTONE
Taylor Sheridan, John Linson
SkyShowtime

Uma boa forma de preparar a estreia, para a semana, de *Horizon: Uma Saga Americana – Capítulo I*, a nova realização de Kevin Costner, protagonizada pelo próprio, é mergulhar na série concebida por Taylor Sheridan, um dos olhares mais apurados do imaginário do *western*, que deu ao ator o seu grande papel dos últimos tempos, como *cowboy* latifundiário. O novo filme parece nascer do mesmo gosto de habitar a narrativa do Velho Oeste. **I.N.L.**

THE BIKERIDERS
Jeff Nichols
Cinemas

Jeff Nichols, um dos grandes cineastas americanos, regressa para uma crónica de uma era. A América dos anos 1960 sob o prisma da cultura motoqueira. Um Nichols a filmar com um prazer desmedido uma iconografia, a tal ponto que a referência deixa de ser *Easy Rider* e fica sobretudo *Rumble Fish - Juventude Inquieta*. É comovente a maneira como a câmara incorpora a melancolia do fim de um sonho... **R.P.T**

ADXTUR/BERNARDO CONDE

As Aldeias do Xisto têm a Certificação Destino Turístico Starlight, que reconhece as excelentes condições de visibilidade, transparência, escuridão e número de noites com céu limpo.

Mais um motivo para visitar as Aldeias do Xisto: o Geoscope

ASTRONOMIA Na vila de Fajão, uma das localidades que integra a rede de Aldeias do Xisto, existe agora uma estrutura que vai pôr amadores e profissionais a olhar para o céu e a desvendar os segredos das estrelas e constelações.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

Uma abóbada semiesférica, em aço, com 7,5 metros de altura e 15 metros de diâmetro. É esta a mais recente novidade de Fajão, em Pampilhosa da Serra, um observatório astronómico que pretende afirmar as Aldeias de Xisto como "um destino raro no mundo para observar o céu escuro". Inaugurado ontem, o Geoscope pretende ser ponto de observação das estrelas e das constelações e constitui a âncora da estratégia destas regiões enquanto Destino Turístico Starlight.

"O Geoscope é um lugar de observação astronómica para estar, sentir e perceber o cosmos. Um projeto regenerador, da consciência planetária e da ecologia", diz João Nunes, autor do conceito. "No Fajão podemos observar as constelações e conhecer as suas histórias, experimentando a astronomia na sua vertente mais lúdica", acrescenta o astrónomo José Augusto Matos, coordenador científico do projeto.

O ponto de observação, localizado no alto da vila de Fajão, numa área integrada na Rede Natura 2000 e na Paisagem Protegida da Serra do Açor, inspira-se numa ideia original de Buckminster Fuller – o arquiteto, designer e filósofo que, em 1952, desenvolveu este conceito -, aqui reinterpretada pelo designer João Nunes e desenhada pelo arquiteto José Leite.

Além do ponto de observação, o projeto inclui um quiosque pedagógico, e terá ainda associado um calendário de animação com sessões de observação "Viagem à Luz das Estrelas", astrofotografia e visitas guiadas.

Lugar privilegiado para a observação astronómica, dada a quase ausência de poluição luminosa, Fajão foi o lugar escolhido para corporizar a estratégia de desenvolvimento Starlight da Rede Aldeias do Xisto e do Município de Pampilhosa da Serra. "As características únicas e a localização privilegiada da Aldeia do Xisto de Fajão fazem dela um ponto de observação de excelência, onde se pode assistir a um espetáculo incrível ao longo de todo o ano", diz o presidente da Pampilhosa da Serra, Jorge Custódio, acrescentando que, com a aposta no céu estrelado, o Município procura "posicionar-se como um destino para todos quantos se interessam pelo cosmos e pela relação entre a terra e o céu, sejam amadores ou profissionais".

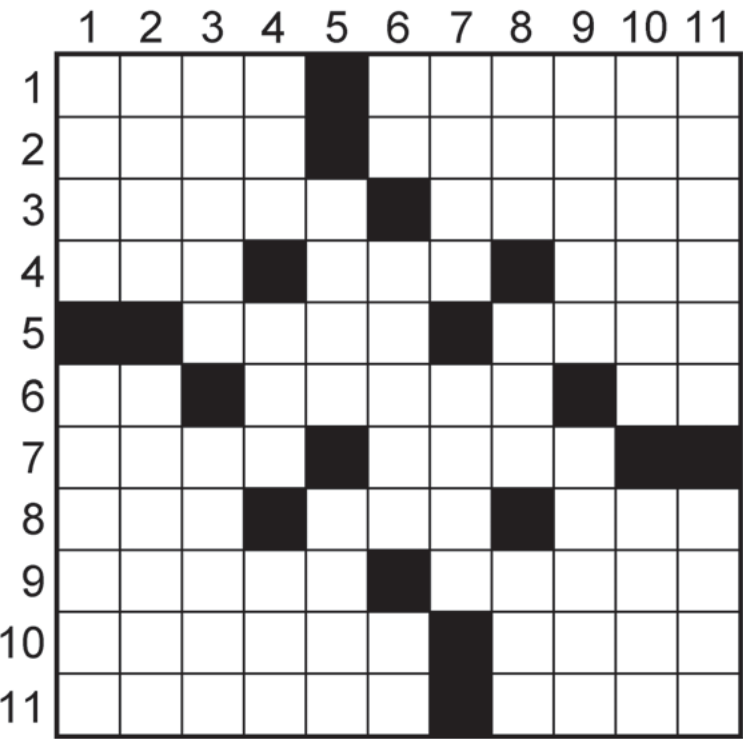
As boas condições de visibilidade, transparência e escuridão do céu e ainda a prontidão e a qualidade dos serviços turísticos valeram às Aldeias do Xisto a Certificação Destino Turístico Starlight, atribuída pela Fundação Starlight, em 2019 e já renovada – a Dark Sky Alqueva e a Dark Sky Vale do Tua são as outras duas áreas certificadas. "O sonho permite-nos ousar e transformar aparentes debilidades em recursos. A escuridão, resultante da inexistência de grandes aglomerados urbanos, tantas vezes associada a limitações, assume-se agora como bússola para um novo posicionamento estratégico deste território", frisa Paulo Fernandes, presidente da Adxtur – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto.

O Geoscope vem aprofundar a proposta central das Aldeias de Xisto, rede constituída por 27 aldeias distribuídas pelo interior da Região Centro: o contacto com a natureza e com as comunidades locais, desta feita sob a abóbada celeste.

sofia.fonseca@dn.pt

Além do ponto de observação, o projeto inclui um quiosque pedagógico, e terá sessões de observação, astrofotografia e visitas guiadas.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1					■						
2					■						
3						■					
4				■				■			
5	■	■					■				
6			■						■		
7					■					■	■
8				■				■			
9						■					
10							■				
11							■				

Horizontais:
1. Rua estreita e curta que, em geral, não tem saída. Cristal que decompõe a luz. 2. Cheiro. Fruto da seara. 3. Sacar. Tecido de algodão, muito resistente e bastante usado em fardas e fatos de trabalho. 4. Ligação (figurado). Rebordo do chapéu. Ruído. 5. Vento brando e aprazível. Aprova ou elege por meio de voto. 6. Elas. Que pertence a vós. Érbio (símbolo químico). 7. Espécie de pelica artificial, fina e macia. Maquinismo para tecer. 8. Vazia. Estrela. Eia! (interjeição). 9. Coberta para abrigar do sol ou da chuva. Atender. 10. Idolatrar. Vaga. 11. Conserta. Emitir som forte e zoante.

Verticais:
1. Pequena embarcação a remos ou à vela. Tomar notas. 2. Vereador. Agita repetidas vezes. 3. A parte superior do dente. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. 4. Reza. Baga da videira. Doutora (abreviatura). 5. Pouco frequente. Produzir som. 6. Computador Pessoal. Espesso. Rádio (símbolo químico). 7. Molha (popular). Assento acolchoado onde o cavaleiro se senta. 8. Raiva. Desloca-se no ar. Produção de sons emitidos pelo aparelho fonador. 9. Juízo. Estado governado por um rei. 10. Multidão. Coisa nenhuma. 11. Cordão de metal ou de requife que guarnece ou abotoa a frente do vestuário. Sulcar.

SUDOKU

5			7		1	4		2
	8						9	
		9	5	2				3
7		6		4				
3					5	8		6
	9			7		2		4
	2			3	9			8
8			6			3		
		7			4		6	5

SOLUÇÕES

5	6	3	7	9	1	4	8	2
2	8	1	4	6	3	5	9	7
4	7	9	5	2	8	6	1	3
7	5	6	8	4	2	9	3	1
3	4	2	9	1	5	8	7	6
1	9	8	3	7	6	2	5	4
6	2	5	1	3	9	7	4	8
8	1	4	6	5	7	3	2	9
9	3	7	2	8	4	1	6	5

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Beco. Prisma. 2. Odor. Cereal. 3. Tirar. Ganga. 4. Elo. Aba. Som. 5. Aura. Vota. 6. As. Vosso. Er. 7. Napa. Tear. 8. Oca. Sol. Ena. 9. Toldo. Aviar. 10. Adorar. Onda. 11. Repara. Zoar.
Verticais:
1. Bote. Anotar. 2. Edil. Sacode. 3. Coroa. PALOP. 4. Ora. Uva. Dra. 5. Raro. Soar. 6. PC. Basto. Ra. 7. Rega. Sela. 8. Ira. Voa. Voz. 9. Senso. Reino. 10. Magote. Nada. 11. Alamar. Arar.

PUBLICIDADE

emprego

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ODEMIRA

ANÚNCIO

Conselho Geral

Eleição do/a Diretor/a do Agrupamento de Escolas de Odemira (código 135434)

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto um concurso para provimento do lugar de Diretor/a do Agrupamento de Escolas de Odemira, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do Aviso n.º13166-A/2024/2, no *Diário da República*, Suplemento (II Série), n.º 123, de 27 de junho de 2024.

Este aviso encontra-se afixado na escola-sede do Agrupamento, Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, Odemira, bem como na página eletrónica (**http://portal.ae1odemira.edu.pt/**), onde está igualmente disponível o regulamento do concurso e modelo do requerimento.

O Presidente do Conselho Geral
Manuel Carlos Vilela

MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que se encontra em fase de receção de candidaturas, até ao dia 11 de julho de 2024, inclusive, o procedimento concursal comum a seguir identificado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao qual poderão candidatar-se trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua atual redação:

- **Ref.ª 05/PCC/2024 – 1 posto de trabalho de Técnico Superior – Edição e Revisão - Código BEP: OE202406/0742.**

A formalização das candidaturas é realizada preferencialmente em suporte eletrónico, mediante o preenchimento de formulário de candidatura, disponível na página eletrónica da Câmara Municipal do Seixal, acessível em **https://servicosonline.cm-seixal.pt/**, no separador "Concursos e estágios" e no serviço "Procedimentos concursais em fase de receção de candidaturas", o qual, bem como a documentação obrigatória que o deve acompanhar, referida na publicitação integral, deverá ser validado e posteriormente submetido ou, em alternativa, através do preenchimento do ficheiro formulário de candidatura, de utilização obrigatória, também disponível nos serviços *online* em formato editável para impressão, o qual deverá ser remetido, bem como a documentação obrigatória, referida na publicitação integral, por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo acima fixado para a seguinte morada: Alameda dos Bombeiros Voluntários 45, 2844-001 Seixal ou ainda entregue pessoalmente no Edifício dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, sito na mesma morada.

Aos eventuais interessados recomenda-se a consulta da publicitação integral do procedimento concursal, disponibilizada na página eletrónica da Câmara Municipal do Seixal, acessível em **https://servicosonline.cm-seixal.pt/**, no separador "Concursos e estágios" e no serviço "Procedimentos concursais em fase de receção de candidaturas".

Quaisquer esclarecimentos serão prestados através do telefone 212 276 700.

A Vereadora do Pelouro da Educação, Mobilidade, Urbanismo e Recursos Humanos
Maria João Varela Macau
(no uso da competência delegada pelos Despachos n.os 247-PCM/2023 e 254-PCM/2023, de 16 e 20 de fevereiro, respetivamente)

avisos, tribunais e conservatórias

MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

AVISO

Faz-se público que se encontra publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), em www.bep.gov.pt, a abertura dos Procedimentos Concursais para cargo de Direção Intermédia de 2.º e 3.º graus:

- **Direção Intermédia de 2.º grau – Divisão de Serviços Técnicos.**
- **Direção Intermédia de 2.º grau – Divisão de Obras Municipais, Ambiente e Espaços Públicos.**
- **Direção Intermédia de 3.º grau – Unidade Orgânica de Educação e Biblioteca.**

O prazo das candidaturas é de 10 dias úteis, a contar da data da publicação na BEP.

Vidigueira, 27 de junho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal
Rui Manuel Serrano Raposo

Comunicado

Reabilitação do Separador Central Alverca – Vila Franca de Xira (A1)

Durante os meses de julho a setembro de 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de reabilitação do separador central, no Sublanço Alverca (A1/A9) – Vila Franca de Xira, da A1-Autoestrada do Norte, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

Os trabalhos ocorrerão durante três meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site **www.brisaconcessao.pt**.

necrologia

Servilusa 800 204 222

Exmo. Sr.
EUGÉNIO AUGUSTO MARQUES DA MOTA

PARTICIPAÇÃO DE FALECIMENTO

A esposa, Dra. Maria Manuela Soares de Oliveira Marques da Mota, Filhos e Netos, participam o seu falecimento e desta forma indicar que as Cerimónias Fúnebres vão ter inicio dia 28/06/24 a partir das 17:30 na Igreja de Linda a Velha.

A Missa de Corpo Presente será celebrada dia 29/06/24 pelas 12 horas.

AGÊNCIA FUNERÁRIA ALGÉS

EDITAL

CAC / 967

Faço saber que Plenoil Portugal, Unipessoal, Lda., pretende obter licença para uma instalação de combustíveis constituída por Posto de Abastecimento de Combustíveis destinada a consumo público, sita em E.N. 13 ao Km 28+350 (LE), freguesia de A Ver o Mar, concelho de Póvoa de Varzim e distrito de Porto.

A referida instalação encontra-se abrangida pelas disposições do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, que estabelece os procedimentos de licenciamento das instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis e pelos respetivos regulamentos de segurança.

Em conformidade com a disposição no n.º 9 da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, são convidadas as entidades singulares ou coletivas a apresentar por escrito, na área Norte desta Direção-Geral, sita na Rua Manuel Pacheco de Miranda, 29 G, 4200-804 Porto, no prazo de 20 dias contados da data de publicação deste edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida pela entidade acima indicada com a seguinte constituição:

Produto	Instalação	Capacidade (litros)
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	60 000
Gasolina Euro Super (I.O.95)	Enterrado	40 000

num total de 100.000 litros

13/06/2024

Sérgio Ernesto Oliveira Ferreira
Chefe de Divisão – Direção-Geral de Energia e Geologia
Por subdelegação de poderes, conforme Despacho n.º 2181/2024, de 2024-02-27

Diario de Noticias

UM PRINCIPE EGIPCIO EM LISBOA

Uma viagem á Africa do Sul. O fracasso do bolchevismo no Egipto. O feminismo das orientais. Um mal-entendido com os aliados. As relações entre o Egipto e a Turquia. A europeização dos egipcios

O principe Mohamed Ali Pachá

O "Diario de Noticias" entrevista Mohamed-Ali-Pachá

POR BEM!

A reunião da Comissão Central da obra das Misericórdias e das Juntas de Freguesia constituiu uma esplêndida afirmação de solidariedade efectiva

A CRISE MINISTERIAL

O SR. DR. ALVARO DE CASTRO ENVIA UMA CARTA AO CHEFE DO ESTADO

Na opinião do presidente do ministerio demissionario só o sr. dr. Afonso Costa reune qualidades para organizar um govêrno solido

NA GRECIA

A TERRA TREME

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 28 DE JUNHO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

REDACTOR PRINCIPAL: José Rangel de Lima

CHEFE DA REDACÇÃO E EDITOR: Acurcio Pereira

UM PRINCIPE EGIPCIO EM LISBOA

Uma viagem á Africa do Sul. O fracasso do bolchevismo no Egipto. O feminismo das orientais. Um mal-entendido com os aliados. As relações entre o Egipto e a Turquia. A europeização dos egipcios

O principe Mohamed Ali Pachá

Director—A

Telef.—365, 534, 2446 e 5310

FESTA

O "Diario de Noticias" entrevista Mohamed-Ali-Pachá

O principe Mohamed Ali Pachá, sobrinho do actual rei do Egipto, irmão do soberano deposto durante a guerra, chegou ante-ontem a Lisboa, hospedou-se no Avenida Palace e dispôs-se a guardar, num alto sentimento patriotico, a atitude silenciosa da esfinge de Memphis... Logo o jornalista se prontificou a quebrar a esfinge, prontificando-se a fazer uma viagem aerea ao Egipto no ascensor do Avenida Palace... Pronunciar o nome de Mohamed Ali Pachá é tocar na lampada maravilhosa de Aladino... E' todo o Oriente que ressurge, o Oriente das escravas amorosas, o Oriente da Scheherezade, o Oriente das mumias recortadas, das piramides altivas e dos templos scenograficos...

O principe Mohamed que nós sonhamos, enquanto o criado nos conduz junto da realidade, é um principe com modos de faraó, um principe mitrado com a cabeça envolvida numa serpente de oiro, corpo embrulhado numa tunica transparente, braços e punhos afagados com braceletes... Quando o autentico principe Mohamed Ali se acerca de nós sentimos fugir o Egipto a toda a pressa... Voltamo-nos para trás e mal o adivinhamos na distancia... Quem está ali na nossa frente não é o principe Mahomed Ali Pachá, não é o nosso Egipto, o Egipto infantil dos exercicios escolares, o Egipto do escriba acocorado e dos hieroglifos... O homem que nos indica uma cadeira, que nos acolhe com um sorriso sem misterio, é antes um principe europeu, levemente acariciado pelo sol, vestido no Picadilly, falando um francès impecavel, possuindo, sem duvida alguma, uma forte cultura ocidental, uma cultura de capa amarela...

O principe Mohamed Ali é, na verdade, um figurino de alfaiate de Londres, uma fisionomia de colonial que pouco tempo permaneceu nas colonias...

O principe Mohamed parte no «sud-express» ao meio dia e meia hora. Não tem tempo a perder. Dispensa-nos as preguntas preliminares. As primeiras frases são suas:

—Que posso eu dizer ao «Diario de Noticias»? As minhas impressões tão pessoais não podem interessar um grande jornal, não podem interessar o publico... Eu sou um simples viajante. A viagem é a minha grande cultura. Ha tantos bons exemplos dispersos por esse mundo... E' preciso ir em busca desses exemplos e levá-los para a nossa terra. Regresso da Africa do Sul. As grandes cidades da União Sul-Africana e a cidade portuguesa de Lourenço Marques impressionaram-me pelo seu progresso e pela sua ordem. Plantar cidades como se plantam arvores é obra de gigantes. Que distancia percorrida entre as naus temerarias de Vasco de Gama e os grandes paquetes de hoje... Para que eu pudesse atracar tranquilamente, no magnifico cais de Lourenço Marques por quantos perigos não passaram os audaciosos navegadores portugueses... Lourenço Marques é um porto que honra Portugal. De passagem para Lisboa tambem desembarquei na Madeira. Nunca vi terra onde as crianças se parecessem tanto com as flôres...

—A viagem de Vossa Alteza a Paris e a Londres obedece a algum fim politico?

—A Europa não está em condições de dar lições politicas ao Oriente...

—A crise politica europeia não se faz sentir no Egipto?

—O mal é geral. O mundo está virado do avesso. Quem viu os camponeses russos ajoelharem nas ruas á passagem do «czar» não pode habituar-se a vê-los prostrados perante a memoria de Lenine... A instabilidade governativa é a grande lepra politica. Os funcionarios, que são substituidos em cada mudança de governo, não pensam senão nos ordenados... Raramente iniciam uma obra porque sabem, de antemão, que não a podem terminar... Vão-se refugiando, pouco a pouco, num egoismo feroz e acabam por ficar indiferentes ás desgraças da patria...

—As ideias avançadas têm penetrado no Egipto...

—Não têm nada lá que fazer. O Egipto é um país essencialmente agricola. A fortuna está, pois, nas mãos dos camponeses... Se houver, no Egipto, algum movimento bolchevista ele será da iniciativa da gente nobre, dos nossos pobres...

—O Egipto atravessa, portanto, um periodo calmo...

—Apenas as mulheres fazem barulho, apenas as mulheres têm exigencias... Querem votar, querem ser eleitas, querem sair de casa... Os orientais não podem estar de acôrdo com esta inquietação. A mulher, para nós, é o lar, é sorriso que nos espera ao fim da tarde, é o momento tranquilo das nossas vidas agitadas... Assim tem sido. Assim será. Temos que nos defender da influencia perniciosa das europeias que invadem o Cairo...

—O Egipto, durante a guerra, teve um mal-entendido com as nações aliadas... Em que se baseou esse mal-entendido?

—Os aliados queriam obrigar-nos a guerrear a Turquia, nossa velha amiga. O Egipto recusou-se. Um individuo de caracter não pode guerrear um irmão porque um amigo lhe impõe essa guerra. A moral dos povos é semelhante á moral dos individuos. E' essa a opinião dos principes egipcios, principes que procuram ser nobres pela sua conduta e não pelo seu sangue...

—As relações entre o Egipto e a Turquia continuam a ser boas?

—Enfraqueceram bastante com a queda do califa. A Turquia está dominada pelas ideias bolchevistas. O sentimento religioso perdeu a sua primitiva intensidade. Era a religião que aproximava os dois povos... A frieza que existe actualmente entre o Egipto e a Turquia está justificada...

—O Egipto tem-se europeizado bastante?

O principe Mohamed Ali Pachá, esquecido do seu fato, do seu francês, da sua irrepreensivel gravata e dos seus sapatos afiados, responde-nos com tristeza:

—A europeização do Egipto é a sua morte. O trajo nacional é a verdadeira bandeira dum povo. Portugal, para mim, é aquele homem ingenuo que eu vi ontem, numa rua central, com seu chapeu de aba larga e sua cinta vermelha... A europeização torna a vida insuportavel no Egipto. Desde que se começaram a construir casas á europeia o calôr é um suplicio atroz. Só ha um recurso: fugir da fornalha, fugir para a Europa...

—Essa europeização é certamente exterior. O Egipto continua a ter uma alma oriental...

—Sim... Todo o egipcio tem três grandes patrias: a patria dos seus avós, a Arabia e a grande religião do Islam...

—Qual dessas patrias é a maior? Qual a preferida?

—Talvez a patria da religião...

Era escusado procurar outra frase para terminar a entrevista. Nenhuma outra frase a fecharia melhor. Nem foi uma frase: foi um reposteiro que correu subitamente sobre a alma esfingica do principe Mohamed Ali...

Pedimos-lhe autorização para se deixar fotografar com sua mulher. O principe Mohamed não sabe reprimir um gesto de contrariedade. Tinhamo-nos esquecido... As mulheres, no Egipto, vivem longe dos homens. A mulher de Mohamed Ali não está presente. Está certamente bordando o sorriso com que ha-de receber o nobre principe...

A objectiva do nosso fotografo recolhe a imagem do principe Mahomed Ali. Saímos do salão do Avenida Palace. Num dos corredores cruzamos um figurino de Poiret, uma mulher de olhos profundos e de labios vermelhos. Preguntamos a alguem que nos acompanha:

—Quem é esta parisiense?

—Não é uma parisiense. E' uma oriental. E' a mulher do principe Mohamed Ali-Pachá...

Não ha duvida. A europeização do Egipto é um facto, um facto nada lamentavel... E' lamentavel, porém, que a Europa se orientalize. O Egipto fabríca parisienses que excedem, em graça e frescura, todas as bonecas do «boulevard». A velha Europa, ao contrário, está cheia de mumias...

lotaria popular
EXTRAÇÃO: 026/2024
1.º PRÉMIO: 91161
2.º PRÉMIO: 25258
3.º PRÉMIO: 68462

EURO DREAMS
SORTEIO: 052/2024
CHAVE: 9-13-15-18-27-37 + 2

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Confirmado. António Costa será o próximo presidente do Conselho Europeu

DECISÃO Os chefes de Estado ou de Governo da União Europeia aprovaram, ontem, o acordo para os principais cargos institucionais em Bruxelas.

TEXTO **JOÃO FRANCISCO GUERREIRO,** BRUXELAS

António Costa foi confirmado para um mandato de dois anos e meio como presidente do Conselho Europeu. O acordo alcançado pelos chefes de Estado ou de Governo também indigita Ursula von der Leyen para a presidência da Comissão Europeia, e coloca como condição a eleição de Roberta Metsola para presidir o Parlamento Europeu nos próximos dois anos e meio. O conjunto da negociação também inclui a nomeação da atual primeira-ministra da Estónia como Alta Representante para a Política Externa e de Defesa Comum.

A decisão do Conselho Europeu acompanha o acordo político alcançado a dois dias da cimeira, negociado pelo primeiro-ministro grego, Kyriakos Mitsotakis, e pelo primeiro-ministro polaco, Donald Tusk, em nome do PPE, pelo primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, e pelo Chanceler alemão, Olaf Scholz, pelos socialistas, e pelo Presidente francês, Emmanuel Macron, e pelo primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, pelos liberais.

À chegada à cimeira, o semblante carregado de Giorgia Meloni parecia demonstrar os sinais de descontentamento que foi demonstrando nos últimos dois dias, depois de ser conhecido o acordo preliminar entre as principais famílias políticas europeias, e que não envolveu a primeira-ministra italiana. Na véspera da cimeira, Giorgia Meloni demonstrou o seu desagrado por não ter sido incluída no núcleo duro das negociações. Ontem, à chegada ao edifício Europa, não prestou as habituais declarações à imprensa, encaminhando-se diretamente para a reunião.

Porém, fontes europeias ouvidas pelo DN/TSF destacaram a "atitude positiva e construtiva" de Giorgia Meloni durante o debate dos dossiês que estiveram em cima da mesa.

Uma parte do acordo tem ainda de ser votada pelos eurodeputados, o que deverá acontecer já na próxima sessão plenária de Estrasburgo, que decorre de 15 a 18 de julho, altura em que que será eleita a presidente da Comissão Europeia, por voto secretos dos eurodeputados. É também nessa sessão plenária que será eleita a presidente do Parlamento Europeu, devendo ser confirmado o nome Roberta Metsola.

António Costa assume cargo de topo europeu. Contou com apoio expresso do Governo da AD.

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

A decisão dos líderes europeus elege António Costa por maioria qualificada para a presidência do Conselho Europeu. Depois do democrata cristão belga Herman van Rompuy, do polaco de centro-direita Donald Tusk e do liberal belga Charles Michel, o socialista português António Costa será o quarto presidente do Conselho Europeu. Assumirá as funções a 1 de dezembro deste ano.

O cargo de presidente do Conselho Europeu foi criado pelo Tratado de Lisboa, que foi aprovado em 2007 e entrou em vigor a 1 de dezembro de 2009. Reformou os tratados anteriores da União Europeia e introduziu várias mudanças importantes, incluindo a criação do cargo de presidente do Conselho Europeu para proporcionar uma liderança mais estável e contínua a essa entidade, que é composta pelos chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros da UE.

António Costa foi primeiro-ministro de Portugal entre 2015 e 2024. Nascido em 1961, em Lisboa, foi secretário-geral do Partido Socialista. Antes, foi ministro da Justiça e presidente da Câmara de Lisboa. Filho de um escritor e de uma jornalista, Costa tem raízes indianas. É conhecido pela sua habilidade em formar coligações políticas.

Ursula von der Leyen é a atual presidente da Comissão Europeia desde 2019. Nasceu em Bruxelas, em 1958. É alemã e membro da União Democrata-Cristã. Foi ministra da Defesa da Alemanha. É médica de formação e filha de um ex-alto funcionário europeu, Ernst Albrecht, que foi diretor-geral da Concorrência, entre 1967 e 1970.

Kaja Kallas é a primeira-ministra da Estónia desde 2021. Tem 47 anos. É natural de Tallinn, onde lidera o partido liberal reformador, fundado pelo seu pai, Siim Kallas, que foi comissário europeu entre 2004 e 2014. Kaja Kallas foi deputada no Parlamento Europeu entre 2014 e 2018. É advogada especializada em Direito da Concorrência.

Roberta Metsola é atualmente presidente do Parlamento Europeu (desde 2022). Nasceu em 1979, em Malta, é membro do Partido Nacionalista. É advogada e antes de ser eleita presidente do Parlamento Europeu foi eurodeputada.

BREVES

Monsanto. "Risco zero só tirando as árvores"

A Câmara de Lisboa assegurou que realiza intervenções regulares no Parque Florestal de Monsanto, contrapondo as declarações feitas pelo presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), que criticou a (falta de) limpeza do espaço. "A Câmara de Lisboa realiza, todos os anos e ao longo de todo o ano, intervenções no Parque Florestal de Monsanto e cumpre com as suas obrigações legais em termos de prevenção contra os incêndios florestais", indicou fonte da autarquia lisboeta, à Lusa. A garantia deixada surge na sequência de uma entrevista dada pelo presidente da AGIF, Tiago Oliveira, à *Renascença* e ao *Público*, na qual afirma que existe uma "carência extrema de intervenção e gestão de combustíveis" em Monsanto. "As recentes declarações do presidente da AGIF, Tiago Oliveira, demonstram desconhecimento da real situação existente no Parque e revelam uma falta de articulação e de comunicação entre as várias estruturas e níveis hierárquicos da AGIF", acusou a Câmara de Lisboa. À *Renascença*, a diretora municipal de Ambiente, Estrutura Verde e Clima, Catarina Freitas, admitiu que "não há risco zero de incêndio" no parque de Monsanto. "Para isso, então se calhar é preciso tirar as árvores todas, não é? É a única forma de evitar incêndios", ironizou.

Melhorar a Justiça: a "questão de regime" que une 50 jovens

Uma "nova voz" ao Manifesto dos 50 inicial. É assim que meia centena de jovens definem o documento divulgado ontem, em nome de "uma questão de regime" e não apenas "geracional": a reforma do sistema de Justiça nacional. Conhecido há pouco mais de um mês, o manifesto inicial (*Por uma Reforma da Justiça – Em Defesa do Estado Direito Democrático*) conta já com 100 subscritores. E, agora, surge esta "corrente" de juventude.
Tal como os autores do primeiro texto, também estes jovens "consideram que o ímpeto reformista necessário para efetivar e credibilizar o regime democrático não pode mais ser adiado". Manifestando-se a favor de uma "justiça credível, confiável, transparente e eficiente", garantem que não vão virar "as costas à defesa do Estado de Direito Democrático". Reivindicam que "uma adequada organização e um funcionamento eficaz do sistema judiciário são indispensáveis para a defesa dos direitos, liberdades e garantias de cidadãos e empresas". O documento é subscrito por jovens de várias áreas, desde o desporto (Gonçalo Alves, capitão da equipa de hóquei do FC Porto) à política (como os ex-deputados Pedro Anastácio ou Rosina Ribeiro Pereira), passando também pela academia e universidades. **R.M.G.**

Conselho de Administração - Marco Belo Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Manuel Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro e Mafalda Campos Forte **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

56680
5 605290 123023